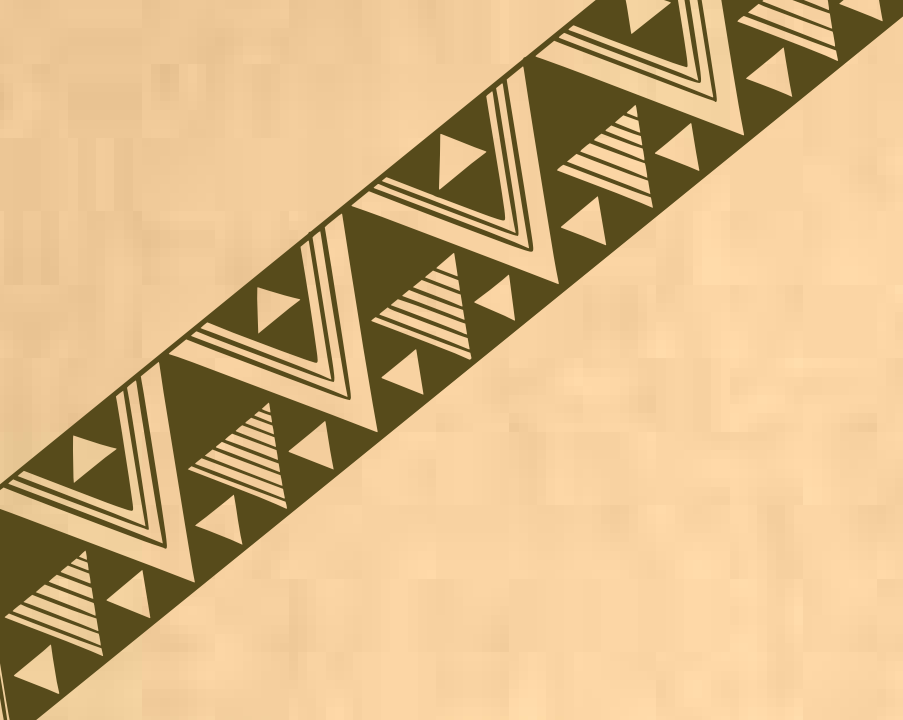




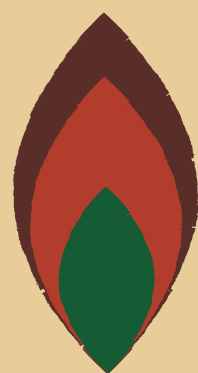
Lidia Pereira de Albuquerque

NARRATIVAS DE POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Percurso do ensino em
Artes para crianças de
séries iniciais do Ensino
Fundamental



Lidia Pereira de Albuquerque



NARRATIVAS DE POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

*Percurso do ensino em Artes
para crianças de séries iniciais
do Ensino Fundamental*



Fortaleza- Ceará
2024





EXPEDIENTE

Autora **Lídia Pereira de Albuquerque**

Editor: **Kerginaldo Luiz Freitas**

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ciro Mesquita de Oliveira (UECE)
Prof. Dr. Érico Ricard Lima Cavalcante Mota (UFMT)
Prof. Ms. Kerginaldo Luiz de Freitas (UECE)
Profa. Ms. Kildilene Carvalho Matos Mota (UFC)
Prof. Ms. Marcus Vinicius Franco Pompílio (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Cleidiane Cavalcante Freitas (UECE/IFCE)
Profa. Dra. Maria Aires de Lima (UECE)
Prof. Dr. Roberto Antônio de Sousa da Silva (UFRJ)
Profa. Dra. Stephanie Barros Araújo (UECE)

Responsável Técnica: **Pricylianna Cássia Moraes Soares**

Desenho da capa **Yuri**

Diagramação e capa **Cris Soares**

Revisão **A autora**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436n Pereira de Albuquerque, Lídia.

Narrativas de povos indígenas do Ceará: percurso do ensino em Artes para crianças de séries iniciais do Ensino Fundamental [recurso eletrônico]/Lídia Pereira de Albuquerque. – Fortaleza: Editora Integrar, 2024.

147 p. :il. color.

ISBN:978-65-01-25268-1

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Artes, Campus Fortaleza, 2024. Orientação: Prof. Dr. Maria de Lourdes Macena de Souza.

1. Educação. 2. Narrativas tradicionais. 3. Povos originários do Ceará. I. Título.
CDD 370

Pricylianna Moraes - Bibliotecária - CRB-3/1623



NOTA DO EDITOR

Caro leitor,


É com grande satisfação que apresentamos este livro, que tem como objetivo promover reflexões sobre as narrativas dos povos indígenas. Este é um tema de estudo atual e necessário. Ao longo das páginas que seguem, você encontrará experiências e perspectivas que poderão guiar suas ações e escolhas, impactando não apenas sua vida, mas também o cotidiano ao seu redor.

É fundamental destacar que o conteúdo deste livro reflete as opiniões e análises da autora, não necessariamente representando o ponto de vista da editora. Acreditamos na diversidade de ideias como uma força propulsora para a sociedade.

O livro *Narrativas de Povos Indígenas do Estado Ceará* foi concebido para estimular o diálogo e a democratização da escrita acadêmica. Esperamos que ele inspire uma atuação crítica e transformadora. A ciência é um fio condutor que une a humanidade, e entendemos que, juntos, podemos construir um novo tipo de sociabilidade.

Agradecemos pela sua leitura e esperamos que esta obra possa contribuir para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Abraço fraterno,
Kerginaldo Freitas
Editor-chefe
Publicações Integrar



Dedico essa obra aos meus netos **Aurora** e **Petrus**, que conseguem retirar o melhor de mim, para que nunca esqueça da criança que insiste em permanecer viva em meu ser. Aos meus filhos, **Paulo Victor** e **Pedro Bernardo**, e minhas noras-filhas, **Suely** e **Brenda**, que compartilham da magia de criar seres tão amados e perfeitos. À minha mãe, fonte de inspiração, **Ione Colaço**, por ser representação de mulher forte e batalhadora, sensível e íntegra.

Aos meus alunos do 1º e 2º ano da **Escola Municipal Noelzinda Sátiro Santiago**, pertencente ao Distrito de Educação V do Município de Fortaleza, à minha orientadora **Lourdes Macena**, a meus **amigos de vida** e aos **colegas da turma 6 do Mestrado Profissional em Artes do IFCE – Fortaleza**.

Especialmente dedico esse livro aos povos **Jenipapo-Kanindé**, do município de Aquiraz-CE, ao povo **Tremembé** da Barra do Mundaú do município de Itapipoca-CE, ao povo **Pitaguary** do município de Pacatuba-CE e aos representantes do povo **Paiaku** de Paripueira - Beberibe-CE, que possibilitaram essa pesquisa. E por fim, dedico a cada **professor** e cada **professora**, que no chão da escola, fazem a diferença na Educação, estimulando seus alunos a pensarem sobre a vida, respeitando a natureza, diferentes culturas e modos de vida, com suas infinitas possibilidades.





AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do Curso do Mestrado Profissional em Artes – PPGArtes, IFCE - Fortaleza, pelos ensinamentos, orientações, risos, atenção e apoio. Agradeço particularmente à minha orientadora, Lourdes Macena, pelo apoio e incentivo, especialmente com relação a delimitação do tema trabalhado, aliado à minha experiência como artista/docente. Às professoras presentes na banca de minha defesa, professoras Ângela Linhares e Arliene Stephanie, que contribuíram ativamente para a conclusão dessa pesquisa.

Aos amigos e colegas de estudo que me acompanharam durante esse processo, vivendo e vencendo inúmeros desafios, colaborando para superar cada um. Agradeço pelo carinho, apoio, acolhimento, paciência, conselhos, ensinamentos e palavras motivadoras, especialmente à amiga Cris Soares, que organizou esse material e segue representando os demais colegas, que levo para a vida.

A todos que fazem a Escola Municipal Noelzinda Sátiro Santiago: núcleo gestor, professoras e professores, funcionários, pais/responsáveis pelas crianças envolvidas no processo criativo pós-reconto das narrativas, e mui especialmente a cada criança do 1º e 2º ano do EF, anos letivos de 2023 e 2024, que possibilitaram colorir esse trabalho com suas ilustrações, encantando essa pesquisa.

Agradeço à Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, através do Programa Observatório da Educação e ao PPGArtes do IFCE - Fortaleza, pelo apoio a essa investigação. Por fim e mais que especialmente, agradeço aos povos Jenipapo-Kanindé, do município de Aquiraz-CE, ao povo Tremembé da Barra do Mundaú, do município de Itapipoca-CE, ao povo Pitaguary do município de Pacatuba-CE e aos Paiakus de Paripueira - Beberibe-CE. A todos os povos envolvidos nessa pesquisa, minha gratidão pelo acolhimento durante visitas e conversas ocorridas nas festividades ou vivências, repassando um pouco de seus costumes, culinária, espiritualidade e narrativas, possibilitando a realização da minha Dissertação de Mestrado, apresentando como produto, essa obra.



PREFÁCIO


Existem caminhos, vários caminhos e pessoas. Existem encontros que embelezam a dureza do caminhar. Foi assim meu encontro com Lídia, autora desta obra e com a força que emanava de sua pesquisa. Não apenas pelo objeto em si que me era comum, mas pela trajetória, poética e potência dessa autora docente pesquisadora.

Narrativas de povos indígenas se fez e se faz necessária, não apenas para o reconhecimento dessas expressões para as crianças de nossas escolas, mas sim, pelas diversas possibilidades de criação e recriação do imaginário infantil com elementos de pertencimento a nossa ancestralidade. Na forma como essas narrativas revelam nosso território próprio e original dando ênfase a um Ceará multifacetado e pouco revelado até então, que é este Ceará indígena.

Caminhar pelo Marco vivo da Yburana junto ao povo Jenipapo-Kanindé, ir na Festa da Farinhada junto aos Tremembé de Mundaú, dialogar com os Pitaguary de Pacatuba e com o povo Payacu de Paripueira nestas plagas cearenses, é o que nos possibilita a leitura desta obra nos envolvendo com o universo oral destas vidas coletivas.

Conheço o chão da sala de aula do infantil a pós-graduação. Sei da necessidade da fantasia constituída de verdades e de poética no dia-a-dia escolar. Poder recontar e recriar outras histórias ou outras possibilidades e personagens em cada narrativa, possui uma força viva junto aos pequenos e impulsiona para a leitura e para vários outros processos de criação.

Caminhar junto as experiências da autora nesta obra nos induz ao encontro de nós mesmos, de legados que nos foram furtados de conhecer, e nos faz sentir essa mulher/menina, esse homem/menino que ainda habita em nós. Como eu gostaria de ter tido uma professora Lídia na minha vida com esta energia brincante, essa folia certa ao contar história e a me deixar viajar por tantos caminhos que essas narrativas trazem. Desenhar, pintar, criar, recontar, cantar, dançar, trazer de novo. Ver meus braços e pernas a nadar na Lagoa encantada,



poder saber sobre o Segredo de Guajara, e sair por aí, por tantos caminhos deste Ceará imenso buscando um curumim, um Pajé e poder recontar sobre a lenda do Ceará gritando para todos ei.... tem indígena pra todo lado! Tudo isso com certeza, traduz as possibilidades destas narrativas no reconto traduzido na seção de seu percurso pedagógico e acadêmico.

Na busca de narrativas dos povos originários do Ceará, a autora destaca os povos indígenas cearenses e seus territórios dando ênfase posteriormente a várias narrativas obtidas em seus encontros e caminhos com nossos povos e nos brinda com Japira, a amiga das abelhas; Amanaci, a mãe da chuva; Guajara, o protetor dos mangues e das matas; Coatiabo, o guerreiro branco; Iracema a virgem dos lábios de mel; Mãe D`água e o peixe ferido; o mito e a cobra, dentre outros.

Buscando contribuir para a aprendizagem de crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, a autora destaca nesta obra o resultado de seu caminhar, de suas intervenções e de todas as estratégias utilizadas para tornar exitosa sua ação criativa no chão da escola, permeada de pertencimento ao legado dos povos originários do Ceará.

Que seu encontro aqui possa envolver você também com estas narrativas e com a urgência de tê-las nas práticas educativas do cotidiano escolar em uma rede rizomática de outras possibilidades.


Profa. Lourdes Macena
Profa. Titular IFCE – Dra. em Artes
Coordenadora PPGARTES IFCE






SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1. INTRODUÇÃO	10
2. RECONTO DE NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	17
2.1 A busca de narrativas de povos originários do Ceará	19
2.2 Os povos indígenas do Ceará e seus territórios	23
3. O CAMINHO PERCORRIDO AO ENCONTRO DE NOSSA HISTÓRIA	31
3.1 Visita ao território do povo Jenipapo-Kanindé na XXIII Festa do Marco Vivo de Yburana	32
3.2 Visita ao povo Tremembé da Barra do Mundaú: Festa da Farinhada	44
3.3 Visita ao território do povo Pitaguary-Pacatuba-CE	62
3.4 Visita informal ao povo Payaku de Paripueira-Beberibe-CE	77
4. DO PERCURSO PEDAGÓGICO E ACADÊMICO	84
4.1 Mostra Recorte Poético das Infâncias: parceria entre o Mestrado de Artes do IFCE Fortaleza e o Programa Observatório da Educação da SME.....	84
4.2 Exposição O desenho infantil sobre as narrativas de povos originários do Ceará	86



4.3 Das narrativas trabalhadas com as crianças para a montagem da Exposição.....	94
4.3.1 <i>A lagoa encantada</i>	94
4.3.2 <i>O segredo do Guajara</i>	102
4.3.3 <i>Um curumim, um Pajé e a lenda do Ceará</i>	110
4.3.4 <i>Tem indígena pra todo lado</i>	117
4.4 Lendas de povos indígenas do Ceará	125
4.4.1 <i>Japira, a amiga das abelhas</i>	127
4.4.2 <i>Amanaci, a mãe da chuva</i>	128
4.4.3 <i>Guajara, o protetor dos mangues e das matas</i>	129
4.4.4 <i>Coatiabo, o guerreiro branco</i>	130
4.4.5 <i>Iracema, a vírgem dos lábios de mel</i>	131
4.4.6 <i>Mãe D'água e o Pai do Mar</i>	132
4.4.7 <i>A Mãe D'Água e o Peixe Ferido</i>	134
4.4.8 <i>O mito da cobra</i>	135
CONSIDERAÇÕES NÃO-FINAIS	137
REFERÊNCIAS	139





APRESENTAÇÃO

Esse livro nasce como produto a ser apresentado durante a defesa da Dissertação do Mestrado Profissional em Artes: RECONTO DE NARRATIVAS DE POVOS ORIGINÁRIOS DO CEARÁ NO CONTEXTO ESCOLAR, do PPGArtes do IFCE, Campus Fortaleza, sob orientação da Professora Dr^a Maria de Lourdes Macena de Souza. Segue um recorte da pesquisa realizada junto a crianças de séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo as narrativas de povos indígenas favorecendo nas estratégias de ensino das crianças, especialmente na disciplina de Artes, onde o processo criativo das crianças deve ser estimulado.

A obra aborda a pesquisa e o percurso utilizado pela professora/artista/pesquisadora, dentro e fora do contexto escolar, com leves orientações pedagógicas que podem favorecer no desenvolvimento de ações educativas criativas trabalhadas em sala de aula, destacando a importância da valorização do reconto de narrativas originárias de povos indígenas cearenses e disseminação da cultura local.



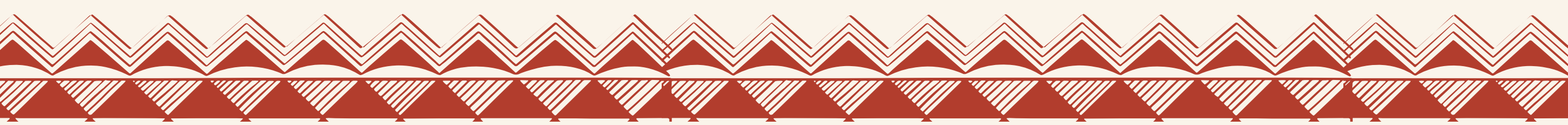
1. INTRODUÇÃO

Para iniciar a apresentação dessa pesquisa, precisamos refletir sobre a importância de apresentar a oralidade e suas infinitas expressões como um campo fértil de possibilidades para o ensino e aprendizagem em Artes, sendo necessário refletir e ter visão crítica de conhecimentos teórico-práticos, conforme princípios, conceitos, metodologias e avaliação das linguagens das artes utilizadas no processo de ensino e aprendizagem na escola, compreendendo limites e possibilidades na formação e no trabalho docente junto às crianças. O termo **oralidade** é uma forma de comunicação humana que se utiliza da fala como principal meio de expressão, se caracterizando pela produção sonora da língua, envolvendo diversos elementos como a *fonética*, que se refere aos sons da língua; a *fonologia* que trata da organização dos sons em sílabas e palavras; a *morfologia* que apresenta a formação das palavras; a *sintaxe*, que se refere à organização das palavras em frases; a *semântica*, que apresenta o significado das palavras e frases, e a *pragmática*, que é o uso da linguagem em situações comunicativas reais.

A oralidade é uma forma essencial de comunicação humana que está presente em diversos aspectos da vida social, o que possibilita a construção da identidade social, conforme nos declara Ong e Almeida (1982, p. 31): "*A oralidade é a forma primária de comunicação humana e desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento, na transmissão de valores e na formação da identidade cultural.*" Dessa forma é importante destacar que a oralidade é fundamental para a interação social, para a expressão individual e a construção de relações sociais, pois permite que os indivíduos interajam uns com os outros, já que a fala é o principal meio de comunicação entre as pessoas, possibilitando a troca de informações, ideias e sentimentos.

Tecendo os conhecimentos oriundos da oralidade de um povo, se faz necessário também falar um pouco sobre tradição oral e suas ramificações, para melhor compreensão dos objetivos dessa investigação. No caso da tradição oral podemos definir como sendo a transmissão de conhecimentos, crenças, costumes e valores que passam de geração em geração através da fala, sem a utilização da escrita. Se manifesta em diversas formas, como em contos populares, definidos como histórias fantasiosas ou reais, passadas de boca em boca; lendas, que são narrativas que explicam a origem de fenômenos naturais, lugares ou eventos históricos; mitos, que são histórias que narram as ações de deuses, heróis ou outros seres sobrenaturais; provérbios, que são ditados populares que expressam sabedoria popular; canções, que são músicas que transmitem histórias, valores e crenças; poema que trazem composições poéticas que expressam sentimentos, ideias e emoções, e rituais, que são consideradas práticas tradicionais que celebram datas importantes, como festas religiosas ou colheitas.





Conforme nos afirma o educador brasileiro Paulo Freire (1987): "A tradição oral é um instrumento poderoso para a educação popular e para a promoção da cidadania." A tradição oral é importante por diversos motivos, a considerar a preservação da identidade cultural, pois permite que as tradições, costumes e valores de um povo sejam transmitidos de geração em geração, contribuindo para a formação da identidade individual e coletiva. Promove a coesão social, pois une as pessoas em torno de valores e crenças comuns, fortalecendo laços sociais e a coesão da comunidade. É um importante meio de transmissão de conhecimentos ancestrais, como técnicas de agricultura, medicina e caça, contribuindo também para o enriquecimento da vida cultural de um povo, proporcionando momentos de lazer, entretenimento e reflexão. É também um importante instrumento de educação para as novas gerações, transmitindo valores morais, éticos e sociais.

Sobre as lendas, uma das características da tradição oral, são consideradas narrativas ficcionais que se caracterizam por misturar realidade e fantasia. Combinam elementos reais com elementos fantasiosos, como seres sobrenaturais, eventos mágicos e lugares encantados. Com relação à transmissão oral, as lendas são transmitidas de forma oral, de geração em geração, através da fala. Possuem caráter explicativo, geralmente visam explicar a origem de algo, como um lugar, um fenômeno natural ou um evento histórico. Podem ter diversas funções sociais, como educar, divertir, transmitir valores morais ou fortalecer a identidade cultural de um povo.

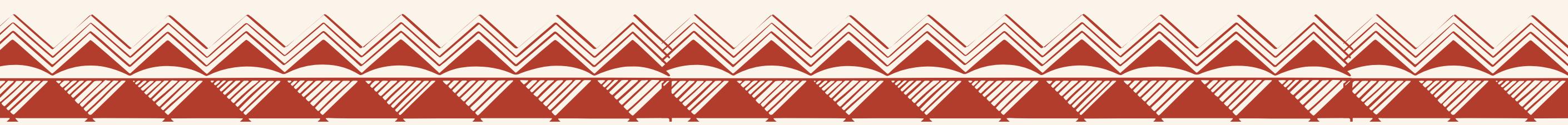
Para Câmara Cascudo (1954, p. 562) "As lendas são narrativas que visam explicar a origem de algo, como um lugar, um fenômeno natural ou um evento histórico." Dessa forma as lendas são importantes por diversos motivos, dentre eles a preservação da cultura popular, pois transmitem valores, crenças e costumes do povo. Também estimulam a imaginação, pois despertam a criatividade das pessoas, especialmente das crianças. Promovem a reflexão, nos levando a refletir sobre diversos temas, como a vida, a morte, o bem e o mal. Fortalecem a identidade cultural de um povo, unindo as pessoas em torno de valores e crenças comuns.

Considerando que a pesquisa realizada se refere às narrativas de povos indígenas do Ceará, destacamos informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletadas por Pereira (2023), onde o Censo de 2022 apontou os seguintes dados:



(...) o estado do Ceará possui um total de 56.353 pessoas autodeclaradas indígenas. O número quase triplicou desde o último censo de 2010 no qual havia 19.226 pessoas autodeclaradas indígenas no estado. Assim, o Ceará é o nono estado do país com a maior população indígena. (PEREIRA, 2023, p. 66).





A história deixa claro o sofrimento ocorrido durante o etnocídio e o genocídio dos povos indígenas, assim a oralidade e a cultura dos povos originários foram bastante devastadas considerando que os indígenas foram obrigados a serem catequizados e civilizados pelos padres jesuítas conforme os valores cristãos europeus, tendo sido a oralidade utilizada para penalizar os indígenas, introduzindo a palavra “pecado” e seu significado, assim os povos indígenas do Nordeste brasileiro muito sofreram com o processo de caboclicização e a negação da própria existência, dessa forma a oralidade não fez parte da História apresentada em fontes documentais, já que não foi contada pelos povos indígenas. Infelizmente a Educação, através de suas instituições formais, como escolas e universidades, não validam de fato as fontes primárias, muito embora, nos últimos tempos essa visão distorcida da história vem mudando, mesmo que a passos lentos, sendo, dessa forma, a Lei 11.645/08, uma das políticas afirmativas para essa mudança necessária. Vejamos o que nos relata Pereira (2023) sobre o silenciamento dos povos indígenas:



O silenciamento e a invisibilidade histórica a que os povos indígenas foram submetidos acabaram também por ocultar seus moldes de práticas educativas da História oficial. A partir disso, é lançada a seguinte metáfora: o que ofereceram a estes povos sobre sua própria história foi a cruz e a espada. Ou foram submetidos a morte étnica e cultural pela fé (etnocídio) ou foram mortos fisicamente pela espada (genocídio). (PEREIRA, 2023, p. 72).

É importante refletir sobre o papel do professor de se utilizar do lúdico e da afetividade para favorecer no ato de ensinar e formar crianças criativas e reflexivas com relação ao seu processo criativo. A utilização sistemática da Literatura Infantil e também de histórias advindas da cultura popular ou oralidade local, nesse caso em especial as narrativas de povos originários do Ceará, podem colaborar nesse fazer pedagógico, assim como outros portadores de textos ou recontos populares que venham contribuir na criação de projetos, estratégias e intervenções que se apropriam de técnicas de contação de histórias e seus encantamentos que evidenciam a afetividade, o que favorece nessas articulações que devem ocorrer com qualidade e empenho por parte de todos que fazem a escola, visando formar um aluno pensante, crítico, criativo e participativo.

A formação de uma criança que narra sua própria história e de seu povo, possibilita a formação de outras crianças reflexivas e críticas, e assim teremos uma escola inclusiva, afetiva e rica em possibilidades lúdicas acerca da criação e da arte que está imbuída em fortalecer de fato a existência de uma educação de qualidade. As linguagens artísticas articulam saberes referentes a produtos e fenômenos que envolvem as práticas de criar, com o desenvolvimento da escuta atenta, do ler, narrar, produzir, interpretar, construir, exteriorizar e refletir sobre as diversas formas artísticas existentes.



A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. Vejamos o que o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) nos declara:



(...) Para o DCRC, assumimos o posicionamento da BNCC (BRASIL, 2017), quanto à compreensão das manifestações segundo o qual 'as manifestações artísticas não são reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, nem como mera aquisição de códigos e técnicas'. (DCRC, 2019, p. 304).

A possibilidade dada às crianças de recontar uma história narrada por sua professora, por alguém da família ou ouvida em um ambiente externo à escola, podendo assim criar livremente a partir dessa narrativa, alterar o final da história, se assim desejar, ou quando solicitado, ou mesmo tentar manter a essência da narrativa, reconhecendo e valorizando as etapas da história, com seus conflitos e soluções, decorrentes do enredo com começo, meio e fim, destacando o desenho livre, que é uma forma de recontar a narrativa, desde que a criança seja instigada a descrever o desenho com a parte da história que mais lhe chamou atenção, é de fato uma oportunidade dada à criança para fruir sua criação, uma criação livre de julgamentos e avaliações, mas consciente de sua importância para seu crescimento, amadurecimento, autonomia e desempenho positivo no processo criativo e de aquisição da leitura, da escrita, oralidade e conhecimento de si e do mundo que a cerca.

Geralmente as histórias descritas nos livros de literatura infantil costumam nos trazer algum ensinamento e é possível trabalhar na criança a autonomia no seu processo criativo, dessa forma a compreensão do enredo da história se torna fundamental para fortalecer nesse processo, mesmo que essas narrativas sejam advindas de outros portadores de textos ou simplesmente do reconto popular. A sala de aula de uma escola regular nos traz infinitas possibilidades, como nos destaca Oliveira (2009):



Esse 'espaço privilegiado da sala de aula' poderá ser o berço de futuros autores, escritores, artistas, se nós, educadores, fizermos da Literatura Infantil um momento de lazer, no qual o aluno sinta prazer em ler uma história e não como uma tarefa a mais para cumprir. (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

Baldi (2009) afirma que é necessário ampliar nossa visão para além da competência leitora, escritora e do próprio processo de letramento, buscando outras razões para se trabalhar com a literatura, se referindo ao prazer que a leitura pode oferecer não apenas a nossa condição de professores, mas especialmente de leitores:





É preciso alimentar a imaginação de nossos alunos, compartilhar leituras com eles e oferecer-lhes experiências de fruição para que descubram os encantos da literatura como uma forma de arte que possibilita conhecerem melhor a si mesmos, ao mundo e aos que os cercam, para que se tornem pessoas mais sensíveis, mais críticas, mais criativas. (BALDI, 2009, p. 08).

É fundamental que o professor pense nesse propósito divertido dado ao ato de ler, deixando livre a imaginação para viver a narrativa, mediante momentos com leituras ou recontos como fonte de prazer e informação, ampliando o repertório das crianças, possibilitando que a curiosidade possa fluir com sua imaginação e criação, para que os alunos se tornem de fato leitores. Essa ação poderá influenciar na construção de alunos leitores, escritores, intérpretes e narradores, por amor e prazer, não por imposição. Albuquerque (2019), destaca que o desenvolvimento da criança deve ocorrer em parceria com o outro:



O desenvolvimento da criança é um processo conjunto, ou seja, feito em parceria com outros seres humanos, e ocorre em diferentes contextos sociais, ao longo de sua experiência nas práticas culturais de sua comunidade, assim como nas práticas criadas nas instituições educacionais. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 64).

O ensino e a aprendizagem em Arte não estão resumidos apenas em atividades de produção artística, tais capacidades também são compreendidas enquanto processos de aprendizagem que vão se constituindo aos poucos, portanto o ensino e aprendizagem em Artes possibilita a emergência das criações e a conquista de significados por parte dos estudantes no fazer cotidiano, em parceria com professores, com as quatro linguagens da Arte, aptos a favorecer interconexões e diálogos artísticos.



Entendemos que, por meio das linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), desenvolvemos as dimensões do conhecimento. Elas envolvem a criação, a crítica, a estesia, a expressão, a fruição e a reflexão, que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. (DCRC, 2019, P. 301).

Essa pesquisa atingiu crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, entre 6 e 8 anos, do 1º e 2º anos, na tentativa de reconhecer que o lúdico, associado à oralidade, por meio de narrativas de contos populares, nesse caso focado nas narrativas de povos originários do Ceará, com utilização de estratégias diversificadas, podem contribuir no ensino das Artes e favorecer consideravelmente no processo de criação, apreciação e aprendizagem das crianças. Santos (2007), faz uma reflexão sobre os contos populares:





Dizem que os contos populares – esses que vêm de priscas eras e que não têm donos – andam de boca em boca, de mão em mão, esperando que os fios que tecem suas narrativas sejam puxados e prolongados por outros dedos e outras tantas vozes. Dizem também que estão adormecidos, se fingido de mortos, até que surja um encontro entre aquele que tem a arte de contar com aquele que gosta de ouvir. Que se desprende de si para sentir o mundo se fazendo vida na voz do narrador. Os contos populares são assim, só acontecem através de encontros. Sua força concentra-se na tradição oral e na comunidade. Num liame entre o narrador e o ouvinte. (SANTOS, 2007, p. 02).

Sobre cultura popular, linguagens artísticas e Educação, Silva (2008) destaca a importância dada à escola com relação à promoção e difusão de conhecimentos das manifestações culturais populares. Para o autor essa seria a mais importante possibilidade dada à Educação, pois essas manifestações quando integradas de forma revolucionária no interior do sistema e do processo de ensino formal, permitem que se possa pensar algo mais amplo, como uma nova e mais humanizada estratégia de educação. Assim, o autor discorre sobre linguagem:



A linguagem sabemos, é a capacidade de expressar, de simbolizar e comunicar idéias, sentimentos, sensações... enfim, de dizer o mundo. Portanto, aquilo que existe de mais humano no homem. Uma escola concebida como um espaço onde pudesse vicejar uma multiplicidade de linguagens permitiria florescer, também, uma pluralidade de sentidos, de novos sentidos do humano. Uma escola apta a fazer do ensino um instrumento sustentador de valores e não mais pura e simplesmente reprodutora de aprendizado técnico. (SILVA, 2008, p. 15-16).

Para Silva (2008), cultura popular brasileira é um estoque inesgotável de conhecimentos, sabedorias, tecnologias, maneiras de fazer, pensar e ver as relações sociais, ou seja, segundo ele, é uma medida, um lugar, mais que simplesmente criticar o modelo genocida e autodestrutivo de sentido do viver e de humanidade, dessa forma o autor conclui sobre o verdadeiro papel da escola nesse contexto de respeito à cultura popular brasileira:



Só depois de nos despir dos entulhos de mais de 500 anos de vigência de noções hierárquicas e desiguais será menos absurdo pensar também a possibilidade de uma outra escola, de uma outra maneira de ensinar, e sobretudo, de ensinar outras coisas. (SILVA, 2008, ps. 09 e 10).



Ainda sobre cultura popular, Brandão (2008), declara:



Mas culturas populares existem formas de educação extra-escolar, cujo valor apenas agora começamos a descobrir. Tal como acontece com os povos indígenas, cantando e dançando, vendo como-se-faz-e-fazendo, jogando e trabalhando ao lado dos 'mais velhos', os 'mais jovens' convivem com aprendizados simples e complexos que vão dos segredos do plantio do milho até os de uma Folia de Santos Reis. (BRANDÃO, 2008, p. 36).

É interessante, sempre que possível, manter um diálogo com as crianças pós-apreciação da narrativa, fazendo questionamentos sobre a compreensão do que foi narrado, sendo conveniente também disponibilizar o material performático utilizado durante a contação, como fantoches, adereços, instrumentos musicais e microfone, seja portátil ou não, assim as crianças se sentem mais confiantes em tentar recontar a história. Também é interessante recontar histórias já conhecidas e fixadas na memória ou mesmo de própria criação, afinal as crianças devem ser percebidas como potenciais narradores/contadores, que criam livremente com o uso de inúmeros recursos. Destacamos que os contos recolhidos através das narrativas de povos originários cearenses poderão proporcionar não somente a valorização da cultura local, mas tecer o histórico da tradição oral e do processo de invalidação e negação das identidades indígenas, atiçando a curiosidade das crianças, brotando o desejo de fazer o reconto para colegas, amigos e familiares.



2. RECONTO DE NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR

A literatura infantil nos oferta um rico acervo que possibilita a construção de estratégias para a narração onde o encantamento se faz fortemente presente, favorecendo na oralidade, na escuta atenta, propiciando reflexões individuais ou coletivas. As bibliotecas das escolas do Município de Fortaleza possuem um bom acervo para a realização desse trabalho, porém existem poucas obras com narrativas da cultura popular ou dos povos originários cearenses, dessa forma, os professores, durante as datas que se comemoram o folclore brasileiro, acabam por planejar suas aulas apresentando geralmente as lendas dos povos da Região Norte brasileira, especialmente do Amazonas, portanto as pesquisas e intervenções pedagógicas dificilmente se voltam para a cultura local. O problema é que essas narrativas da cultura local só são lembradas durante as datas comemorativas, como a data que hoje chamamos respeitosamente como “dia dos povos indígenas” ou dia do “folclore”, o que evidencia o descaso sobre a nossa própria história. O mesmo ocorre com o dia da “consciência negra” que infelizmente somente nessa data é trabalhado com mais afinco.

Pereira (2021), discorre sobre o descaso com relação à problemática envolvendo o respeito que se deve dá à cultura dos povos originários e nossa ancestralidade, afirmando que os povos indígenas também são capazes de produzir cultura, porém ficam à mercê de uma sociedade que geralmente os despreza, parecendo existir apenas nas datas, segundo a autora: “rememorativas”. Ainda destaca que “a escassez de material pedagógico para se trabalhar as questões indígenas é um fator crucial”, assim nos declara:



Apesar de a produção acadêmica sobre os povos indígenas despontar desde a primeira década dos anos 2000 e instituir-se como um novo campo de conhecimento na área, que deu voz a esses povos, efetivando o protagonismo deles, ainda é um conhecimento muito recente. (PEREIRA, 2021, p. 18).

Com a promulgação da Lei n.º 11.645/08, que alterou a LDB e substituiu a Lei n.º 10.639/03, para incluir a obrigatoriedade das temáticas de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das instituições de ensino públicas e privadas, Pereira (2021 p. 19) destaca que “mesmo com a obrigatoriedade de uma lei que já tem mais de 10 anos, esta não é cumprida em sua totalidade.” Dessa forma destaco as considerações da autora:





Que fique ressaltado também, que mesmo diante de todos esses desafios, nossos professores não têm a responsabilidade de sozinhos fomentarem uma lei em um currículo. Isso deve ser fruto de uma construção coletiva de toda a comunidade escolar, assim como das universidades que têm o desafio de reafirmar o interesse por novos conhecimentos, fomentar a pesquisa e contribuir com a formação de professores para trabalhar na Educação Básica brasileira, sobretudo com os conhecimentos produzidos pelos povos indígenas. (PEREIRA, 2021, p. 21).

Com relação a todas essas dificuldades, é importante discorrer um pouco sobre o folclore brasileiro. Lourdes Macena de Souza (2014), em sua tese de doutorado, destaca o termo “cultura folclórica”, afirmando que se constitui de expressões culturais “espontâneas”, pois surge a partir da ancestralidade familiar e/ou comunitária, sem indicativo ou imposição do clero, governo ou algum poder constituído, assim a autora declara que o folclore segue resistindo, dialogando e se renovando pela dinâmica da própria cultura, estabelecendo, assim, ao mesmo tempo, a marca de um povo plural e singular. Segundo Souza (2014, p. 50), a compreensão de folclore varia ao longo do tempo, construída historicamente, pois, segundo a autora, esse entendimento “é dinâmico como a própria vida, e por isso, nasce e cresce também nas cidades, e não somente na singularidade do campo.” A autora afirma que o folclore segue incorporando novos elementos, conforme questões, função e interesses de determinada comunidade. A autora ainda declara que o folclore, como campo de estudo formal, acompanha o conhecimento das ciências humanas e sociais, também na condição de fato cultural no contexto das relações que se situa. Como artista-educadora, a autora percebe o folclore como campo de estudos extremamente importante para a docência, pois pode estabelecer relações íntimas entre a escola e a comunidade na qual esteja inserida:



(...) Por meio de reconhecimentos, vivências e experiências com mestres e saberes locais, escola e/ou universidade denotam respeito e valorização dos saberes do povo do lugar e abrem espaço para diálogos, aproximações e trocas de conhecimento, para o crescimento de todos. (SOUZA, 2014, p. 50).

Considerando o que nos diz Souza (2014), essa pesquisa apresenta relevância quanto ao ato de ir ao encontro dos territórios indígenas em busca de conhecer a cultura e narrativas de povos originários cearenses, possibilitando essa relação educativa sobre o folclore dentro da escola:



As relações educativas com o folclore na escola não podem ser casuais, circunstanciais ou temporais. A cultura folclórica deve estar no cotidiano escolar, pois de outra forma, não atingirá educação efetiva para valorização e reconhecimento das culturas tradicionais. (SOUZA, 2014, p. 51).



Essa pesquisa focou no desenvolvimento de apresentações de narrativas de povos indígenas cearenses para que as crianças tenham ciência de sua origem e sua ancestralidade, dando considerável importância às reflexões feitas pelos pequenos após o relato das narrativas, em especial a releitura que partiu das crianças através das ilustrações criativamente produzidas e apresentadas via exposição e também apresentadas na produção desse trabalho, valorizando o processo criativo das crianças. A área de conhecimento da disciplina de Artes apresenta formas de avaliar as produções infantis, seja com relação ao relato das crianças, após apreciação da narrativa, valorizando assim a oralidade dos pequenos, ou mesmo nas produções de suas ilustrações, sendo suas percepções preservadas e valorizadas.



2.1 A BUSCA DE NARRATIVAS DE POVOS ORIGINÁRIOS DO CEARÁ

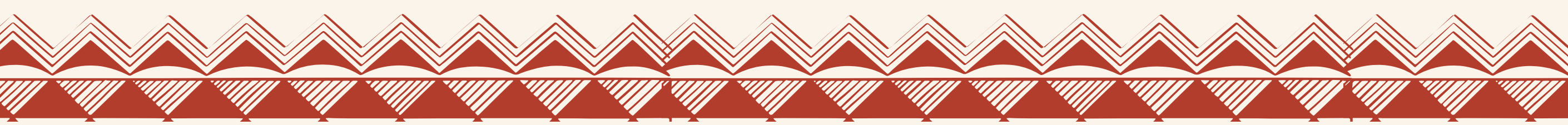
Para a realização dessa pesquisa foi necessário fazer visitas a alguns territórios de povos indígenas cearenses durante suas festividades para colher informações, pesquisar costumes e algumas narrativas de suas vivências, como também contos e lendas indígenas locais para se trabalhar com as crianças em sala de aula. Sobre o respeito às diversas culturas populares existentes e suas artes, aprendizado e educação, Brandão (2008) declara:



Nada mais errado do que dizer: 'esse homem não tem cultura nenhuma'. Nada mais equivocado do que dizer: 'essa é uma gente sem cultura'. E, no entanto, não é raro que algumas pessoas pensem assim. E também não são raras hoje em dia, como no passado, ações sociais derivadas de idéias que centram em um modo de ser ou em uma cultura toda a excelência, e desqualificam as outras. [...] Cada ser humano é um eixo de interações de ensinar-aprender. Assim, qualquer que seja, cada pessoa é em si mesma uma fonte original de saber e de sensibilidade. Em cada momento de nossas vidas estamos sempre ensinando algo a quem nos ensina e estamos aprendendo alguma coisa junto a quem ensinamos algo. Ao interagir com ela própria, com a vida e o mundo e, mais ainda, com círculos de outros atores culturais de seus círculos de vida, cada pessoa aprende e reaprende. (BRANDÃO, 2008, p. 33).

Partindo para a pesquisa é importante destacar a existência da Coleção PAIC+ que fez parte das ações do Governo do Estado do Ceará, que desenvolveu com os municípios o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e o Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5). Ambos apresentavam como principal objetivo o compromisso de elevar a qualidade da leitura e escrita dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (EF), contemplando todas as turmas das escolas públicas dos 184 municípios cearenses.





Essas coleções de literatura: PAIC e PAIC+5, foram divididas por categorias para atender à proficiência nos três níveis de ensino: I: Educação Infantil e 1º Ano (PAIC); II: 2º e 3º anos (PAIC/PAIC+5); e III: 4º e 5º anos (PAIC+5).

As coleções apresentavam um rico acervo, trabalhando a identidade cultural, reunindo narrativas de autores do Ceará, constituindo, assim, um estímulo e valorização desses escritores, bem como um especial estímulo ao professor ou professora em ler e contar histórias da cultura local para as crianças em sala de aula, nas bibliotecas e pátios da escola. Nessa época os cantinhos de leitura foram amplamente influenciados e exigidos em todas as salas de aula, devendo também serem montados em outros ambientes e espaços da escola. Durante as investigações realizadas nessa pesquisa, foi detectado que apenas sete livros da Coleção PAIC+ trazem narrativas da cultura de povos indígenas cearenses, porém foi detectado que no ano letivo de 2023 as escolas do Município de Fortaleza praticamente já não possui livros da Coleção PAIC+ a serem trabalhados com as crianças nas escolas, pois foram literalmente extraviados. Localizar esses exemplares tornou-se praticamente um “caça ao tesouro” considerando que o Governo do Estado e os Municípios não mais produziram esse material ou os repuseram nas escolas para permanecer o trabalho que vinha sendo realizado.

Como as escolas não possuem em seus acervos livros suficientes que abordem narrativas de povos originários, muito menos do Estado do Ceará e os poucos localizados, em sua maioria, destacam a cultura de outros povos indígenas do país, localizados em especial na região da Amazônia, outros livros do acervo pessoal da pesquisadora foram acrescentados a esse trabalho junto às crianças.

Após a apresentação das narrativas feita pela professora, os recontos podem ser feitos pelas crianças em sala de aula e nas demais dependências da escola, bem como também podem ser realizados trabalhos voltados às artes plásticas onde as crianças podem expor os desenhos de suas narrativas, bem como ter o conhecimento sobre delimitação de territórios indígenas nos espaços do Estado do Ceará.

Com relação às linguagens trabalhadas no Ensino das Artes, a BNCC propõe uma abordagem que articule seis dimensões do conhecimento, que são: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão. Traz ainda a ideia de que não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas “(...) *de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola*”. (BRASIL, 2018, p. 196). Ainda declara que: “*Além das quatro linguagens do componente curricular (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), a BNCC prevê uma última unidade temática chamada Artes integradas, que ‘(...) explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas...*” (BRASIL, 2018, p. 199).



Dentro do conteúdo previsto como Artes integradas, existe o objeto de conhecimento “Patrimônio Cultural”, que prevê como habilidades:



Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. (BRASIL, 2018, p. 211).

Dessa forma é importante se trabalhar com as crianças cotidianamente a leitura de textos, tornando cada dia mais as crianças curiosas e reflexivas, tendo a Literatura Infantil como ferramenta que possibilita a realização de inúmeras interferências positivas, conforme nos declara Oliveira (2009):



A Literatura Infantil é um dos suportes básicos para o desenvolvimento do processo criativo, pois ela oferece ao leitor uma bagagem de conhecimentos e informações capazes de provocar uma ação criadora. No contato com histórias lidas ou ouvidas, a criança vai adquirindo novas experiências. (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

A autora deixa claro também a importância de ler e contar histórias para as crianças desde seus primeiros anos de vida, estimulando a leitura, para que além de ler e desfrutar desse prazer indescritível, também adquiram potencialidades que são extremamente importantes para o desenvolvimento da fantasia e criatividade da criança. A autora sugere que o professor diversifique a forma de contar histórias em sala de aula, utilizando material concreto. Dessa forma o professor pode se utilizar do próprio texto, álbum seriado, sanfonado, flanelógrafo, quadro de pregas, teatro de sombras, canções, cineminha, técnicas de teatro com jogos teatrais ou dramatizações, fantoches, dobraduras e diversas outras ferramentas e possibilidades que podem enriquecer esse momento lúdico e prazeroso, como desenhar no quadro branco os personagens, enquanto narra a história, ou ainda se utilizar de ferramentas como o uso do data-show com apresentação em power point desses livros, agora localizados apenas em PDF, para que as crianças possam ter acesso a esse material de suma importância para conhecer e valorizar as narrativas dos povos indígenas do Ceará, afinal o ato de aprender é visto pelo viés da experiência, também compreendendo a aprendizagem a partir da perspectiva de Paulo Freire, em que “... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (Freire, 2019, p. 47).

Considerando a importância de estarmos atentos no processo criativo e de aquisição da leitura, da escrita e compreensão leitora de nossas crianças, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica ressaltam que a Literatura Infantil de fato está aliada a esse processo:





A escola deve adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade às crianças na sala de aula, explorar com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utilizar mais materiais que proporcionem aos alunos oportunidade de racionar manuseando-os, explorando as suas características e propriedades, ao mesmo tempo em que passa a sistematizar mais os conhecimentos escolares. (BRASIL, 2013, p. 121).

Destacamos as narrativas dos povos originários do Ceará para irmos além da compreensão da narrativa, mais em especial a compreensão de sua identidade cultural. Infelizmente atualmente está cada vez mais difícil o acesso a indivíduos que sintam prazer em narrar histórias, assim Walter Benjamin (1994) declara em seu livro O Narrador:



São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1994, p. 197-8).

Dessa forma é fundamental que o professor pense nesse propósito divertido dado ao ato de narrar pós leitura ou escuta, deixando a criança livre para imaginar, refletir e viver a criação, com possibilidade de também narrar, assim sua oralidade será trabalhada e desenvolvida. É importante deixar a curiosidade da criança fluir junto com sua imaginação e criação. Essa ação poderá influenciar na construção de alunos leitores, escritores, intérpretes e narradores, por amor e prazer, sem imposições.

Os contos populares, passados de geração para geração, são passíveis de modificações, surgindo criações muitas vezes divertidas, pois surgem da memória coletiva e sofrem naturalmente adaptações. Azevedo nos adverte sobre o termo narrativa e suas diversas abordagens:



(...) o termo 'narrativa' é amplo e pressupõe a possibilidade de diversas abordagens. Refiro-me a uma narrativa que se pretenda popular, que seja linear, construída acumulativamente, com começo, meio e fim, que tenha continuidade, que tenha como objetivo contar uma história de interesse geral, abordando temas que permitam identificação imediata, um discurso compartilhável construído através de uma linguagem familiar e acessível. [...] Para além de um recurso literário, a narrativa pode ser considerada um dos procedimentos através dos quais tornamos a vida e o mundo interpretáveis. (AZEVEDO, 2008, p. 185).



Destacamos a importância necessária sobre a valorização das conquistas infantis como narradores dos contos assimilados, criados ou adaptados em seu processo criativo, tornando público as apresentações das crianças para a comunidade escolar, seja em sala, nos pátios ou quem sabe em outras instituições. Essas intervenções que a disciplina de Artes proporciona, de maneira interdisciplinar, se utilizando brilhantemente da literatura infantil ou reconto oral, através do faz de conta, do reconto de narrativas com a utilização do encantamento de algumas técnicas de contação de histórias, podem contribuir para a valorização da cultura local, em especial dos povos originários do Ceará, a que se propõe essa pesquisa, bem como ao exercício da escuta, do crescimento intelectual, desenvoltura, criatividade e socialização das crianças, favorecendo positivamente no seu processo de criação e aprendizagem, especialmente em favor do aumento de sua autoestima, propiciando autonomia, gerando assim o protagonismo infantil.



2.2 OS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ E SEUS TERRITÓRIOS

Foi necessário investigar os povos indígenas existentes hoje no Brasil e alguns números chamam atenção, tanto pela quantidade quanto pela diversidade e invisibilidade das culturas desses povos. Segundo o Censo do IBGE, de 2010, existiam na época mais de 240 povos indígenas, que totalizam 896.917 pessoas indígenas, destas, 324.834 viviam em cidades e 572.083 em áreas rurais, e o mais importante que em 2010 o IBGE registrou a existência de cerca de 180 línguas indígenas faladas, bem diferente dos dados coletados em apenas três anos anteriores. Ainda assim, bem recentemente, no ano de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca o censo de 2010 que apresenta 15 (quinze) povos indígenas no Ceará:



No Ceará, os dados históricos mais recentes trazem o reconhecimento de 15 povos indígenas, a saber: Anacé, Gavião, Jaguaribara/Karão, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia Kariri, Tremembé, Tubiba Tapuya e Tupinambá. Eles estão distribuídos por vários municípios.¹

Esses povos originários, já reconhecidos em diversas localidades por todo o Estado do Ceará, apresentam modos de ser e culturas próprias, específicas e bem diferenciadas. Freitas (2022, p. 5-6), destaca outras etnias que não são mencionadas em documentos oficiais, declarando que além destes 15 povos já reconhecidos e mapeados: “há também os Kariri localizados no sul do Ceará e os Paiacu de Paripueira, que não estão vinculados ao movimento indígena local e, por esta razão, não são mencionados em certas publicações ou nas estatísticas oficiais”.

1. Informação eletrônica. Acesso em 17/09/2023, dados do IBGE - Os indígenas no censo demográfico, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf;



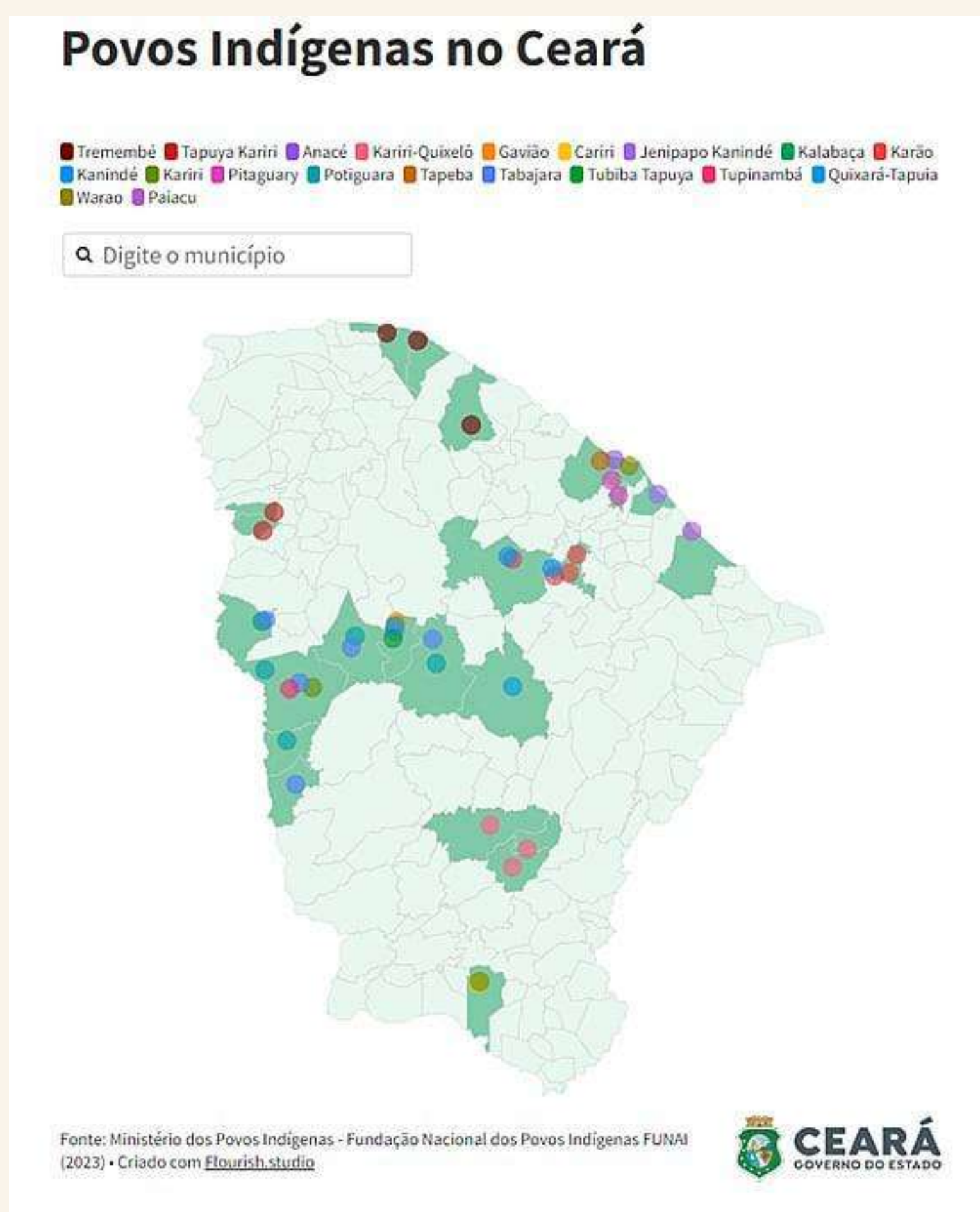
A autora ainda ressalta que ocorreram vitórias significativas no movimento indígena, dentre elas, várias mudanças e conquistas após a implantação da Constituição de 1988, como verificado nos artigos 231 e 232:



Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (...)

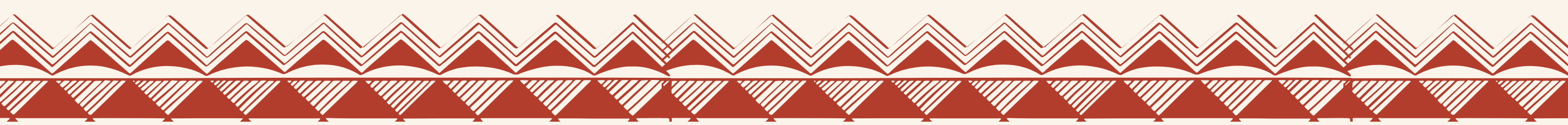
Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL, 1988).

Buscando atualizar os dados do quantitativo de povos indígenas existentes no Ceará, foi necessário visitar o site da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que afirma que atualmente o Estado do Ceará possui 20 (vinte) povos indígenas, a saber: Anacé, Cariri, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Kariri-Quixelô, Karão, Paiacu, Pitaguari, Potiguara, Quixará-Tapuia, Tupinambá e Warão.²



2. Dados colhidos em 19 de abril de 2023 no endereço eletrônico da FUNAI: http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_povos_indigenas.wsp.





Portanto, atualmente o Estado do Ceará identifica 20 povos indígenas distribuídos em vários municípios de seu território, como podemos perceber no mapa que apresenta as etnias dos povos, inclusive sendo incluída o povo da etnia Paiacu, mesmo que ainda não tenha sido oficialmente reconhecido, bem como outras etnias além das 15 já reconhecidas pelos órgãos competentes: Kariri-Quixelô, Cariri, Quixará-Papua, Warão, e, como já mencionado, os Paiacu.

Diante do surgimento de tantos povos originários em território brasileiro se fez necessário que a educação dos povos indígenas fosse repensada. Com relação ao surgimento de escolas indígenas diferenciadas no Nordeste brasileiro, segundo Freitas (2022), um fenômeno ocorrido na década de 1990, a autora discorre sobre o surgimento do interesse de pesquisadores acadêmicos sobre os povos indígenas:



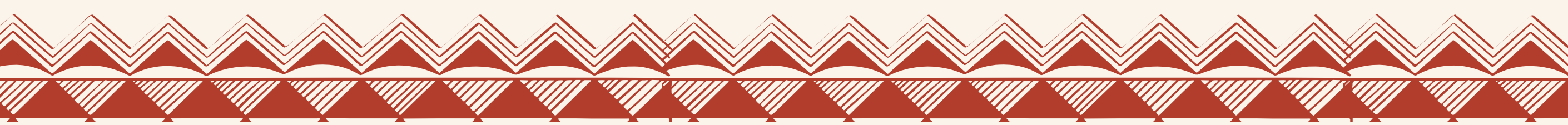
(...) Fato este que começa a chamar crescente atenção e interesse por parte de pesquisadores e acadêmicos por investigar o universo da insurgência destes povos. No Ceará, inicialmente com a mobilização dos Tapeba e Tremembé e posteriormente, dos Pitaguary e JenipapoKanindé, assistimos a um crescente levante da etnicidade do Estado. (FREITAS, 2022, p. 15.)

Freitas (2022) esteve com Naldinho Tremembé, professor formado pelo MITS (Magistério Indígena Tremembé Superior), que trouxe valiosas contribuições na reflexão sobre a importância do Magistério Indígena, ao ajudar a sistematizar seus saberes e no fortalecimento da sua identidade indígena através da arte. Segue trecho da entrevista cedida à autora em sua investigação, onde o professor indígena reforça a importância da memória trazida na música que favorece o ato de narrar a história de seu povo:



As músicas elas faziam esses relatos de contar essas histórias de como era a vida, né, dos nossos ancestrais e de como nós, enquanto professores, na época estudantes, a gente vivia disso. Aí hoje é que as coisas foram mudando. E aí essa sistematização dos saberes ela só ajudou na construção da nossa política enquanto escola, né, ajudou, deu um salto em tudo aquilo. (...) E quando a gente foi na época do MITS fazer essas rodas de conversas a gente foi fazendo essas pinceladas na memória e aí iam surgindo os relatos e a partir daí as construções das músicas. A gente fez os relatos, fez por exemplo os relatos dessas histórias e construiu as peças teatrais. Então tudo isso aí foi buscada através do imaginário (Informação verbal). 14 (Naldinho Tremembé, apud. FREITAS, 2022, p.20.)





Naldinho Tremembé deixa claro em sua declaração a importância da sistematização dos saberes para a construção de uma escola indígena voltada para a realidade social dos povos indígenas, considerando que as rodas de conversa possuem o poder de trazer os relatos partidos da memória afetiva de seu povo, construindo canções que contam e encantam através das narrativas colhidas por essas intervenções coletivas. A autora ainda destaca o que considera o professor indígena com relação à disciplina de Artes. Naldinho declara que ao perceber a arte como disciplina, identifica sua importância nos depoimentos e relatos de seu povo, na coleta de narrativas através da memória, nas experiências e vivências do dia-a-dia, ou seja, na rotina de seu povo.

É necessário destacar que a partir de 19 de abril do ano de 2023 ficou decidido que a partir dessa data o dia do índio (estabelecido erroneamente por décadas), é substituído pelo dia dos povos indígenas. Essa feliz mudança é resultado da aprovação da Lei Federal 14.402 que foi sancionada em 8 de julho de 2022. A alteração ocorreu com a aprovação do PL 5.466/2019, que revoga o Decreto-Lei 5.540, de 1943. O projeto, da deputada federal Joenia Wapichana (Rede-RR), recebeu relatório favorável de Fabiano Contarato (PT-ES). O senador explicou que o termo "povos indígenas" é preferido pelos povos originários, que veem a designação "índio" como preconceituosa.³



De acordo com o relator, "o termo 'indígena', que significa 'originário', ou 'nativo de um local específico', é uma forma mais precisa pela qual podemos nos referir aos diversos povos que, desde antes da colonização, vivem nas terras que hoje formam o Brasil. O estereótipo do 'índio' alimenta a discriminação, que, por sua vez, instiga a violência física e o esbulho de terras, hoje constitucionalmente protegidas". [...] Por outro lado, o termo "índio", segundo Contarato, foi difundido quando os portugueses chegaram ao Brasil e acharam, erroneamente, que haviam chegado às Índias. [...] "Mesmo após o esclarecimento desse equívoco, mantiveram o nome genérico pelo qual chamavam todos os povos das Américas", explica.⁴

O Projeto que resultou na Lei foi de autoria de Joenia Wapichana, a primeira deputada federal indígena eleita no Brasil:

3. Informação eletrônica. Matéria de Mateus Souza, sob supervisão de Sheyla Assunção para a Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado). Acesso em 20/07/2024, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/dia-dos-povos-indigenas-em-19-de-abril-substitui-dia-do-indio-apos-derrubada-de-veto>.

4. Idem.





A alteração na letra e na lei – muitas vezes usadas como instrumentos de colonização – é um marco importante para o processo de reconhecimento da diversidade dos povos originários contra a invisibilidade. Segundo dados preliminares do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 1,6 milhão de indígenas. [...] No Ceará, que tem 20 povos, segundo levantamento divulgado em 2023 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o 19 de abril agora coexiste com a primeira Secretaria dos Povos Indígenas (Sepince), criada oficialmente em fevereiro de 2023. À frente da pasta está a professora, mestre em Antropologia e Cacika Irê do Povo Jenipapo-Kanindé, Juliana Alves.⁵

A mudança na nomenclatura de índio para indígenas é de extrema importância pois, segundo Cacique Irê, índio foi um nome adotado pelos portugueses que chegaram ao nosso território e quando perceberam a diversidade cultural existente, pensaram estar chegando nas Índias, dessa forma adotaram esse nome, perpetuando estereótipos: *“Essas conquistas são uma reparação histórica do Estado brasileiro que, por várias décadas, tentou silenciar e invisibilizar a forma, o comportamento e a diversidade que esses povos vivem dentro da sua plenitude cultural”*⁶ Segundo a secretária da SEPINCE (Secretaria dos Povos indígenas do Ceará), Cacique Irê, a participação e representatividade dos povos no campo da construção política, é outro avanço inegável:



Com a criação do primeiro Ministério dos Povos Indígenas, que tem como ministra Sônia Guajajara, o Estado do Ceará também criou a Sepin. A gente precisa agora efetivar as políticas públicas dentro dos territórios, dando ênfase à importância da demarcação dos territórios indígenas.⁷

Cacique Irê declara ainda que nos últimos anos tem ocorrido um aumento significativo da população indígena no Estado do Ceará, movimento impulsionado pelo autorreconhecimento e reivindicação dos indígenas por suas identidades e terras que estão atualmente em diferentes fases de demarcação e regularização, conforme ela mesmo destaca como sendo um rio que flui cada vez mais volumoso contra o discurso de extinção, assim a secretária destaca que o quantitativo Censo do IBGE de 2022, não foi todo consolidado, mas apontou uma previsão de mais de 50 mil indígenas no Ceará.

5. Informação eletrônica. Acesso em 13/09/2023, disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/04/19/dia-dos-povos-indigenas-ceara-tem-secretaria-voltada-a-protecao-fortalecimento-e-valorizacao-dos-povos-e-seus-territorios/>

6. Informação eletrônica. Acesso em 13/09/2023, disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2023/04/19/dia-dos-povos-indigenas-ceara-tem-secretaria-voltada-a-protecao-fortalecimento-e-valorizacao-dos-povos-e-seus-territorios/>

7. Idem.





Até o momento, no Ceará, o único território demarcado é o do povo Tremembé do Córrego João Pereira [entre Itarema e Acaraú]. ‘O Governo Federal já sinalizou que dentre as treze terras indígenas que serão demarcadas pela União, uma está no Ceará, que é a do Povo Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca. Precisamos avançar ainda mais nessas ações’, explica a secretária.⁸

Para Cacique Irê a Educação tem um papel fundamental, evitando a reprodução da velha história tradicional que “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, enfatizando a caricatura do indiozinho nu que vive à margem do rio e que é preguiçoso. A história a ser contada é a dos povos indígenas na atualidade, como esses povos existem, onde estão, quais suas formas de existência, quais mitologias praticam, suas crenças e tradições, para ela a escola precisa praticar o ensino realista, valorizando a história dos povos originários.

Com relação à invasão e não sobre a “descoberta” do Brasil, Arliene Sthephanie de Menezes Pereira (2023), em sua tese de Doutorado, aborda sobre essa invasão, mencionada pela autora como um acontecimento denominado como mero “engano”, afinal quando os colonizadores portugueses aqui chegaram acreditaram estar nas Índias, batizando o lugar em princípio de Ilha de Vera Cruz e posteriormente de Terra de Santa Cruz. Segundo a autora esse erro perdurou até a primeira expedição exploradora ocorrida no ano de 1501:



O termo Índias no plural e não no singular que se refere somente a um país, era uma referência de como os europeus designaram primeiramente a região da Ásia meridional e o sudeste asiático (Índias Orientais) e, depois, a América (Índias Ocidentais – que inicialmente se referia às ilhas do Caribe, denominadas Caraíbas ou Antilhas e Bahamas). (PEREIRA, 2023, p. 70).

É importante deixar claro esses fatos históricos para nossas crianças em sala de aula, para tomarem consciência de como de fato tudo aconteceu, e dessa forma passem a conhecer sua verdadeira história, tendo a oportunidade de opinar, refletir e discutir sobre o tema, com propriedade e conhecimentos adequados sobre a herança deixada por nossos ancestrais, respeitando nossa cultura e suas diversidades. Sobre a escola indígena e suas narrativas, Wilmar d’Angeli (2008), faz uma declaração sobre as culturas de povos diferentes:

8. Informação eletrônica. Acesso em 13/09/2023, disponível em:

<https://www.ceara.gov.br/2023/04/19/dia-dos-povos-indigenas-ceara-tem-secretaria-voltada-a-protecao-fortalecimento-e-valorizacao-dos-povos-e-seus-territorios/>.





Quando olhamos para as culturas de povos diferentes de nós, costumamos ter alguma dificuldade para entender suas maneiras próprias de pensar e, muitas vezes, também para entender suas atitudes diante dos fatos. [...] Em nossa sociedade, costuma-se valorizar o chamado 'conhecimento científico'. E nossas escolas são um espaço de aprendizagem em que isso também se coloca em primeiro lugar. Mas quando olhamos para tantos conhecimentos e tanta riqueza cultural de sociedades tão diferentes, como são os povos indígenas, somos obrigados a nos perguntar: será que só o que nós descobrimos com nossos métodos de pesquisa é que pode ser chamado de conhecimento científico? Não há conhecimento científico entre os índios? Ou, ainda: será que o único tipo de conhecimento que existe é o chamado conhecimento científico? Não existem outras formas de produzir conhecimentos igualmente válidas? [...] Deveríamos pensar seriamente nessas questões quando ouvimos as narrativas indígenas e não as compreendemos totalmente. (...). (D'ANGELI, 2008, ps. 146-147).

Nem sempre é fácil compreender o que nos dizem as narrativas dos povos indígenas, mas ainda assim é possível considerar, acolher e refletir sobre cada história colhida de cultura tão diferente da nossa. Assim Silva (2008) faz uma breve reflexão sobre experiências vividas e o que podemos guardar na memória e proporcionar ser exteriorizada oralmente pela linguagem humana:

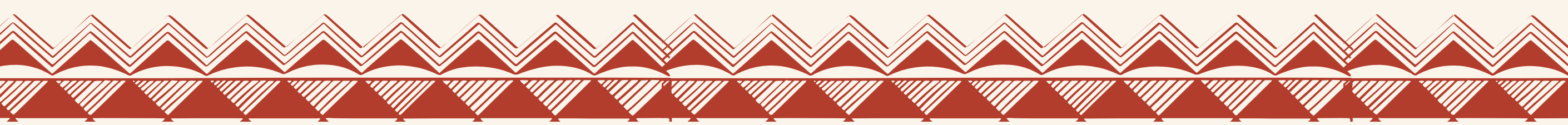


Construída sobre estas experiências vividas, a memória se funda, por conseguinte, naquilo que é argamassa, o cimento, a tessitura íntima dessas vivências: a linguagem. A linguagem cotidiana, seu léxico e sua sintaxe fornece a nós indivíduos ou grupos, os meios de exteriorizar nossa memória em uma narrativa. (SILVA, 2008, p. 86).

Assim se faz necessário a compreensão e o respeito sobre as experiências vividas e repassadas pelas narrativas orais que são a verdadeira base da nossa linguagem e que regem nosso jeito de falar, pensar e agir. Essas compreensões e entendimentos surgem naturalmente após a escuta atenta dessas narrativas que advém da memória popular, onde nos identificamos inúmeras vezes nos reportando às nossas próprias memórias, comparando nossos comportamentos, percepções e sensações a fatos históricos.

No próximo capítulo são apresentadas as visitas realizadas aos territórios de alguns dos povos originários do Ceará, na intenção se colher informações sobre seus costumes, buscando narrativas de sua cultura e de como a Arte está presente na cultura e fazeres indígenas.





É conveniente deixar claro que não foi possível encontrar narrativas de mitos ou lendas com facilidade, afinal as visitas foram realizadas durante festividades e cada povo se encontrava imerso em suas atividades, ainda assim foi possível resgatar algumas, porém o mais importante é ter convivido com cada povo e ter colhido narrativas de seus costumes e como podemos respeitar as diferenças detectadas entre eles e entre nós, e mais ainda, valorizar as semelhanças percebidas nesse processo mágico de interação coletiva em busca da nossa verdadeira história.



3. O CAMINHO PERCORRIDO AO ENCONTRO DE NOSSA HISTÓRIA

Não foi fácil decidir que caminhos seriam percorridos para investigar os povos originários do Ceará na tentativa de encontrar narrativas apropriadas para trabalhar com crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, ainda assim, nessa tentativa de conhecer de perto a cultura de alguns povos indígenas do Ceará, se fez necessário recorrer aos encontros e festividades promovidos pelos próprios indígenas, assim seria possível ouvir um pouco de suas narrativas, feitas por eles mesmos, afinal a memória afetiva de um povo fala mais que as escritas de qualquer livro. Sobre memória, Silva (2008 p. 85) nos adverte que “toda memória humana é memória de alguém, de um indivíduo. Ela se refere, antes de tudo ao Eu, ao olhar que essa pessoa constrói a respeito de si mesma, da identidade, portanto, de quem efetivamente recorda”. Dessa forma podemos definir a descrição de nosso caminhar em busca dessas narrativas, ainda com Silva (2008):



(...) No dia-a-dia do homem moderno, do nosso mundo contemporâneo, só são possíveis vivências que não mais permitem assimilar o que foi vivido, pois são frutos do choque permanente do eternamente novo, sem rastros e sem história. O pauperismo de nossa linguagem denuncia, sim, a pobreza e o caráter fragmentário de nossas próprias experiências comunicáveis. Um mundo cada vez mais marcado pelo narcisismo, pela violência, egocentrismo, isolamento. Esse privatismo da experiência é a subtração, a dissolução dela própria, do mundo e da história. É a dissolução das possibilidades de uma narrativa capaz de contar o mundo. (SILVA, 2008, p. 86).

As visitas ocorridas em alguns territórios indígenas do Ceará geraram relatórios descritivos a serem apresentados nessa pesquisa, a fim de contar um pouco do mundo e da realidade desses povos originários. A seguir são apresentados os relatos descritivos sobre as visitas ocorridas nos territórios de alguns povos indígenas, com suas respectivas etnias.





3.1 VISITA AO TERRITÓRIO DO POVO JENIPAPO-KANINDÉ NA XXIII FESTA DO MARCO VIVO DE YBURANA

Sendo as narrativas dos povos originários do Ceará o objeto dessa pesquisa para o Mestrado Profissional em Artes do IFCE, esse estudo buscou valorizar nossas origens e costumes, nossa história e nossas artes, sendo assim, em uma segunda-feira, 10 de abril de 2023, a professora/pesquisadora foi liberada de suas atividades na escola para prestigiar a XXIII Festa do Marco Vivo de Yburana do povo Jenipapo-Kanindé, povo cujo território fica localizado no município de Iguape, em Aquiraz-CE.



Figura 02 – Faixa da XXIII Festa do Marco Vivo- Arquivo pessoal

Durante a visita, a professora/pesquisadora tentou se aproximar de Cacique Pequena, que segundo informação colhida no evento, seria a primeira indígena mulher aclamada cacique no Brasil. O relato dessa pesquisa seguirá em alguns momentos em primeira pessoa, conforme se pode verificar no relato descritivo a seguir.



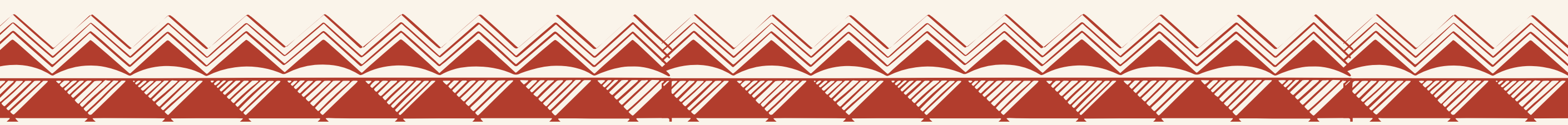


Figura 03 – Cacique Pequena e a autora – Fonte: Foto de Terena Cartaxo.

Aproveitei o momento em que Pequena estaria sentada aguardando ser servido seu almoço, pedi licença para lhe fazer algumas perguntas sobre algumas narrativas de seu povo, dessa forma ocorreu uma conversa informal com Cacique Pequena, que extremamente simpática fez um breve relato sobre sua passagem por Brasília, Distrito Federal, ocorrida no ano de 1995, para receber o título de Cacique, a primeira mulher brasileira a ter a coragem de enfrentar um cargo, que na época, era preenchido apenas por indígenas do sexo masculino, dessa forma declarou: “Eles achavam que mulher só servia para cama e pé de fogão!”. E assim pude perceber a grande mulher que estava diante de mim, uma cacica guerreira, que não se deixa abater por pouca coisa. No vídeo-documentário produzido pelo Sesc Iparana-Ce no Encontro Sesc Herança Nativa – Esta e outras histórias, ocorrido de 26 a 28/08/2018, destaca Cacique Pequena, nossa herança nativa: a primeira Cacique Mulher da primeira capital do Ceará e do Brasil, pertencente à aldeia Lagoa Encantada, em Aquiráz-Ce.

9. Cacique Pequena: primeira mulher cacica do Brasil, tesouro vivo do Ceará, com título de notório saber pela UECE. Para maiores informações: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/9230/>





No vídeo-documentário, Cacique Pequena declara: “*Eu luto pelo direito do povão do Jenipapo-Kanindé, eu luto pelos direitos das mulheres indígenas negras, das mulheres não indígenas, eu luto pelos direitos de todas as mulheres do Brasil inteiro. Seja preciso, eu estou aqui*”. Essa fala sobre suas lutas, prova a importância da sororidade entre as mulheres, independente de raça ou etnia.

Cacique Pequena se descreve como guardiã da memória, mestre da cultura, doutora da mata e professora. Durante o mês de junho de 2022, em Fortaleza, Quixadá e Juazeiro do Norte, no Ceará, ocorreu o XIV Encontro Mestres do Mundo - Tesouros de Gilmar, Madeira Matriz, em homenagem ao professor e pesquisador Gilmar de Carvalho. O encontro apresentou um Gilmar vivo, presente, atuante, por todo o legado que nos deixou, confirmando mais uma de suas teses: de que é possível permanecermos vivos por meio do que está perpetuado pela escrita. É importante destacar que o Encontro Mestres do Mundo ocorrido em 2017 recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do IPHAN.

Durante o XIV Encontro Mestres do Mundo - Tesouros de Gilmar, Madeira Matriz, foi apresentado o MiniDoc “*Cacique Pequena - Força Nativa de uma Mulher Guerreira*”. O minidocumentário esteve sob a direção e olhar criterioso e apaixonado de Lourdes Macena, orientadora dessa pesquisa. O referido Encontro é uma realização da Secult Ceará, produção do Instituto Assum Preto, tendo parceria com Prefeituras de Quixadá e Juazeiro do Norte, as secretarias municipais e apoio do Fórum Cearense de Cultura Tradicional Popular e da Comissão Cearense de Folclore. Teve como apoio Institucional o Instituto Dragão do Mar, Biblioteca Estadual do Ceará, Casa de Saberes Cego Aderaldo, Cineteatro São Luiz, Theatro José de Alencar e Vila da Música.¹¹

Destaco a fala de Cacique Pequena registrada no MiniDoc:



*Hoje sou Cacique, sou guardiã da memória, sou mestre da cultura. [...] A única coisa que ainda falta, que eu ainda não conquistei, que eu já tenho trabalhado pra conquistar, mas ainda não chegou, mas eu tenho a plena certeza que antes de eu ir embora, eu ainda vou conquistar: ter uma cooperativa nesse lugar.*¹²

Cacique Pequena possui essa força latente, característica marcante de uma mulher atuante e respeitada por todos por trazer suas narrativas vivas nas composições das letras de suas canções que contam a história de seu povo, é, portanto, símbolo da memória e identidade dos Jenipapo-Kanindé.

11. Confira a programação completa do XIV Encontro Mestre do Mundo - Tesouros de Gilmar, Madeira Matriz, pelo site da Secult Ceará: www.secult.ce.gov.br/. Acesso em 03/05/2024.

12. Informação eletrônica com acesso em 03/05/2024, disponível em: https://youtu.be/oeFexd_6Zds?si=ZDhteJv8SSPCbtDz



Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), é necessário analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo na construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas. Sobre Patrimônio Cultural, Vianna (2008), declara:



Nos artigos 215 e 216 da Constituição promulgada em 1988, o conceito de Patrimônio Cultural abarca tanto as obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de grande valor, o patrimônio material, quanto manifestações de natureza 'imaterial', relacionadas à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas; experiências diferenciadas nos grupos humanos, chaves das identidades sociais. Incluem-se aí as celebrações e saberes da cultura popular as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, os mistérios e mitos, a literatura oral e tantas, tantas expressões diferentes que fazem nosso país culturalmente tão diverso e rico. (VIANNA, 2008, ps. 121-122).

Segundo Cacique Pequena, a festa do Povo Jenipapo-Kanindé ocorre anualmente no dia 09 de abril, porém em 2023 caiu em um domingo, e por conta da Páscoa, (festividade mais importante para o Cristianismo que representa a ressurreição de Jesus Cristo, o filho de Deus), resolveram realizar a festa na segunda-feira, dia 10 de abril. O dia da festa foi banhado por forte chuva logo no início da manhã, no entanto o sol resolveu sorrir no decorrer do dia, tornando o evento extremamente prazeroso e aconchegante!! tendo logo na abertura a presença de autoridades como o Prefeito de Aquiraz, Bruno Gonçalves (PL), a 1ª Dama do Município: Carla Ibiapina, a Secretária da Juventude: Adelita Monteiro (PSOL), a Secretária da Igualdade Racial: Zelma Madeira, a Secretária dos Povos Indígenas do Governo do Estado do Ceará: Juliana Alves (Cacique Irê, do povo Jenipapo-Kanindé), o Pajé dos Jenipapo-Kanindé: Heraldo Alves, Preá (representante da aldeia) e Cacique Pequena, dentre outros, inclusive o Padre da Igreja Católica mais próxima da aldeia. Foi servido um farto café da manhã e também um almoço delicioso da culinária e cultura indígena. Apesar do grande número de pessoas presentes, tanto o café como o almoço foram bem servidos. Bom lembrar que no ato da inscrição para participar do evento, somos aconselhados a levarmos nossos pratos, copos e talheres, pois a aldeia, apesar de juntar de todos os indígenas locais, ainda não é suficiente para atender a demanda.



Aos 78 anos, na ocasião da visita feita ao território dos Jenipapo-Kanindé, Cacique Pequena, mãe de 16 filhos, com cerca de 66 netos, 30 bisnetos, tendo quase 30 anos de sua vida dedicados ao comando e orientação de seu povo em Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, confessou que pertence a uma “Aldeia Moderna que não perdeu seus costumes”, e assim, regada a muita simpatia, conversou livremente, se deixando interromper pelos que surgiam para lhe cumprimentar. Prometeu me receber em sua casa, assim que possível, para contar algumas das narrativas de seu povo, destacando as dificuldades em possuir um celular que por vezes lhe roubou o sossego com tanta gente querendo lhe entrevistar, relatou que durante essas conversas através do pequeno aparelho, deixou muitas panelas queimarem e perder seu almoço ou jantar, dessa forma um dia acabou por jogar o “danado do aparelho” no chão e não quis mais saber de outro.

Hoje, para se conversar com Cacique Pequena, só marcando um encontro programado através de suas filhas ou netas, sendo mais provável ocorrer através de sua filha Juliana Alves, a Cacique Irê, hoje Secretária dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, Governo Elmano de Freitas (PT), sendo esta, segundo ela, muito ocupada, como de fato é, ou sua neta Carline Alves, diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, não menos ocupada, claro, mas ainda assim de mais fácil acesso.

A festa do marco vivo do povo Jenipapo-Kanindé é uma estratégia política do movimento indígena para delimitar seu território, é um momento de resistência, de reconhecimento da sua identidade, uma luta pelo direito pela terra, pela água, por seus costumes e sua história. A festa vem sendo organizada anualmente desde quando a terra foi delimitada pela Funai no ano de 1999. A aldeia delimita seu território por meio do tronco da árvore Yburana. Indagada sobre a escolha desse tronco de madeira para a cerimônia do Marco Vivo, Cacique Pequena me informou que a decisão de escolha da yburana se deu por ser uma planta que renasce e floresce novamente e teria, assim, um simbolismo para seu povo.



Figura 04 – As Cacicis – Fonte: Arquivo pessoal



Hoje o povo Jenipapo-Kanindé é conhecido como “a aldeia das três cacicas”, a saber: Maria da Conceição, a Bida: Cacique Jurema; Juliana Alves, titular da inédita Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará – SEPINCE: Cacique Irê, e Maria de Lourdes da Conceição Alves: Cacique Pequena, que segue com o grito final desde 1995, quando eleita 1ª cacique mulher do Brasil.

Durante o mês de março do ano de 2022, em uma série de matérias para homenagear as mulheres, a TV Verdes Mares trouxe Cacique Pequena como destaque e assim declarou: “Líder indígena conquistou demarcação de terra, energia elétrica e uma escola para o seu povo, e duas de suas filhas também se tornaram caciques na aldeia, dividindo com a mãe a liderança do local.” Ainda na matéria o repórter declarou não haver registros oficiais sobre Cacique Pequena ser de fato a pioneira entre as caciques mulheres do país desde sua atuação na luta pela causa indígena nos anos de 1990, que teriam procurado a Funai para se certificarem, mas não teriam obtido resposta, ainda assim concluíram: “O IBGE estimou, em 2020, que a população indígena no país era de 1.108.970 pessoas. Não há levantamento de quantas lideranças nas aldeias são mulheres. O censo demográfico de 2010 indicou que havia 422.068 (51,6%) homens indígenas e 395.895 mulheres indígenas.” Sobre essa questão, Cacique Pequena fez a seguinte declaração na matéria ao G1 CE:



O pessoal me elegeu como um vereador, um prefeito ou um deputado, como um ministro ou senador ou presidente. Tudo isso passa porque é só por quatro anos, e eu sou [cacique] pra sempre. Quer dizer que sou a rainha. E, até na minha morte, na minha partida, o povo ainda vai ficar lembrando”.¹⁵

No decorrer da investigação dessa pesquisa, mais precisamente no Festival Literário Histórias da Floresta, ocorrido durante o mês de outubro de 2023 nos espaços da Caixa Cultural, em Fortaleza, evento voltado para crianças, ofertando um resgate às raízes ancestrais dos povos indígenas, celebrando a diversidade de saberes, exatamente no dia 28 de outubro, ao ouvir uma das narrativas do povo Jenipapo-Kanindé, descrita no livro de literatura infantil: A Lagoa Encantada, de Fabiana Guimarães, também trabalhada por mim nas intervenções aqui propostas, sua neta Claubiana Jenipapo-Kanindé, declarou oralmente, durante realização de sua contação de histórias, que fazia parte da programação do evento, que recentemente teriam descoberto que Cacique Pequena não seria a primeira mulher cacique no Brasil, que, na verdade outra indígena teria defendido esse posto antes de sua avó, porém não soube informar a qual região do Brasil pertence a cacique, nem em qual fonte poderíamos nos certificar desse fato.

13. Reportagem apresentada do G1 CE em 08/03/2022, por Cadu Freitas. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/cacique-pequena-a-primeira-mulher-cacique-reconhecida-no-brasil.ghtml>

14. Idem.

15. Idem.



Ainda sobre a festa do Marco Vivo, no final da tarde, antes do plantio da yburana, o povo faz menção aos que se foram, os “encantados”, que são ancestrais, que ao morrerem, segundo eles, viram parte da natureza, assim o toré traz nas letras de suas canções, tudo que representa a vivência do povo Jenipapo-Kanindé:



(...) Os dizeres dos presentes em relação à terra divergem de encará-la como mercadoria: “a terra é sagrada”. Entre os passos ritmados ao som da maraca e do tambor, o coro:

Quem deu esse nó não soube dar
Esse nó tá dado, eu desato já
E desenrola essa corrente, deixa o índio trabalhar.

(GUERRA, 2017)

in: <https://revistaberro.com/entrevista/cacique-ire/>

O toré é definido como uma dança selvagem que por sua coreografia e música, se parece com o coco (dança de roda). Segue definição encontrada no site da Assessoria de Comunicação da Funai:



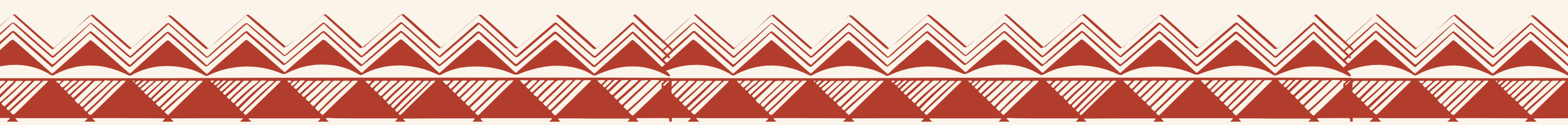
O Toré é um ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como os Pankararu, Pankararé, Kariri-Xocó, Xukuru-Kariri, Potiguara, Geripancó e Fulni-ô. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira.[...] A cerimônia inclui ainda uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos ao som de maracás, zabumbas, gaitas e apitos. Cada comunidade possui um Toré próprio e singular, apresentando variações de toadas, ritmos e expressões.¹⁶



Figura 05 – O Toré – Fonte: Arquivo pessoal

16. Informação acessada em 17/08/2024 no site da Assessoria de Comunicação da Funai: Fundação Joaquim Nabuco, disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/conheca-o-tore-ritual-de-diferentes-etnias-do-nordeste-do-pais>





Cacique Pequena compôs muitas dessas canções que embalam o Toré, dança de tradição indígena, uma delas abre essa pesquisa e traz em sua composição, a história do território ocupado por seu povo: ‘Eu moro numa floresta, só vejo pássaros cantar/Eu moro numa lagoa, só vejo peixes nadar/Moro perto de uma duna, que ela emenda na lagoa/Moro perto de um lago, que ele sangra para o mar/É que eu vivo na mata enterrada na areia e de pé no chão...’. O cântico é entoado com alegria por indígenas de todas as idades e visitantes que frequentam a Festa do Marco Vivo, enquanto se dança o toré.

Guerra (2017), durante a entrevista com Cacique Irê, destacou que ela teria afirmado que índio não negocia terra. Na ocasião, Juliana Alves (Cacique Irê), era professora e também diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé, e para entender um pouco mais sobre a festividade e a luta por território na aldeia dos Jenipapo, conversou com ela sobre vários assuntos, dentre eles o Marco Vivo, o Ocupa Funai e sobre o processo de demarcação da terra e escolha da yburana, tronco da árvore que delimita os territórios do povo Jenipapo-Kanindé. A autora declara que no ano de 1995, quando Cacique Pequena chegou em Brasília para a Funai reconhecer seu povo, mal sabia falar ao microfone, relato que Pequena também me fez durante à conversa que tivemos na Festa do Marco Vivo de 2023.

O povo Jenipapo-Kanindé possui uma Associação das Mulheres Indígenas e foi pela luta histórica da Cacique Pequena e outros membros do povo que a comunidade recebeu luz elétrica, estrada de terra, escola, posto de saúde e Centro de Assistência Social (CRAS). Até hoje a maior demanda do povo Jenipapo-Kanindé é a realização do sonho de Cacique Pequena de ver a terra totalmente demarcada e registrada do papel. São 1.734 hectares de terra, com cerca de 460 indígenas que vivem em uma terra litorânea, à beira da Lagoa da Encantada e próximo ao Morro do Urubu.

Esse processo de delimitação do território dos Jenipapo-Kanindé foi iniciado no ano de 1999. Em 2011 ocorreu uma decisão favorável embargada por seis anos por conta de uma empresa que tinha interesses de investir nas terras. Somente em 2017 que a demarcação oficial ocorreu sendo o espaço territorial delimitado no mapa. O jornal cearense Diário do Nordeste na quinta edição da Série Originários, realizou reportagens para ouvir as demandas e dilemas de povos indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza, na ocasião de suas reportagens pôde presenciar danças e rituais que os povos indígenas tentam preservar para suas próximas gerações. Sobre a chegada do povo Jenipapo-Kanindé no espaço onde fica a lagoa da Encantada, Cacique Pequena declarou ao repórter Nicolás Paulino, em matéria exibida em 03 de março de 2023:



“Paramos na Encantada e queremos ficar o resto da vida. Estamos aqui lutando pela defesa do nosso povo, da Mãe Lagoa, da Mãe Terra, para ter onde plantar e trabalhar. Isso tudo já faz parte de nós, já estamos bem plantados e enraizados.”. Disse Cacique Pequena, esperançosa de boas notícias para a futura 10ª geração.



Figura 06 – A Lagoa da Encantada – Fonte: Arquivo pessoal

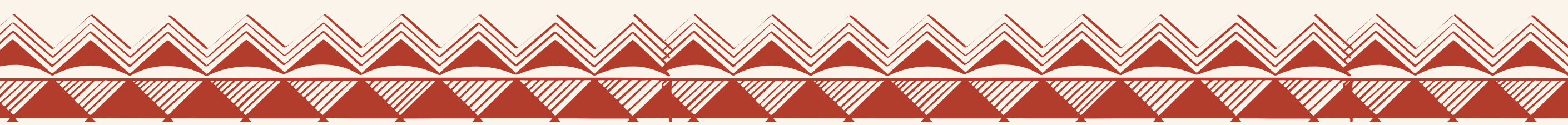
Cerca de 460 indígenas do povo Jenipapo-Kanindé vivem à beira da Lagoa da Encantada, próxima ao Morro do Urubu, tendo a geografia do território sempre homenageada em canções, pinturas e rituais. É um ambiente mágico, e ao se ver às margens da lagoa, é impossível resistir ao convite a um refrescante e belo banho nessas águas tranquilas, ao lado de pequenos e jovens curumins pertencentes a aldeia tão agradável e hospitaleira.



Figura 07 – Escola Indígena Jenipapo-Kanindé-Fonte: Foto Kid Júnior – Diário do Nordeste.

17. Informação eletrônica acessada em 15/07/2023, disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/povo-jenipapo-kaninde-avanca-no-ensino-e-saude-mas-ha-9-geracoes-espera-por-demarcacao-em-aquiraz> - Escrito por Nicolás Paulino em 03 de Março de 2023.





Ainda na matéria exibida no Jornal Diário do Nordeste, Carline Alves, atual diretora da Escola Indígena Jenipapo-Kanindê (EIJK) e neta de Cacique Pequena, faz algumas declarações sobre a educação indígena que passou por grandes avanços, pois segundo ela, até os anos 2000 as aulas eram ministradas embaixo das mangueiras do antigo cacique e que a escola só passou a funcionar em 2009. A escola oferta da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Questionei sobre como os Jenipapo-Kanindé teriam acesso ao Ensino Médio, me informaram que essa modalidade de ensino é ofertada somente no Iguape, sendo utilizado o transporte da Prefeitura de Aquiraz para o deslocamento dos jovens indígenas. Assim se conclui, que para os jovens que desejarem ingressar em universidade para fazerem um curso superior, devem se deslocar para a capital, por isso poucos conseguem ter nível superior na aldeia, ainda assim muitos têm vencido esse desafio.

Pereira (2023) traz em sua tese de doutorado relatos de indígenas da etnia Tremembé de Almofala sobre a saga da educadora indígena Raimunda Marques do Nascimento com relação às vivências negativas de discriminação contra estudantes indígenas ocorridas nas escolas convencionais, que afastavam as crianças indígenas dessas escolas, apresentando o protagonismo de Raimundinha Tremembé como professora, com a decisão de criar na década de 1990, uma escola dentro do território indígena, cujo nome foi *Alegria do Mar*.

Segundo a autora a Escola Alegria do Mar inaugurou no Ceará a mobilização dos indígenas para o surgimento de uma Educação Indígena Diferenciada. A escola da professora Raimunda era de formato simples, diferente das escolas convencionais que possuem estrutura de alvenaria, carteira e lousa: “A escola começou em uma palhoça, localizada à beira da praia e não havia lousa, nem merenda e as carteiras eram rolos de coqueiro”. Assim Pereira (2023) cita relato de Dijé sobre Raimunda Tremembé:



(...) relato esse que se assemelha com a narrativa de Dijé que diz que Raimunda ‘[...] pegava esses alunos todos, botava numa roda, todo mundo, aquele círculo e ela se sentava no meio dessa roda e ela ia contar a história, narrativa que era assim, que a mandioca se plantava assim, que o milho nascia desse jeito’ (DIJÉ, 30/01/2021). Dijé diz que Raimunda envolvia os saberes dos Tremembé com os saberes que não eram da sua cultura, pois ela dava aula de história, contabilidade, matemática, ciências, entre outros. (PEREIRA, 2023, p. 114).

A autora destaca ainda em sua pesquisa que professora Raimunda Tremembé não precisava nem mesmo de caderno ou lápis para ministrar suas aulas, já que a areia, o dedo e gravetos seriam mais que suficientes. Dando um salto na história da Educação Indígena Diferenciada, em Lima (2021), Cacique Kauã Pitaguary, declara que a educação escolar indígena, ao longo das últimas décadas, especialmente do ponto de vista constitucional, tem ofertado subsídio para a criação e manutenção das escolas indígenas:





(...) compreendemos que mais importante do que observar o que determinam as leis que tratam de Educação Escolar Indígena é perceber todo o dinamismo da luta dos povos indígenas do nosso país na busca por uma educação, que respeite as peculiaridades de sua cultura e com a devida qualidade, uma vez que a educação escolar só tem real valor quando é capaz de transformar a realidade daqueles que dela fazem uso tornar-se fator de maior importância e destaque. (LIMA, 2021, p. 190-191).

É importante trazer para essa discussão o que nos diz o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (2002):



Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e formulados a partir de pesquisa e reflexões originais. Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informação e reflexões sobre a Natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana. (BRASIL – RCNEI, 2002, p. 22).

Retornando às lutas do povo Jenipapo-Kanindé, Carline Alves fez uma declaração no Jornal Diário do Nordeste sobre as lutas de sua avó, Cacique Pequena, em busca do reconhecimento de seu povo, destacando também a educação como alicerce para manter viva sua cultura: “A vó, quando começou, sempre quis levar o povo junto. Ela não tem boa leitura e escrita, então a gente escrevia por ela. Assim fomos participando, nos engajando e reavivando a nossa cultura. A educação é o alicerce, desde a creche a gente já envolve os meninos.”¹⁸

18. Carline Alves. Informação eletrônica acessada em 15/07/2023, disponível no Diário do Nordeste em 03/03/2023 em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/povo-jenipapo-kaninde-avanca-no-ensino-e-saude-mas-ha-9-geracoes-espera-por-demarcacao-em-aquiraz> - Escrito por Nicolas Paulino.





Figura 08 – Coral Indígena Infantil do povo Jenipapo-Kanindé. Fonte: Acervo pessoal.

As crianças do Povo Jenipapo-Kanindé, pertencentes à aldeia Lagoa da Encantada, tem aulas de música na escola indígena. O coral infantil trabalha com as canções de autoria das crianças e de seu povo, cujas letras costumam contar suas próprias narrativas.

Hoje, ao percebermos a Aldeia dos Jenipapo-Kanindé tão cheia de vida, com uma boa representatividade de liderança feminina, só podemos nos orgulhar dessa história de luta, nos incluindo como mulheres de todas as raças e povos, eternamente engajadas na luta em defesa do nosso próprio espaço e fala. Esse é um povo que luta pelo espaço físico que lhes pertence por direito, tendo à frente essa representatividade feminina, sendo de muito orgulho para todos nós cearenses, especialmente as mulheres que aqui representam esse movimento de luta infindável pelo reconhecimento merecido de seu território e de suas raízes.





3.2 VISITA AO POVO TREMEMBÉ DA BARRA DO MUNDAÚ: FESTA DA FARINHADA

No Estado do Ceará o povo Tremembé fica localizado no Córrego João Pereira, em Itarema-CE, com terra homologada; em Almofala, também do município de Itarema, com terra delimitada; em Queimadas, localizada no município de Acaraú-CE, com terra declarada e na Barra do Mundaú, localizada em Itapipoca-CE, distante 130 km de Fortaleza, com suas terras também já homologadas. A visita foi feita ao povo Tremembé da Barra do Mundaú, durante uma semana, de 05 a 08 de julho de 2023, durante a VII Festa da Farinhada. O povo da referida comunidade indígena busca a preservação de sua cultura e não admite que o progresso, em especial o turismo, entre em seu território.

A terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú está localizada no distrito de Marinheiros, no município de Itapipoca, litoral Oeste do Estado Ceará, onde estão situadas as aldeias São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo. Cheguei ao território tarde da noite do dia 05 de julho, era uma quarta-feira, estava em companhia de uma amiga, também pesquisadora da cultura indígena cearense do Mestrado Profissional em Artes do IFCE, Campus Fortaleza, Terena Cartaxo. Fomos muito bem recebidas na casa da mãe de uma das lideranças, D. Lina, que nos acolheu com muito carinho, nos cedendo um de seus quartos para ficarmos hospedadas durante aquela semana. Gostaria também de destacar que a mesma colega esteve comigo no território do povo Jenipapo-Kanindé, e essa parceria foi firmada em todos os demais encontros com os indígenas cearenses.

O site Povos Indígenas no Brasil, que faz parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA), nos traz informações sobre os povos e a temática indígena. O site foi criado com o propósito de reunir verbetes com informações e análises de todos os povos indígenas que habitam o território nacional, assim, abaixo seguem algumas informações sobre o povo da etnia Tremembé:



Os Tremembé foram citados em documentação histórica e em diversas obras do período colonial, tendo sido aldeados em certas missões, tanto no Maranhão como no Ceará, muitas vezes convivendo e fundindo-se a outras etnias também aldeadas pelos religiosos. Almofala foi o mais conhecido aldeamento dos Tremembé, tendo sido fechado na segunda metade do século XIX. Em 1857, suas terras foram doadas aos índios da antiga povoação, mas acabaram sendo invadidas gradativamente por latifundiários. Contudo, a população indígena continuou vivendo na mesma região, inclusive mantendo o ritual do torém. Chamados de caboclos ou descendentes de índios pelos regionais, os Tremembé passaram reivindicar o reconhecimento oficial de sua identidade étnica a partir da década de 1980.



Em 2003, a Terra Indígena Tremembé Córrego do João Pereira foi a primeira a ser homologada no estado do Ceará. [...] De meados do século XIX ao longo do século XX, os Tremembé foram tratados como ‘caboclos’, “remanescentes” ou “descendentes” de índios. A diferenciação étnica era relevada ou minimizada de acordo com as situações sociais. Como os Tremembé possuem uma dança específica, o torém, eles passaram a ser notados socialmente por conta da sua realização.¹⁹

A seguir podemos apreciar imagens desse encontro com os Tremembés da Barra do Mundaú durante a VII Festa da Farinhada.



Figura 09 – Faixas da Festa da Farinhada do Povo Tremembé da Barra do Mundaú – Fonte: Acervo pessoal.

A Festa da Farinhada celebra a cultura alimentar do povo, ocorre geralmente na segunda semana do mês de julho, por ser uma época de colheita na maioria dos estados do Nordeste brasileiro. O grupo de Comunicação APOINME¹⁹ – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, postou matéria em seu site sobre a 7ª edição da Festa da Farinhada do povo Tremembé da Barra do Mundaú:

19. Informação eletrônica acessada em 06/05/2024, no site Povos Indígenas no Brasil que é parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA), disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%C3%A9>





Um evento repleto de atrações e atividades que vai desde o concurso da maior mandioca colhida no território, almoços coletivos, oficinas e vivências de práticas tradicionais agrícolas e pesca do povo, jogos tradicionais e muitas manifestações culturais e tradicionais dos Tremembé. [...] De fato a festa demonstra a organização, luta, resistência, cultura e tradição do povo Tremembé, pois a colheita e a cultura alimentar de um povo indígena significa o respeito à mãe terra e a vida.²⁰

Durante a visita realizada no território por ocasião da Festa da Farinhada, Samuel Tremembé, em conversa informal, ressaltou que seu povo é resistente e que já sobreviveu há muitos massacres e invasões, lembrando ainda que seus antepassados por muitas vezes tiveram que esconder sua verdadeira identidade para não morrer, tendo apoio de parentes e também do movimento indígena onde a Associação Missão Tremembé (AMIT) mostrou coragem em assumir essa identidade, pois, segundo ele, o maior problema enfrentado por seu povo é justamente a presença de um grupo empresarial conhecido como “Nova Atlântida”. Samuel destacou que desde 1979 esse grupo vem tentando implantar um megaprojeto turístico nas terras de seu povo. Lustosa (2012), em sua tese de doutorado, aborda a situação dos povos indígenas, o turismo e o território, trazendo um olhar especial sobre o povo Tremembé da Barra do Mundaú com relação ao caso do grupo empresarial “Nova Atlântida”:



Na TI Tremembé de São José e Buriti – em que parte da população veio a se identificar como Tremembé (após à pesquisa de Valle, Carlos concluída em 1991) – ser indígena Tremembé tornou-se símbolo da resistência contra a relação de dominação imposta pelo empreendimento internacional Nova Atlântida, como aparece na placa fincada na beira da estrada entre a aldeia São José e Buriti, em que há um desenho de índio estilizado que os Tremembé utilizam como símbolo de indianidade para reafirmar a sua identidade étnica. (LUSTOSA, 2012, p. 173).

Com relação à espiritualidade, saúde e educação do povo Tremembé da Barra do Mundaú, Samuel Tremembé, em artigo publicado em parceria com o colega João Paulo da Silva Lima (2021), Cacique Kauã Pitaguary, ressaltam a localização das terras e quantidade de famílias que lá habitam, afirmando que atualmente as aldeias São José, Munguba, Buriti do Meio e Buriti de Baixo, localizadas na Barra do Mundaú, distrito de Marinheiros, na praia da Baleia, no município de Itapipoca-CE, contam com aproximadamente 150 famílias cujas identidades indígenas foram assumidas no ano de 2002 e permanecem na luta por seus direitos que devem ser garantidos por lei, em especial pela demarcação de suas terras, que segundo ele, é o principal objetivo de seu povo.

20. Informação eletrônica acessada em 06/05/2024: Comunicação APOINME. Disponível em: <https://apoinme.org/7a-festa-da-farinhada-que-celebra-a-cultura-alimentar-do-povo-tremembe/>





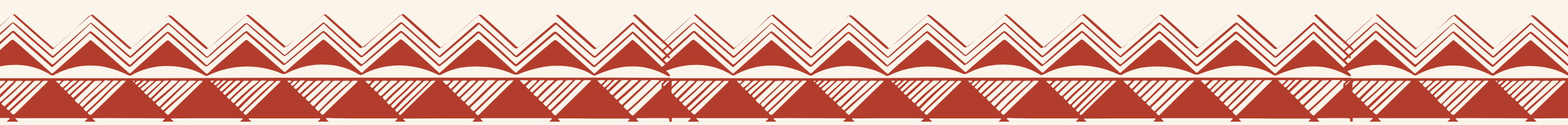
Figura 10 – Apresentação/degustação: cultura alimentar – Povo Tremembé da Barra. Fonte: acervo pessoal.

O povo Tremembé da Barra do Mundaú costuma manter viva a Festa da Cultura Alimentar, destacando e preservando suas ervas e seus alimentos, fonte de riqueza do território indígena. A cultura alimentar é preservada e ricamente utilizada para a cura de seus enfermos e serve de suporte na cura de muitas doenças populares, dessa forma, apesar da distância da capital cearense, a Festa da Farinhada costuma ser bastante prestigiada com uma boa frequência de visitantes, dentre eles, muitos estudantes de cursos de pós-graduação, que investigam sobre a cultura dos povos indígenas.



Figura 11 – Liderança: Erbene Tremembé. Fonte: Acervo pessoal.





Fui informada durante a visita que o povo Tremembé da Barra do Mundaú possui algumas diferenciações de outras culturas indígenas cearenses, no caso eles não possuem Pajés ou Cacicado, tendo à frente lideranças femininas: Erbene Rosa Veríssimo (Erbene Tremembé) e Adriana Carneiro de Castro (Adriana Tremembé), que estão à frente de seu povo, com muita garra, sem nunca desacreditar ou desistir dos objetivos de seu povo.

O jornal O POVO trouxe uma matéria especial em 09 de novembro de 2021 com o título: “Cacique Pequena e Adriana Tremembé: Tradição como força de liderança”. Adriana Tremembé é professora e “mesenheira” que significa “auxiliar de pajé”, é integrante do Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca e também do conselho local de saúde indígena. A matéria destaca que Adriana desde pequena já dava sinais com relação a sua forte conexão com a natureza, através de suas matas, rios e córregos. Sua avó era parteira, benzedeira, sendo uma figura de destaque que costumava dizer que sua neta possuía ligação com os seres da natureza, os chamados “encantados”, inclusive previu que quem quisesse explorar a terra dos Tremembés sairia de lá sem nada, dessa forma segue um trecho da matéria:



É foi exatamente isso o que aconteceu quando uma rede hoteleira espanhola chegou, lá pelos idos da década de 80, querendo construir um hotel do tamanho exato do território indígena. [...] Adriana é grata pelo trabalho de Maria Amélia Leite, indigenista, missionária, ambientalista e defensora dos direitos humanos, assim como o de Florêncio Braga, ambos da Associação Missão Tremembé, mas se ressentia até hoje das ameaças de prisão e de morte que se repetiram por anos, até que a Justiça finalmente decidisse pela permanência dos povos originários no quinhão de terra que era deles por direito. [...] Os Tremembé têm fortalecido sua organização política para fazer frente às diversas pressões sobre seu território, além da disputa com o grupo espanhol Afirma para a construção do resort Cidade Nova Atlântida. Nas últimas décadas, se destacaram os conflitos contra a monocultura de coco da empresa agroindustrial Ducoco e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em relação à proposta de instalação do perímetro irrigado do Baixo Acaraú.²¹

21. Informação eletrônica acessada em 06/05/2024. Matéria do Jornal O POVO de 09/11/2021: Cacique Pequena e Adriana Tremembé: Tradição como força de liderança, disponível em: <https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/a-voz-das-mulheres-indigenas/2021/11/09/>



Samuel Tremembé destaca em Lima (2021) que uma das grandes reivindicações das duas lideranças de seu povo é que a equipe multidisciplinar indígena trabalhe a medicina tradicional dentro das aldeias, assim Samuel declara ter iniciado, em 2014, um projeto para que pudessem trabalhar dentro da terra indígena com a valorização da medicina tradicional. Samuel fez o levantamento e identificação de rezadeiras, benzedadeiras, curandeiras, raizeiros e parteiras, chamados por eles de “guardiões da sabedoria do povo Tremembé”, então foi possível surgir a produção de remédios caseiros e o sonho da publicação de uma cartilha contendo todas essas receitas.



Figura 12 – O horto. Fonte: Acervo Pessoal

O horto, onde são armazenadas as mudas de plantas e ervas medicinais do povo Tremembé da Barra do Mundaú, fica localizado na aldeia São José e é muito bem cuidado por Samuel Tremembé e demais indígenas da aldeia. A base da alimentação dos indígenas são as frutas, raízes, ervas e peixes. A alimentação do povo Tremembé da Barra costuma ser natural, pois consomem a maioria de seus alimentos retirados diretamente da natureza, desta forma conseguem obter alimentos isentos de agrotóxicos ou de outros produtos químicos. Durante a visita foi possível perceber esse cuidado com os alimentos servidos aos visitantes. Com relação às bebidas, por exemplo, não foi identificado nas mesas postas, um único refrigerante sendo servido, apenas sucos naturais, café, chás e alimentos colhidos no território indígena.



Samuel Tremembé lembra que a equipe de saúde indígena em parceria com a Escola Indígena Brolhos da Terra desenvolve um trabalho de produção de horto medicinal dentro da própria escola para valorizar a cultura e saberes tradicionais, por isso surgiu a necessidade da construção do horto também dentro da aldeia São José visando fornecer mudas de plantas às famílias, incentivando assim que haja plantas medicinais nas residências de cada indígena.



O povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú tem seus recursos naturais e direitos ameaçados, por empreendimentos turísticos nacionais e internacionais, parques eólicos, e viveiros de criação de camarão em cativeiro. Soma-se a esse contexto, um modelo de desenvolvimento baseado na maximização produtiva e na dependência de insumos externos cuja presença no território se caracteriza por áreas de monocultura irrigada, uso indiscriminado de produtos agroquímicos, mecanização, substituição das sementes crioulas por variedades "melhoradas" entre outras práticas nocivas ao meio ambiente. Porém, o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú vem lutando na contramão desse modelo desenvolvimentista, se fortalecendo na produção agroecológica e sustentável, realizando os seus cantos e rituais sagrados, lutando pelo direito a terra, água, saúde, educação, segurança alimentar e a forte valorização dos saberes e tradições.²²

Samuel conclui que para o povo Tremembé da Barra do Mundaú a medicina tradicional vai além das plantas, é tudo aquilo que cura fisicamente e espiritualmente, é o ar que respiram, são os manguezais, as dunas, os astros, a alimentação saudável e toda relação com a natureza onde o indígena sente um fortalecimento de cura, assim destaca em especial os momentos de espiritualidade existente no ritual sagrado do "Torém", onde, segundo ele, se tem uma conexão direta com os "encantados", adquirindo a cura espiritual.

O povo indígena descreve de diversas formas os seres "encantados", desde fadas, príncipes ou princesas que se encantaram mesmo sem ter atravessado a experiência da morte, a ancestrais que morreram, mas continuam por perto a proteger seus parentes, ou mesmo seres que podem se metamorfosear em animais. No Dicionário Online de Português - DICIO, encontramos o significado de "encantado", substantivo masculino: [Brasil] Religião. Segundo alguns indígenas e/ou caboclos, refere-se aos seres que, animados por forças desconhecidas, habitam o céu, as selvas, as águas ou os locais sagrados. Etimologia (origem da palavra encantado). Do latim *incantatus*.²³

22. Site do Mapa Cultural do Ceará com informações sobre o povo indígena Tremembé da Barra do Mundaú. Acesso em 06/05/2024. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/historico>

23. Informação eletrônica acessada em 31/07/2024, disponível em: <https://www.dicio.com.br/encantado/>





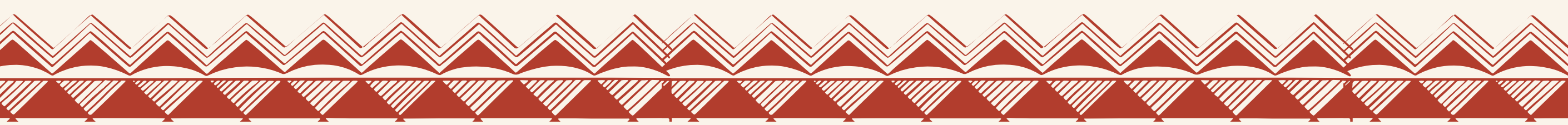
Figura 13 – Torém dos Tremembés da Barra do Mundaú. Fonte: Acervo pessoal.

É comum o uso do ritual sagrado de encantaria para o povo da etnia Tremembé da Barra do Mundaú, dessa forma existe no território indígena, o grupo Coletivo de Mulheres “As protegidas de Orixás” que fazem a Oração da Mãe Terra, para que se mantenha protegido tudo que nela brota.



Figura 14 – Grupo Coletivo de Mulheres “As protegidas de Orixás”. Fonte: Acervo pessoal.





No ano de 2023 o povo Tremembé da Barra do Mundaú lançou seu primeiro álbum de Torém nas plataformas digitais. O álbum “Torém - Tremembé da Barra do Mundaú” foi produzido pelos artistas cearenses Mateus Tremembé, Orlângelo Leal e Caio Castelo. Mateus Tremembé faz declarações importantes ao Jornal Diário do Nordeste de 26 de dezembro de 2023 sobre as conquistas de seu povo ocorridas durante o referido ano:



O ano de 2023 foi muito especial para o povo Tremembé da Barra do Mundaú. Assim define Mateus Tremembé, pesquisador e produtor cultural indígena do território, ao ressaltar a importância da demarcação das terras de seu povo, ocorrida em abril deste ano, após 20 anos de luta. [...] Mas a homologação não foi o único marco relevante para a salvaguarda da cultura do povo originário. Também neste ano, foi lançado o álbum ‘Torém – Tremembé da Barra do Mundaú’, uma coletânea de 14 canções tradicionais da comunidade, já disponível nas principais plataformas digitais. [...] O Torém é um ritual sagrado e uma das principais manifestações culturais do povo Tremembé. Ele ocorre tanto em ocasiões de celebração quanto em situações de guerrilha, e é caracterizado por um grande círculo, formado por pessoas de ambos os sexos, onde ocorrem danças e cantos tradicionais.

É importante destacar o que nos trouxe a matéria que afirma que apesar de algumas músicas autorais do povo Tremembé já gravadas anteriormente, esta teria sido a primeira vez em que um álbum inteiro foi elaborado, sob curadoria das lideranças, trazendo equipamentos técnicos profissionais, inclusive registrado em cartório:



A ideia de produzir a coletânea surgiu quando o multiartista Orlângelo Leal foi convidado para uma edição da Festa do Murici e do Batiputá, festejo tradicional do povo Tremembé que ocorre anualmente no mês de janeiro. Lá, se encantou com as músicas do Torém e seus significados e pediu autorização às lideranças para gravar algumas canções. [...] Pouco depois, o lançamento do Edital das Artes da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult-CE) possibilitou a formalização de um projeto para gravar as canções, em uma ilha digital no território da Barra do Mundaú – exigência dos mais velhos, para que o caráter ritualístico dos cantos seja preservado.²⁵


24. Matéria exibida no Jornal Diário do Nordeste de 26 de dezembro de 2023, visualizada em 07/05/2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/povo-tremembe-lanca-primeiro-album-de-torem-nas-plataformas-digitais-ouca-1.3458344>

25. Idem.



Mateus Tremembé, lembra na matéria, que a gravação profissional das músicas de Torém era um sonho antigo do povo Tremembé da Barra do Mundaú, sendo esta uma forma de preservar e facilitar o acesso a essas músicas de encantaria, que precisam chegar mais longe, ou seja: dentro e fora da comunidade, sendo assim o processo contou com a realização de audições e selecionou, entre 60 canções, 13 composições feitas pelos grupos Escola Indígena Brolhos da Terra, Defensoras da Mãe Terra, Protegidas dos Orixás e Parente Torém, além do líder indígena, Zé Canã.

Percebe-se a grande importância do povo Tremembé com relação ao Torém como ritual sagrado de encantaria, assim, Samuel Tremembé, em Lima (2021, p. 196) fala sobre a cura física que ocorre através do “chá vivo” e dos “banhos de limpeza” onde utilizam plantas medicinais, trazendo em seu relato a famosa oração de seu povo, que através dela acreditam haver uma conexão com o pai Tupã e seus encantados:

 *Nós Tremembé acreditamos; em Deus que é nosso pai Tupã; na terra que é nossa mãe; na mata que é nossa vida; na lua e nas estrelas; que são nossas energias; no sol que é nossa luz; No trovão e no relâmpago; que são nossas previsões; Nas pedras e nos astros que são nossas armas; No fogo que é nossa visão; E em toda atmosfera; Vivemos da força da terra; Que nos dá energia; Para lutar e vencer nossas batalhas; Por isso somos povos da luta; Por isso somos povo Tremembé; Assim seja! (Samuel Tremembé in: LIMA, 2021, p. 196).*

A noite do dia 07 de julho de 2023 foi muito animada e fomos privilegiados durante a Festa da Farinhada, com a presença de todos que estiveram à frente desse lindo projeto. Segue a foto que registra o momento em que Mateus Tremembé, Orlângelo Leal, lideranças, grupos de folclore e todos os presentes, prestigiam o Mestre Zé Canã cantando uma das canções do Torém, selecionadas para compor o álbum aqui destacado.



Figura 15 – Momento especial na VII Festa da Farinhada dos Tremembés– Fonte: acervo pessoal.



Durante a Festa da Farinhada os Tremembé da Barra do Mundaú fazem lindas apresentações culturais, inclusive por ocorrer no mês de julho, pouco tempo após as festas juninas, é possível prestigiar a apresentação da Quadrilha Filhos da Terra, composta por integrantes das aldeias do povo Tremembé.



Figura 16 – Quadrilha Filhos da Terra. Fonte: acervo pessoal.

Ainda na Festa da Farinhada pudemos também prestigiar a apresentação do Reisado dos Papangus do Sr. José Alves (Zé Canã), figura bastante respeitada pelo povo Tremembé e pelos visitantes. Zé Canã é mestre da cultura do povo Tremembé da Barra do Mundaú, aqui já destacado por suas composições para o Torém.



Figura 17 – Reisado dos Papangus do Mestre Zé Canã. Fonte: acervo pessoal.



A Festa da Farinhada do Povo Tremembé da Barra do Mundaú se encerra com as competições que ocorrem no campo de futebol da aldeia São José como arco e flecha, arremesso de lança, cabo de guerra, corrida de jumento, dentre outras competições. Esse momento é bem divertido, mesmo sob sol escaldante, as pessoas não deixam de prestigiar e torcer pelos participantes das brincadeiras em forma de competição.



Figura 18 – Competição de Arco e flecha. Fonte: acervo pessoal.

D. Lina Tremembé é mãe das líderes indígenas, Erbene e Adriana Tremembé, ela é uma representante dos chamados “troncos velhos” do povo Tremembé da Barra do Mundaú. A expressão “tronco velho” é bastante utilizada em comunidades tradicionais, sendo uma forma de referenciar os antepassados, destacando os nomes destes até onde a memória alcança. D. Lina é chamada de “tronco velho” pois é considerada uma sábia anciã dentro da comunidade. E não é apenas isso, D. Lina passa seus conhecimentos não só para as próximas gerações, mas para todos os que estão ali como convidados.





Figura 19 – D. Lina Tremembé. Fonte: acervo pessoal.

É importante considerar e destacar a boa recepção desse povo que nos cedeu um quarto na casa de D. Lina durante os quatro dias do evento. Por esses dias também foi possível conhecer D. Rosa, com suas lindas peças em rendas de bilro e a produção manual de seu colorau, bem pilado e puro, que faz o maior sucesso entre os presentes, mas quem deseja adquirir um pacote precisa ser esperto para aproveitar, devendo fazer a encomenda do colorau no primeiro dia de chegada ao evento para receber antes de se despedir dos Tremembés, apenas no último dia da Farinhada. Dificilmente você sai das terras do povo Tremembé da Barra do Mundaú sem levar ao menos uma muda de planta, no nosso caso, o carro retornou repleto de muitas delas, onde além do colorau e das mudas de plantas, seguiam ainda tapiocas, gomas, farinhas, bolos e até mesmo lagostas.

A antropóloga responsável pelos estudos sobre o povo Tremembé da Barra se chama Cláudia Franco e está sempre à frente, colaborando na organização dos eventos, valorizando a presença dos troncos velhos nos festejos que ocorrem anualmente no território indígena. Trago um texto que aborda o uso do termo “troncos velhos” retirado do site Povos Indígenas no Brasil que faz parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA):





Havia o uso igualmente de metáforas botânicas que serviam na manutenção de um plano de continuidade/descontinuidade entre os 'índios velhos' e os 'novos'. Os Tremembé costumavam empregar os termos 'troncos velhos', 'ramos/bróios/brotos' (novos), 'cachos', 'raiz', 'dentro da raiz/tronco'. Todos estabeleciam visualização e imagens botânicas que, metaforicamente, contrastavam 'velho' e 'novo'. Era o 'puxar', tal qual o sangue, alguma coisa (a 'parte') dos 'troncos velhos' e da 'raiz' para os 'índios novos'.²⁶

Samuel Tremembé destaca ainda que em um cenário de luta em que hoje vivem, com tantas dificuldades e retirada de direitos dos povos indígenas, o uso de suas escritas os mantém fortes e vivos, revivendo as narrativas que seus ancestrais ensinaram, assim passam a compreender que a cultura, através da espiritualidade na educação escolar indígena, se encontra em processo contínuo de construção e reconstrução, sendo ainda muitos os desafios existentes.

Das narrativas recolhidas durante a Festa da Farinhada que durou três noites e três dias, destaco Paulo César Tremembé, mais conhecido por Zé Paulinho, que, em conversa informal, me fez o relato, segundo ele, de uma história de Trancoso, cujo nome dado foi: "A Lenda da Mãe D'água e o Pai do Mar".



Figura 20 – Zé Paulinho. Fonte: acervo pessoal.

26. Informação eletrônica acessada em 06/05/2024, no site Povos Indígenas no Brasil, que é parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA), disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb>



A transcrição da lenda segue nessa pesquisa no capítulo quatro, com as demais lendas e narrativas trabalhadas junto às crianças da Escola Municipal Noelzinda Sátiro Santiago, sendo apresentado um breve resumo com adaptação do que me foi narrado por Zé Paulinho, para melhor compreensão leitora.

É de suma importância destacar as etapas ocorridas durante a farinhada. A raspagem da mandioca é uma experiência que remete a minha infância, me levando à casa de farinha de meus avós no município de Itapeim – Beberibe – Ceará, especialmente durante os anos 70, logo que retornei de Porto Velho-RO, para o Ceará.



Figura 21 – Raspando a mandioca na Casa de Farinha . Fonte: acervo pessoal.

Todo o ambiente da casa de farinha do povo Tremembé da Barra do Mundaú me fez retornar a um passado tão querido onde via meus parentes em cada etapa ocorrida por ocasião dessa experiência da farinhada, até mesmo durante a escolha da “faca afiada com ponta fina”, que daria a melhor possibilidade de raspagem da mandioca.

Durante a raspagem da mandioca, os “capotes”, ou “parêas” são deixados para a finalização serem feitas por outro grupo, assim os tais “capotes” significam a raspa da metade da mandioca para que o companheiro possa concluir, como ouvi durante a experiência: “começa pela cabeça e segue para o rabo da mandioca”. Quem nunca passou por essa experiência da raspagem da mandioca, é importante que busque participar dessa vivência divertida feita a muitas mãos, e sentir a alegria dessa comunhão. Na farinhada todos têm funções específicas onde algumas são divididas entre homens e mulheres, porém nem sempre esse detalhe fica preso a essas meras formalidades, como podemos verificar nas próximas imagens.





Figura 22 – A lavagem, a prensa, a torra e a farinha pronta.. Fonte: acervo pessoal.



Todas essas fases da farinha: raspagem, lavagem, moagem, prensa, torra da farinha, branca ou amarela, da goma saborosa para a produção das tapiocas gigantes, com farelos de coco e/ou molhadas no leite de coco, usando também a palha da bananeira como guardanapo, os chás de ervas quentinhos, o café fresco e saboroso para acompanhar todas essas delícias, inclusive o bolo de carimã e grude, me tocam profundamente de maneira afetiva, portanto não deu para resistir ao convite de fazer parte daquele momento sublime de reviver minha história, minha ancestralidade. Minha infância brotava em meus poros, na pupila dos meus olhos podia-se perceber minha alegria ao ser afetada com aquelas imagens que remetiam há um tempo tão especial vivido na casa de farinha de meu avós maternos, junto a meus familiares.

Para finalizar essa parte da pesquisa, destaco o fato histórico que mais deixou o povo Tremembé da Barra do Mundaú feliz, além de tantas conquistas ocorridas durante o ano de 2023, que foi a homologação de seu território. Na manhã do dia 28 de abril de 2023, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, homologou a terra desse povo aguerrido, juntamente com mais cinco terras indígenas, espalhadas pelo Brasil, conforme declarado na matéria de Camila Garcia, no site do Brasil de Fato:



Desde 2018, estas são as primeiras terras a serem homologadas. Foram elas: TI Arara do Rio Amônia (AC), com população de 434 pessoas e portaria declaratória do ano de 2009; TI Kariri-Xocó (AL), com população de 2.300 pessoas e portaria declaratória do ano de 2006; TI Rio dos Índios (RS), com população de 143 pessoas e portaria declaratória de 2004; TI Tremembé da Barra do Mundaú (CE), com população de 580 pessoas e portaria declaratória do ano de 2015; TI Uneixi (AM), com população de 249 pessoas e portaria declaratória do ano de 2006; TI Avá-Canoeiro (GO), com população de nove pessoas e portaria declaratória do ano de 1996.²⁷

A ação do Presidente Lula é uma grande conquista do povo indígena cearense, conforme declara emocionada a Camila Garcia, a líder Tremembé da Barra do Mundaú, Adriana Tremembé, e também Coordenadora da Federação dos Povos Indígenas do Ceará (FEPOINCE), presente no Acampamento Terra Livre (ATL):



"É uma emoção muito grande a gente está aqui, com essa alegria. Uma luta nossa conquistada, pelos nossos troncos velhos, por nossos encantados que não estão mais juntos conosco, mas eles estão presentes. Vitoriosos conosco com essa assinatura agora que aconteceu. Vamos à vitória. A terra é nossa, agora homologada".²⁸

27. Pesquisa realizada em 12/08/2024 em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2023/04/28/ce-terra-indigena-barra-do-mundau-e-uma-das-terras-homologadas-no-acampamento-terra-livre>

28. Pesquisa realizada em 12/08/2024, disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2023/04/28/ce-terra-indigena-barra-do-mundau-e-uma-das-terras-homologadas-no-acampamento-terra-livre>



A outra líder dos Tremembés da Barra do Mundaú presente no ATL, Erbene Tremembé, relembrou sobre a importância da luta dos povos indígenas para as conquistas de direitos:



"Quero saldar meus encantados, nossos guias, nosso povo, nossos parentes, os que já estão encantados, mas que nos ajudaram nessa luta. Eu tenho certeza que na hora que o Lula assinou nossas terras eles estavam presentes, com a gente esses dias aqui nesse acampamento, dentro de tantos desafios e tantas lutas que vivemos, vivenciamos juntos, meu povo e venceremos mais essa batalha e vamos vencer todas as lutas que vem por aí".²⁹

Que momento inesquecível vivido pelo povo Tremembé da Barra do Mundaú de Itapipoca-CE. Importante destacar a fala do Presidente Lula em seu twitter: *"Hoje tenho a alegria de assinar a homologação de seis territórios indígenas. A luta por demarcação dos povos indígenas é uma luta por respeito, direitos e proteção da nossa natureza e país. Estamos avançando"*. O Presidente ainda declara na matéria que continuará a trabalhar para ampliar o maior número de demarcações de TI's, conforme reafirma: *"Não só porque é um direito dos povos indígenas, mas também porque se queremos chegar em 2030 com desmatamento zero, é preciso demarcar"*.³⁰ Infelizmente, apenas para não esquecer, se faz relevante lembrar que o ex presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, fez questão de afirmar que em seu mandato não faria nenhuma demarcação de TI, e de fato cumpriu sua promessa, assim temos a comprovação que tenha realizado alguma coisa em seu governo. Lógico que essa foi uma das muitas de suas contribuições para o Brasil. (Contém ironia, claro).



Figura 23 – Homologação da TI Tremembé da Barra do Mundaú – Fonte: Foto: Tremembé da Barra do Mundaú

29. Pesquisa realizada em 12/08/2024, disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2023/04/28/ce-terra-indigena-barra-do-mundau-e-uma-das-terras-homologadas-no-acampamento-terra-livre>

30. Idem.



Infelizmente é necessário trazer a declaração de Ceíça Pitaguary, liderança Pitaguary e Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Ministério dos Povos Indígenas, declaração essa também colhida pela repórter Camila Garcia sobre o Ceará ainda possuir quinze povos reivindicando vinte dois territórios, porém até hoje o Estado do Ceará possui apenas uma terra totalmente regularizada. Ceíça define o que seria uma terra totalmente regularizada:



Quando digo totalmente regularizada é a terra passando por todas as etapas desde a identificação, delimitação, demarcação, desintrusão, homologação pelo presidente da república e registro no cartório de Patrimônio da União. É a terra indígena Córrego João Pereira, que se encontra localizado no município de Itarema, e possuímos mais cinco terras que estão no processo de demarcação física. »³¹

Assim se conclui a descrição e experiência vivida durante a visita ocorrida ao povo Tremembé da Barra do Mundaú em julho de 2023. Sigamos, portanto, com as demais descrições das visitas realizadas para essa pesquisa.



3.3 VISITA AO TERRITÓRIO DO POVO PITAGUARY (ALDEIA MONGUBA - PACATUBA-CE).

A visita ao povo Pitaguary ocorreu durante a participação na vivência organizada pelo grupo Percursos do Sobrado Dr. José Lourenço, na oficina Grafismos e pinturas indígenas: abordando a arte gráfica no território Pitaguary. A socióloga Merremii Karão Jaguaribaras esteve à frente da oficina que ocorreu nos dias 10 e 11 de agosto de 2023. Na ocasião foram feitos alguns registros sobre o povo Pitaguary e seus territórios, destacando suas lutas e resistências. Ficamos hospedados na comunidade, mais exatamente na Casa de Apoio do povo Pitaguary, uma casa ampla e arejada, composta por varanda, sala e cozinha amplas, muitos quartos e alguns banheiros que ficam à disposição dos participantes das oficinas e eventos que ocorrem na aldeia Monguba.

Pitaguary é a autodenominação do povo indígena que vive ao pé da serra entre os municípios de Maracanaú, Pacatuba e Maranguape, distante aproximadamente 26 km de Fortaleza, situados na grande região metropolitana da capital cearense, tendo em seus arredores uma área caracterizada pela concentração de indústrias e urbanização crescente.

31. Pesquisa realizada em 12/08/2024 em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2023/04/28/ce-terra-indigena-barra-do-mundau-e-uma-das-terras-homologadas-no-acampamento-terra-livre>



A terra é socialmente marcada por uma série de acontecimentos que fundam a memória coletiva de seu povo. Foi nela que os troncos velhos pereceram, deixando suas raízes antigas, e é dela que sobrevivem os Pitaguarys de hoje, que vivem em localidades diversas, dentre elas a Santo Antônio, assim como Olho D'Água e Horto (sob a jurisdição do Município de Maracanaú) e Monguba (no Município de Pacatuba). A visita ocorreu na aldeia da Monguba, em Pacatuba, de fácil localização.

É importante destacar que o Museu do povo Pitaguary é uma extensão da Casa de Apoio, pois fica no mesmo prédio, porém com acesso restrito. É um espaço cuidado e mantido pelos indígenas, tendo a juventude a frente das ações de apoio às lideranças do povo Pitaguary, especialmente com relação à preservação de seu acervo.



Figura 24 - Casa de Apoio Pitaguary. Fonte: Arquivo Pessoal



O povo Pitaguary possui atualmente quatro caciques: dois homens e duas mulheres, e três Pajés: duas mulheres e um homem, sendo da mesma família, três irmãos, filhos do Pajé Barbosa, “encantado” há oito meses da data da visita. O líder Pajé Barbosa Pitaguary, registrado Raimundo Carlos da Silva, morava na Aldeia da Monguba. Foi referência como curador, rezador, pajé, parteiro, liderança política. Foi professor no Encontro de Saberes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2014, no Módulo Terra, Tradição e Espiritualidade dos Índios Pitaguary - Saberes e fazeres tradicionais da cura.



Figura 25 – Pajé Barbosa Pitaguary – Fonte: Fotos Iago Barreto

Essas informações foram coletadas no site da Secult Ceará em matéria publicada dia 8 de dezembro de 2022, que declara que Pajé Barbosa, líder espiritual do Povo Pitaguary, fez sua passagem para o mundo dos encantados. Conforme a matéria seria o momento de exaltar seu legado e lembrar suas revoadas e sabedorias, agradecendo as passarinhadas e a natureza por sua existência: “A dança dos passarinhos todo mundo vai cantar, a dança dos passarinhos todo mundo vai dançar”. Ainda em vida, no mês anterior a sua morte, a Secult Ceará, por meio dos Tesouros Vivos da Cultura do Estado do Ceará – 2022, divulgou o resultado do edital e em primeiro lugar Pajé Barbosa foi eleito “Mestre da Cultura do Ceará”:



O pajé Barbosa é um guardião das cosmovisões do povo Pitaguary e dos povos indígenas do Ceará e do Brasil. Um senhor detentor dos segredos das matas, das folhas e plantas medicinais com a força espiritual da ancestralidade e da sabedoria de seu povo. Para além dessa dimensão espiritual e do conhecimento, o pajé Barbosa foi também uma liderança política que mobilizava e inspirava a luta dos povos indígenas do Ceará e do Brasil.³²

32. Dados coletados em 10/08/2024 em <https://www.secult.ce.gov.br/2022/12/08/nota-de-pesar-paje-barbosa-pitaguary/>



Onze dias após sua partida, mais precisamente em 19 de dezembro de 2022, a Governadora do Ceará, à época, Izolda Cely, afirmou que iria certificar os novos mestres e mestras da cultura: “Faremos uma bela homenagem e daremos o certificado in memoriam ao Pajé Barbosa”. Fabiano Piúba, Secretário de Cultura do Estado do Ceará, enfatizou: “Então, viva o Pajé Barbosa Pitaguary, Mestre da Cultura do Ceará! Porque seus saberes e fazeres seguirão brotando e cultivando no seu povo e entre nós”.³³



Imagem 26 – Pajé Barbosa e Fabiano Piúba: abertura Exposição Museu Pitaguary – Fonte: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/65768/>

O site da Secult Ceará traz ainda uma linda lembrança ocorrida no ano de 2017 durante a abertura da Exposição “Museu Indígena Pitaguary” no Sobrado Dr José Lourenço. Na ocasião foi possível que os presentes sentassem para ouvir o universo poético percebido na fala do Pajé:

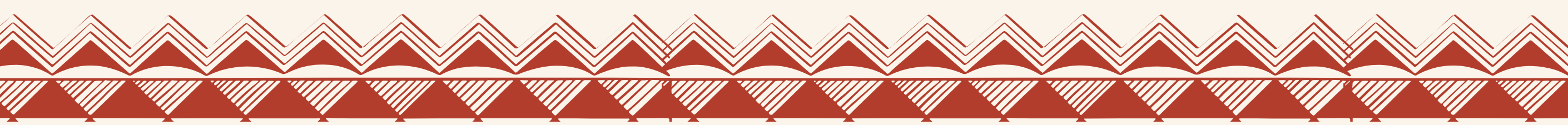


Com muita generosidade, ele sempre trazia, na oralidade e no corpo, conversas sobre a resistência indígena no Ceará, a espiritualidade e a natureza. Barbosa era floresta, era água correndo, era terra semeada que tanto germinou e segue vivo em cada um, cada uma que traz emoções e recordações dele no coração.³⁴

33. Dados coletados em 10/08/2024 em <https://www.secult.ce.gov.br/2022/12/08/nota-de-pesar-paje-barbosa-pitaguary/>

34. Dados coletados em 10/08/2024 em <https://www.secult.ce.gov.br/2022/12/08/nota-de-pesar-paje-barbosa-pitaguary/>





Outro líder do povo Pitaguary é destacado em informações sobre o registro histórico coletado pelo Mapa Cultural da Secult Ceará, gerado em 21/08/2022 onde por meio de vídeo, Francilene Pitaguary, durante apresentação do Museu Indígena Pitaguary aos presentes, narra a saga de seu povo contra as invasões e desintrusão das terras Pitaguary, onde, à época, Cacique Daniel Pitaguary, sozinho, teria se tornado alvo de grandes empresários, durante as retomadas de territórios. O cacique faleceu em 18/04/2018 e foi enterrado dia 19/04: “Nosso Cacique foi plantado e as raízes somos nós!”³⁵ No vídeo Francilene ainda destaca que em 17/11/2011 tomaram posse do espaço do museu, que teria sido a casa de sua avó, e em 2013, durante a reintegração de posse, se fez necessário chamar parentes para colaborarem na frente dessa batalha na retomada da pedreira. Francilene ainda destaca que após a morte do Cacique Daniel, foram eleitos quatro (4) caciques: Kauã, Madalena, Cláudio e Maurício, para fortalecer a luta contra a posse de suas terras.

No dia 14 de setembro de 2017 o Movimento Indígena do Ceará reafirmou a escolha dos caciques Pitaguary, convocando a união dos povos durante o II Encontro de Caciques, Pajés e Lideranças Tradicionais dos Povos Indígenas do Ceará. A reunião dos representantes das 14 etnias do Ceará aconteceu na Aldeia Santo Antonio Pitaguary, localizada no Município de Maracanaú onde vivenciaram momentos de espiritualidade e decisão sobre o futuro da etnia Pitaguary. Segue relato descritivo:



Ao redor de uma grande mangueira, os/as caciques, pajés e lideranças indígenas das tribos cearenses invocavam a benção dos encantados, cantando e dançando o toré, a dança guerreira. Com chocalhos e tambores, reverenciavam Pai Tupã, Mãe Tamaí e entoavam canções de lamento pelos povos indígenas expulsos de suas terras e que agora lutam para ter de volta o chão para morar e trabalhar. [...] De pé, sobre as raízes da árvore, a Cacique Pequena da tribo Jenipapo-Kanindé falou aos/às líderes e exortou a união dos povos indígenas pela demarcação de terras. Pequena desejou paz na aldeia Pitaguary e lembrou do mau presságio que teve anos atrás ao visitar o lugar. “Eu vim aqui e vi esta mangueira derramando lágrimas”. Para a anciã, este foi o sinal do conflito que aconteceu após a morte do líder local, no ano passado.³⁶

35. Dados coletados em 10/08/2024 em <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/65768/>

36. Pesquisa realizada em 13/08/2024 pela Comunicação Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, acessado em: <https://adelco.org.br/2017/09/27/movimento-indigena-do-ceara-reafirma-escolha-de-caciques-pitaguary-e-convoca-uniao-dos-povos/>



Assim foi legalizado o documento que passou a reconhecer os novos caciques Pitaguary, após a morte de Cacique Daniel:



Em cerimônia realizada na escola indígena da aldeia, foi lido o documento que reconhece Maria Madalena Braga da Silva, Ana Cláudia Araújo Lima, José Maurício de Lima, e João Paulo da Silva Lima como caciques Pitaguary. Os/as quatro tiveram apoio da maioria dos homens e mulheres indígenas presentes. A nota foi elaborada por lideranças das 14 etnias do Ceará, na ocasião da Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Ceará (em Novo Oriente).³⁷

Augusto Brandão, Assessor de Comunicação do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, escreveu uma matéria em homenagem ao Cacique Daniel da reserva Pitaguary, trazendo um relato sobre sua morte:



O índio Francisco Daniel Araújo da Silva, Cacique Daniel, 65 anos, faleceu no último dia 18, véspera do Dia do Índio, em Fortaleza. Ele era uma das mais influentes lideranças do Nordeste na luta por demarcação de terras e garantias de direitos dos povos indígenas. O cacique estava há quatro dias internado no Instituto Doutor José Frota (IJF) com problemas nos rins. Ele deixa como legado a demarcação da Reserva Pitaguary, em Maracanaú.³⁸

Brandão ainda destaca na matéria a homenagem feita ao Cacique Pitaguary, que estiveram na ocasião presentes representantes das principais tribos do Estado do Ceará, assim registrou outra declaração de Weibe Tapeba: “O cacique Daniel esteve sempre coordenando os povos indígenas do Ceará e muitos vão vir para homenageá-lo. Vamos fazer um ritual entre os povos para marcar essa partida.” O Assessor de Comunicação da Idace ainda destacou que o filho de Cacique Daniel Pitaguary, Manoel dos Santos Barros, declarou que seu pai esteve a frente da luta pela demarcação de terras de seu povo desde o ano de 1998. Segue o desabafo do filho do Cacique Daniel: “Ele dedicou a vida à comunidade. Foi atrás de recursos para a aldeia e era uma pessoa muito honesta. Hoje estamos vivendo uma grande perda e jamais vai aparecer alguém como ele foi.”³⁹

37. Augusto Brandão, Assessor de Comunicação do IDACE. Pesquisa realizada em 13/08/2024 em: <https://www.idace.ce.gov.br/2018/11/22/homenagem-ao-cacique-daniel-da-reserva-pitaguary/>

38. Idem.

39. Idem.



É importante também destacar que Brandão traz na matéria o que a comunidade Pitaguary reforça com relação à lição deixada por Cacique Daniel, que esteve a frente da luta pela terra e que sempre aconselhou seu povo a jamais desistir de lutar por seu território. Cacique Daniel deixa um lindo legado que sempre será lembrado por sua força e determinação em estar à frente de seu povo, representando a comunidade indígena do Ceará em busca de suas conquistas e reconhecimentos. Será sempre exemplo para os povos indígenas do nosso Estado.



Figura 27 – Museu Pitaguary guiado pelo jovem Maemã Pitaguary – Fonte: Acervo pessoal

O Museu indígena Pitaguary foi fundado no ano de 2011 e reúne tipologias da museologia social como sala de disposição, reserva técnica, biblioteca, salão de eventos e rituais, casa de apoio, cozinha comunitária, museu de território e eco museu com trilhas ecológicas. A visita ao museu ocorreu tendo como guia o jovem indígena Maemã Pitaguary, que segundo ele, seu nome significa “aquele que é adoçado”. Maemã faz pinturas indígenas corporais e confecciona belíssimos maracás com quengas de coco, cabo de vassoura e rabo de tatu. Sobre o que seria o instrumento musical maracá:



O maracá é um instrumento musical de grande importância cultural e religiosa para os povos indígenas da América Latina. Utilizado em rituais religiosos, festas tradicionais e cerimônias sagradas, o maracá é considerado um instrumento sagrado e de conexão com o mundo espiritual. Além disso, o maracá também é utilizado como símbolo de identidade e resistência dos povos indígenas, representando a cultura e a tradição desses povos. Com sua história milenar e sua sonoridade característica, o maracá é um instrumento que carrega consigo a riqueza e a diversidade da cultura indígena.⁴⁰

40. Pesquisa realizada em 17/08/2024, disponível em: <https://www.oyaalimentos.com.br/glossario/o-que-e-maraca>

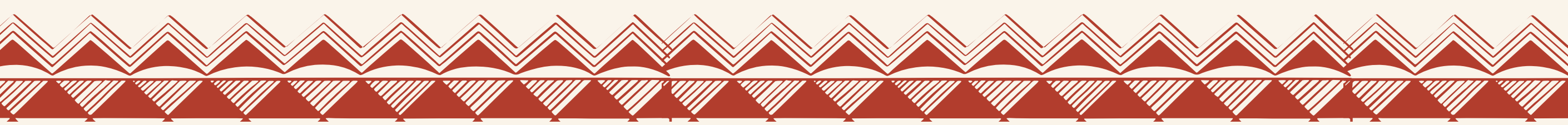


Seguimos abordando como aconteceu a oficina sobre pinturas indígenas. O início da oficina ocorreu no salão de entrada da Casa de Apoio dos Pitaguary onde as cadeiras foram dispostas em círculo tendo ao meio um instrumento musical de percussão chamado atabaque (uma espécie de tambor cilíndrico ou ligeiramente cônico feito em madeira e aros de ferro, com uma das bocas coberta por um couro seco de animal, normalmente boi, veado ou bode, que nos ritos afro-brasileiros são oferecidos às entidades). O atabaque era harmonicamente decorado com pinturas indígenas do povo Pitaguary para ser utilizado no encerramento do encontro durante a dança do toré. Foi um momento lindo de apreciação do espaço que apresenta em suas paredes belos grafismos que muito nos diz sobre a história desse povo aguerrido.



Figura 28 – Oficina grafismos e pinturas indígenas – teoria. – Fonte: Acervo pessoal





Antes de Merremii entrar de fato na aula prática, nos passou um pouco da teoria sobre grafismos e pinturas indígenas, tendo em princípio se apresentado e oportunizado que todos os presentes na oficina fizessem o mesmo. Durante as aulas práticas Merremii nos apresentou o material que costuma ser utilizado nas pinturas indígenas e logo em seguida fomos convidados a ceder nossos corpos para servirem de tela e receberam as técnicas das pinturas indígenas Pitaguary e Karão. No momento em que realizava seu trabalho de pintura em nossos corpos, Merremii tecia uma rede de narrativas sobre sua história de vida e sua experiência com a prática das pinturas indígenas, bem como sobre as diferentes características e técnicas das pinturas indígenas espalhadas pelo Ceará e em alguns outros estados, uma conversa divertida e rica em conhecimentos dessa arte, dessa linda cultura.

As pinturas são tão lindas que muitas pessoas transformam o trabalho em tatuagem para permanecerem marcadas em sua pele, inclusive essa ação tem se tornado bastante comum em nossa cultura, e muitos turistas aproveitam as visitas aos nossos povos com essa finalidade de escolher uma legítima pintura indígena como base para fazer a tatuagem e levarem esses traçados para o mundo, tendo seu corpo como tela.

Com relação a esse tema, é importante destacar a matéria exibida no jornal virtual cearense Diário do Nordeste, escrita por Ana Beatriz Caldas no dia dos povos indígenas, 19 de abril de 2024, que falou sobre a Arte Indígena no Ceará que une força ancestral com a pluralidade cultural e luta por espaços, assim a repórter evidenciou a história de três artistas indígenas cearenses que diariamente refletem sobre os desafios e possibilidades de formação e acesso à cultura. Merremii Karão foi uma das artistas destacadas na matéria e nos trouxe uma reflexão sobre a luta pela arte indígena contemporânea.

Merremii relata que somente quando se percebeu adulta que iniciou o acesso a ambientes artísticos, passando a produzir artes visuais, como declara: *“A gente chama arte de ‘taowa’, e essa veio do meu berço, desde que me entendo como ser vivo. Até então, o meu próprio corpo era minha tela, mas comecei a ver a possibilidade de passar o que pintava para a tela”*. Daí surgem ⁴¹ as primeiras telas da artística indígena.

Para Merremii, ocupar espaços artísticos fora da aldeia tem sido uma estratégia para quebrar estereótipos sobre costumes e produções indígenas. Na matéria a artista plástica indígena relata que muitas vezes ao sair pelas ruas com seu corpo coberto por pinturas corporais foi maltratada e até ignorada, dessa forma decidiu usar a produção artística como ferramenta de conscientização e luta:

41. Matéria do Diário do Nordeste exibida em 19/04/2024, acessada em 10/08/2024 em:

<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/verso/arte-indigena-no-ceara-une-forca-ancestral-com-a-pluralidade-cultural-e-luta-por-mais-espaco-1.3502784>





Por estar pintada, você é confundida com uma vândala. Estou utilizando a arte, principalmente as pinturas corporais, para quebrar esse estereótipo e mostrar a nossa diversidade. Porque não usamos a arte apenas como estética, mas como espiritualidade”, ressalta.⁴²



Figura 29 – Merremii Karão ministrando oficina grafismos e pinturas indígenas – Fonte: Acervo pessoal

Na oficina produzimos alguns grafismos que falavam um pouco de nossa ancestralidade através de nossas memórias, assim cada um fez sua própria arte sobre tecidos de algodão, em bom tamanho, onde os grupos de alunos da oficina ficaram à vontade para decidir em qual espaço do tecido iria produzir sua arte. As tintas e pinceis foram disponibilizados para a produção das artes que eram livres de julgamentos, mas diziam muito sobre cada um ali presente. Foi um momento muito especial, pois interagíamos entre nós, fazendo menção ao que nossas gravuras queriam passar sobre nossa história de vida, nos remetendo à nossa infância e momentos que estavam guardados no nosso subconsciente, no mais íntimo de nosso ser.

A finalização do encontro se deu com a apresentação de cada um relatando a motivação pela criação de seu grafismo, dessa forma muitas narrativas foram tecidas, revisitando relatos afetivos que remetiam, em sua maioria, à infância de muitos, o que foi meu caso, que desenhei e pintei a residência, a cacimba natural de pedra e a casa de farinha de meu avô, trazendo uma alusão às terras de meus avós maternos, sendo uma regressão linda ao meu passado.

42. Matéria do Diário do Nordeste exibida em 19/04/2024, acessada em 10/08/2024 em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/arte-indigena-no-ceara-une-forca-ancestral-com-a-pluralidade-cultural-e-luta-por-mais-espaco-1.3502784>





Figura 30 – Produção dos grafismos da oficina de Meremii. – Fonte: Acervo pessoal

Sobre as narrativas colhidas no território dos Pitaguarys, conseguimos participar de um ritual de cura com os pajés, participando de uma “mesa branca”:



Os trabalhos realizados no centro de mesa branca podem incluir a prática de cura espiritual, a comunicação com entes queridos que já partiram e a busca por orientações e conselhos espirituais. [...] A religião de mesa branca é uma vertente do espiritismo que tem como principal característica o uso de rituais e práticas de cura, como a incorporação de entidades espirituais em sessões mediúnicas. [...] Os praticantes da mesa branca acreditam na existência de uma energia universal que pode ser canalizada para a cura física, mental e espiritual das pessoas. Por isso, costumam utilizar elementos como velas, incensos, cristais e ervas em seus rituais.⁴³

Não foi intencional, afinal saímos à noite da Casa de Apoio apenas em busca de uma televisão que nos trouxessem “as novelas”, um desejo meu, confesso, mas era estranho nascer em mim essa necessidade pois deveria estar mais interessada em curtir a noite tranquila daquele lugar. Mas ao indagar se existia a possibilidade de ouvirmos contações de histórias ao redor de alguma fogueira, soube que não havia, então sugeri a saída para conhecer a comunidade e ir a casa de alguém que tivesse ao menos um televisor, assim, de repente estávamos na casa dos Pajés.

Avistamos uma espécie de varanda onde estavam algumas pessoas, fomos convidados a sentar e ficarmos à vontade e nos informaram, logo no início das orações, que após entrarmos na mesa, ninguém mais poderia sair. Entrar na mesa era apenas se acomodar ao redor do que estávamos presenciando, e se manter em silêncio, claro, para não interferir nos trabalhos. Os trabalhos a serem executados, em princípio, estavam centralizados na cura de uma senhora que passou a maior parte do tempo deitada em uma rede pois não apresentava forças para ficar sentada, assim lhes puseram nessa rede que ficava armada próximo aos Pajés.

43. Pesquisa eletrônica realizada em 15/08/2024 em: https://terrasaudavel.com/o-que-significa-mesa-branca-no-espiritismo/#google_vignette



Sobre pajelança e religiosidade, destaco pesquisa eletrônica sobre o assunto:



A tipologia 'pajelança cabocla' foi constituída e passou a dizer respeito a um emaranhado de práticas mágicas baseadas no poder de pajés ou xaboris em conjuntura ao processo de colonização e incorporação de ações icônicas a rituais. Variadas foram as definições que passaram a identificar o suposto: a mais geral percebeu-se pelo poder que iniciados tinham em fazer intermediações na relação com o mundo desencarnado (Galvão, 1995).⁴⁴

A mãe e o filho da senhora ficaram sentados a observar e a responder a alguns questionamentos feitos pelos pajés, as respostas dos familiares com relação à senhora seria que ela apresentava perturbação mental, porém não sabiam os motivos. No decorrer da mesa branca foi identificado a suposta presença de um homem que teria sido alguém próximo e que estaria seu espírito sempre vagando próximo da senhora, chamando-a para perto de si, em outro plano. Na mesa branca estava a Pajé Francilene Pitaguary e sobre a mesa tinha uma Bíblia Sagrada, um copo com água e um livro de encantarias (Livro de São Cipriano).

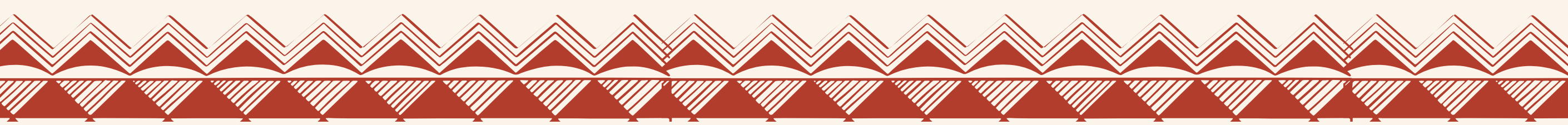


O Livro de São Cipriano refere-se a diferentes grimórios do século XVII, XVIII e XIX, todos pseudepigraficamente atribuídos a São Cipriano de Antioquia (que não deve ser confundido com o São Cipriano, bispo de Cartago). De acordo com a lenda popular, São Cipriano teria sido um feiticeiro que se converteu ao cristianismo. [...] A primeira edição conhecida em português data de 1846, contendo diversos rituais de ocultismo e exorcismo, supostamente magias e 'simpatias' (conjurações populares), com múltiplas finalidades, inclusive para o cotidiano. [...] No Brasil, apesar de ser frequentemente associado às religiões afro-brasileiras, nada tem a ver com nenhuma delas, já que é herança popularizada na Europa do século XIX. Publicado no Brasil de maneira indiscriminada por vários editores, tornou-se um 'almanaque ocultista' de fácil acesso que se diluiu na credence popular.⁴⁵

44. Pesquisa eletrônica realizada em 15/08/2024 em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/2411>

45. Pesquisa eletrônica realizada em 15/08/2024 em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Livro_de_S%C3%A3o_Cipriano





Sentados no solo, com as costas apoiadas no batente da varanda estavam a Pajé Nádia Pitaguary (Nádia Luzia da Costa Silva) e seu irmão, Pajé Alex Pitaguary (José Alex da Costa Silva) que faziam os questionamentos e narravam as ações que ocorriam na mesa branca. As leituras do livro eram feitas pela Pajé Fran Pitaguary, bem como as orações, até que fosse possível a chegada da entidade para o ritual ocorrer tranquilo. D. Liduina Pitaguary, mãe dos pajés, ficava sempre próximo para auxiliar e atender aos comandos dos filhos durante a pajelança.

Não nos foi autorizado o registro com fotos do momento ocorrido com a pajelança com mesa branca, dessa forma consegui recolher algumas receitas/rituais ou simpatias, anotadas no meu celular, que foi passada pela menina africana chama “Angelina” que “baixou” no corpo da Pajé Nádia Pitaguary. A entidade fez muitas recomendações aos que estavam presentes e conseguiu falar com o espírito que perseguia a senhora. A menina “Angelina” fez uma regressão com o espírito perseguidor e aparentemente o fez compreender que deveria descansar, indo para outro plano, deixando enfim sua amiga livre, para seguir a vida em paz, no plano terreno.

Foram utilizados no ritual de pajelança e cura espiritual: goma de tapioca e carvão onde nos foram entregues bolinhas de goma. Fomos orientados pela entidade que esfregássemos a goma em nossos corpos, especialmente em prováveis lesões que pudéssemos ter. Saímos daquele ambiente bem mais leves do que entramos, seguido de uma noite de sono tranquila. É importante confessar que no meu ombro esquerdo, onde fiz há algum tempo uma cirurgia para retirada de um câncer de pele, uma pequena lesão estaria mais uma vez surgindo e nenhuma pomada conseguia sarar, estava prestes a marcar uma consulta com uma dermatologista para verificar com atenção a lesão, porém, após participar desse ritual, a lesão sumiu por completo.

No dia 25 de outubro de 2023, tive a oportunidade de agradecer à Pajé pela cura da lesão. Encontrei a Pajé Nádia Pitaguary no Festival Literário Histórias da Floresta, onde ministrou a oficina de formação para professores/as, educadores/as, mediadores/as, estudantes em licenciaturas e artistas, intitulada: “A cultura Indígena como potência educacional e social no Ensino Básico no Ceará”. A oficina aconteceu na Sala Educativa Gente Arteira da Caixa Cultural, ação que fazia parte do Festival. Ao final da oficina, após a dança do toré, com um abraço reconfortante, aproveitei para agradecer por ter tido o privilégio de ter participado do ritual de pajelança e cura e milagrosamente ter me curado da lesão.



Abaixo seguem algumas simpatias passada pela entidade encantada a todos que se encontravam presentes:

- *Contra olho grande: sal grosso, carvão e cabeça de alho num copo na entrada da casa*
- *Esporão-de-galo: limpa o chão, joga querosene, toca fogo, quando o fogo apagar coloca o pé em cima.*
- *A cura pelo Vudu: Rezar com 3 folhas: representa pai, filho e Espírito Santo*
- *Limpeza: meia-noite pega 1 litro de cachaça, derrama numa vasilha, vai para uma encruzilhada, quando sentir o vento gelado, tomar banho com a cachaça, depois volta para casa e toma banho normal. Assim que puder tomar banho de mar e pular sete ondas*
- *Espinhela caída: a mesma medida do antebraço deve ser de ombro a ombro e do pescoço para o peito. Se tiver diferença entre o antebraço e os ombros, está com espinhela caída. Fazer oração nas costas da pessoa.*

Durante algumas conversas com representantes Pitaguary, percebi o respeito ao jovem indígena de 29 anos, Benício Pitaguary, que partiu precocemente, no ano de 2022, vítima de AVC (Acidente Vascular Cerebral). Benício era uma liderança jovem dos Pitaguaries, era artista plástico reconhecido no cenário cultural cearense. No ano de 2021 produziu os grafismos da agenda da ADUFC (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará). Vejamos como o jovem líder indígena é descrito pela ADUFC em sua nota de pesar:



Benício Pitaguary era geógrafo formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e fazia mestrado pela mesma instituição no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). Foi uma importante liderança jovem na aldeia Monguba, terra indígena Pitaguary, em Pacatuba, além de comunicador do Mídia Índia, um coletivo formado por indígenas de diversas comunidades, regiões e povos. Através de sua arte com o jenipapo e o pincel, foi uma voz potente em defesa dos povos indígenas e contribuiu para uma comunicação mais representativa.⁴⁶

46. Informação eletrônica com acesso em 08/05/2024, disponível em: <https://www.adufc.org.br/2022/03/28/nota-de- pesar-morre-o-artista-plastico-benicio-pitaguary-29-jovem-indigena-que-fez-os-grafismos-da-agenda-da-adufc-2021/>



Para finalizar deixo uma citação do Jovem Benício Pitaguary sobre o que significa os grafismos corporais para seu povo:



Os grafismos corporais para nós, povos indígenas, são verdadeiras manifestações da cultura em sua totalidade. Por muito tempo, as pinturas corporais foram apenas uma prática cultural e espiritual de cada povo, traduzindo, pintados com jenipapo e urucum, suas cosmologias, linguagens, culturas e territórios”, escreveu Benício, que era referência em grafismos indígenas, em um dos textos publicados na agenda de 2021 da ADUFC.⁴⁷

Nesse encontro, apesar de não colher narrativas de lendas ou contos, aprendemos bastante sobre saberes e fazeres desse povo, que podem nos servir para acrescentar e enriquecer as narrativas a serem contadas para as crianças em sala de aula ou mesmo em outros ambientes externos à escola, contribuindo para desmistificar alguns equívocos que a história por anos nos apresentou, mostrando, assim, a verdadeira história de nossos antepassados.

47. Informação eletrônica com acesso em 08/05/2024, disponível em:
<https://www.adufc.org.br/2022/03/28/nota-de-pesar-morre-o-artista-plastico-benicio-pitaguary-29-jovem-indigena-que-fez-os-grafismos-da-agenda-da-adufc-2021/>





3.4 VISITA INFORMAL AO POVO PAIAKU DE PARIPUEIRA-BEBERIBE-CE.

Minha família é quase toda natural de Beberibe, alguns do distrito de Itapeim, por parte de mãe, outros de Paripueira, por parte de pai, e outros parentes espalhados por outros distritos de Beberibe-Ceará. Quando soube da possível existência de povos indígenas próximo a minha casa em Paripueira, iniciei minhas investigações, dessa forma entrei em contato com minha prima, Soraia Colaço, socióloga, residente na cidade de Beberibe, que me passou o contato do professor e historiador do Museu de Beberibe, Alexandre dos Santos Rocha.

Alexandre foi muito importante nesse processo de investigação, foi bastante prestativo me passando as poucas informações que teria sobre os povos indígenas localizados em Paripueira, assim ele, Mestre em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará, com concentração em Educação, pesquisa a história, movimentos sociais, cultura, memória, patrimônio, arqueologia, identidade, religiões e danças afro-indígenas em comunidades do Município de Beberibe, juntamente com Inês Almeida, graduada em História e Mestre em Educação, residente em Paripueira, conseguiram organizar uma visita à Sra Maria das Graças, pertencente ao povo da etnia Paiaku, localizados às margens da Lagoa Córrego do Sal e também aos pés das dunas da Prainha do Canto Verde, no Distrito de Paripueira-Beberibe-CE. No artigo de Valdelice Carneiro Girão cujo título é “Os índios Paiacu – primeiros habitantes de Pacajus”, encontramos a definição da origem desse povo:



Os Baiacu, Paiacu ou Pacaju, apesar do nome tupi, eram tribos indígenas de língua ‘travada’, classificados pelos primeiros cronistas como nação tapuia, surgida no sul do Brasil, transferindo-se, depois, para o norte da Capitania. [...] A historiografia cearense documenta as lutas dos nativos ‘sempre disposta a se levantarem mão das armas para terem ocasião [...] por todos os meios, vingarem-se dos colonos, seus inimigos figadais.’⁴⁸ Entre eles estavam os Paiacus, como os mais irrequietos e rixosos

Assim se pode perceber o quão forte e destemido era o povo Paiku, o que mais encantador se torna essa pesquisa. Na manhã do dia 14 de agosto de 2023, Inês me levou até a casa de D. Graça que nos recebeu com muita alegria já que era amiga de longa data de Inês. Foi um momento muito especial, pois Inês carinhosamente levou ervas para D. Graça e fez um delicioso chá para brindar aquela nossa conversa agradável. Como estava próximo do horário do almoço, sugerimos que D. Graça recebesse eu e meus amigos, estudantes de mestrado e doutorado do IFCE, UFC e UECE, no turno da tarde, assim daria tempo ela convidar outros representantes de seu povo para se fazerem presentes na reunião.

48. Pesquisa realizada em 12/08/2024 em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1991/1991-OsIndiosPaiacuprimeiroshabitantesdePacajus.pdf>



Na reunião, ocorrida no turno da tarde, D. Maria das Graças relatou parte da história dos Paiakus de Paripueira, inclusive nos declarou que durante o mês de abril teria recebido visita de Cacique Pequena, do povo Jenipapo-Kanindé, para tentar influenciar o grupo a retornar à luta de reconhecimento do território dos Paiakus. Ficamos muito curiosos em saber quais os motivos de não terem dado entrada no reconhecimento da etnia e território junto à FUNAI.

Declarou também que muitos representantes da FUNAI a procuraram, mas que até mesmo a Associação Comunitária que existia, foi desabilitada e tudo tem se perdido. Apesar da fragilidade do grupo, tentamos incentivar para retomarem às lutas, pois o governo atual tem se mostrado atento às causas dos povos originários. Aproveitamos para conhecer o território e a escola que atende às crianças da localidade com aulas de reforço no contra turno escolar. O povo da etnia Paiaku foi citado em documentos históricos desde o período colonial como "caboclos" ou "remanescentes" de indígenas.

D. Graça destacou em sua fala o nome de Raimundo Caboclo como representante de seu povo e ainda se referiu ao escritor de nome José Cordeiro de Oliveira, que escreveu sobre muitas histórias indígenas, incluindo a de seu povo. Ainda relatou que a FUNAI insistiu na demarcação do território e em montar a aldeia no distrito de Paripueira em Beberibe-CE. D. Graça ainda destaca que seja conhecida como a Graça do Correia, dando menção ao Sítio Correia, local onde seu povo vive. Declarou que o Conselho comunitário foi organizado pelo pai da pesquisadora, Sr. Edson Pereira de Albuquerque, conhecido na localidade por Mestre Edson e que na ocasião os representantes do conselho eram Graça do Correia e Sr. Chagas.



Figura 31 – Reunião com representantes do povo Paiaku – Fonte: Acervo pessoal



Com relação ao escritor mencionado por D. Graça que teria escrito sobre seu povo, investiguei e encontrei dados sobre José Cordeiro, escritor que resgata a historicidade da presença dos povos indígenas no Ceará por meio de várias informações e fontes documentais. O estudioso exibiu esse vasto material em seu livro *Os índios do Siará: massacre e resistência*. Essa publicação fez parte das coleções Povos indígenas/Século 20 da Editora Hoje - Assessoria em Educação. A obra foi publicada no ano de 1989, aqui em Fortaleza-CE.⁴⁹

Nas próximas páginas seguem alguns trechos e citações da obra que narra a história dos bravos Paiakus. Cordeiro (1989), narra em seu livro, como a Nação Paiaku reagiu ao massacre sofrido em 1681, quando as sesmarias já haviam sido concedidas pelos colonizadores. Sesmarias se referem a lotes de terras ou terrenos abandonados, ou inculto, ou seja: terreno em que não se cultiva, que os reis de Portugal cediam a novos povoadores. Assim, vejamos o que nos diz o autor:



Sendo a sociedade colonial controlada pela aristocracia econômica, formada por senhores de engenho e fazendeiros, somente podia receber concessão de sesmaria quem tivesse 'posses bastante'⁶. As concessões de sesmaria* chegavam a medir, no Ceará, quarenta léguas de terra**. Os senhores sesmeiros, candidatos a latifundiários, 'eram afeitos ao poder', ávidos de domínios territoriais, vindos de urna sociedade aristocraticamente assentada sobre a base*** dos 'morgadios', dos 'solares', das 'honras', das 'cavalheirias', 'das terras lavradas pelo braço de servos'.⁷ (CORDEIRO, 1989, p. 31).

Retornando à reação da Nação Paiaku em 1681, quando as sesmarias haviam sido concedidas, Cordeiro (1989 p.43) declara serem os Paiaku a primeira Nação Indígena a ser fortemente atingida com a implantação no Vale do Jaguaribe das "fazendas de criar ou fazendas de gado", buscando manter, à época, uma relação ao mesmo tempo, de complementação e de conflito com a comunidade indígena: "O colonizador legitima a posse da terra pelo regime de sesmaria*, E os pólos de poder se invertem na medida da perda da terra pelo Índio: o Índio, que era invadido, agora é reduzido à condição de 'invasor'".

Segundo o autor, o governo teria decidido aniquilar os Paiakus pois teriam se negado a serem dominados pelos colonizadores, dessa forma o militar Jorge Correia da Silva recebeu ordem de exterminar por completo os indígenas e com isso estabelecer a "paz" na Capitania. Segue como se expressou o militar (p. 43): "E conforme destruímos esta nação de Paiacús no que se fará num grande serviço a Deus e a Sua Alt. mere. João". E as batalhas sangrentas seguiram cruelmente:





Nas lutas, os índios perdem grande quantidade de arcos. Enquanto lutam, seus filhos e suas mulheres são traiçoeiramente seqüestrados. Quando perdem, são tratados como prisioneiros de guerra, em seguida escravizados nas fazendas. [...] Em troca da liberdade das mulheres e dos filhos, são obrigados a lutar ao lado dos próprios fazendeiros contra seus irmãos Índios. Mas de volta das operações de combate, trazem presos não os seus irmãos Índios, mas os soldados do exército português. Assim podiam resgatar os Índios em poder do colonizador. Até 1688, os Índios permaneceram senhores absolutos da situação. (CORDEIRO, 1989, p. 43).

Essa batalha sangrenta foi fortificada por outras forças armadas para aniquilar em definitivo os Paikus, que tentavam bravamente recuperar, das mãos do colonizador, a Capitania com todo o território que estavam lhes saqueando, dessa forma foram fazendo alianças para se fortalecerem:



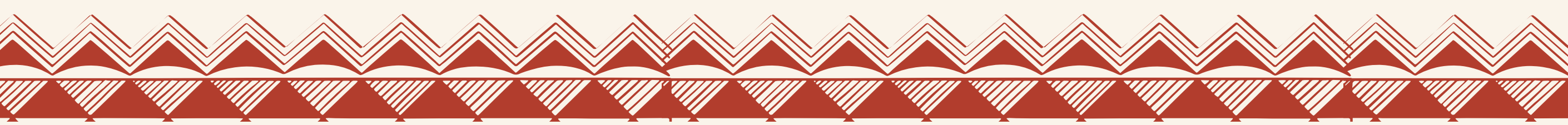
Os Paiakú, já aliados aos Ikó, Janduim, Karatiú, constroem as bases sociais da resistência organizada. E no mesmo ano de 1688, a 14 de março, o Governador Geral convoca a Junta de Letrados composta de teólogos, ministros e oficiais maiores, bem como todas as autoridades da Colônia para deliberar sobre a guerra contra os índios. Por consenso, manda presidir com forte contingente as Fortalezas do Ceará e Natal; autoriza a Fazenda Real a custear as despesas com armas, munição e fardamentos e determina que as Câmaras de Olinda, Itamaracá e Paraíba concorram com a manutenção das tropas em serviço. (CORDEIRO, 1989, p. 47).

Nada planejado, por mais que parecesse o plano perfeito, colocava fim na superioridade indígena, dessa maneira, segundo Cordeiro (1989), em 10 de maio de 1688, o Governo Geral se comunica com os oficiais da Câmara de São Paulo expondo a grave situação em que se encontram os colonos do Ceará e Rio Grande do Norte, incitando os paulistas a tomarem parte na guerra. Somente os paulistas seriam capazes de combater os índios, assim era comum chamadas desesperadas com pedido de socorro:



Foi então que Domingos Jorge Velho, chamado para terminar o massacre aos negros em Palmares, marcha ao Norte contra os índios do Rio Grande. De São Paulo vem para o Ceará o terço* do mestre-de-campo Matias Cardoso, constituído governador absoluto da guerra contra os índios. E em seguida, com reforço, Manuel Alves de Moraes Navarro. Acampados na barra do Jaguaribe, provavelmente em Aracati, os paulistas, experientes que eram em extermínio de Índios e Negros, dão início a seu plano. Os índios adotam a guerrilha na nova situação. Os paulistas se desorientam e vão sendo derrotados. Mudam de tática. (CORDEIRO, 1989, p. 47).





Cordeiro (1989 p. 55), destaca que cada vez mais os que estavam à frente dessa guerra ficavam inflados contra os indígenas, mas era uma questão de vida ou morte para os Paiakus e seus aliados, reunirem-se em defesa de suas terras, assim, em 1694: “os Paiakus, aliados dos Ikó e Janduín, promovem um grande levante, mais organizado que os anteriores. Os índios quase aniquilam, desta vez, a totalidade dos colonos instalados nas margens do Jaguaribe* e Banabuiú**.”

Segundo o autor, os indígenas continuaram na luta tendo sido mortos ou substituídos os comandantes portugueses, dessa forma novos reforços foram solicitados e novas forças foram agregadas, acordos assinados e também desfeitos. Cordeiro (1989, p. 59) ressalta, sobre esse ponto, que: “a proeza militar dos Janduín e a sua destreza política objetivaram para eles algo único na história brasileira - o reconhecimento dum reinado autônomo e um tratado de paz com Portugal.” Os Janduíns, portanto, povo aliado dos Paiku, era um povo forte e imbatível, e como conta a história: autônomo, assim esse tratado de paz foi considerado “um tratado entre duas majestades: a do Sr. D. Pedro II, Rei de Portugal e a de Canindé, Rei dos Janduíns” (TAUNAY, 1975, in CORDEIRO, 1989, p. 59).

Infelizmente o massacre dos Paiakus foi iminente e extremamente covarde. O mestre-de-campo Manuel Alves de Moraes Navarro, na época considerado na hierarquia como um oficial do governo, foi o autor da cilada que aniquilou quinhentos dos setecentos Paiakus que se encontravam reunidos em festa no rancho do Chefe Indígena Jenipapoaçu. Navarro tentou uma aproximação “cordial” com os indígenas da Nação Paiaku. Conforme a pesquisa de Cordeiro (1989), Navarro se referia aos indígenas como “bárbaros” e acreditava que seriam incapazes, de naquele momento, causar algum dano a seu grupo, pois estariam com poder limitado. Percebe-se que o chefe paulista também via os indígenas com frieza, acreditando que seriam ingênuos, o suficiente para serem enganados fingindo assim “amizade”. Após o massacre surgiram muitos protestos em defesa dos indígenas por parte de representantes da Igreja Católica, ameaçando inclusive a “excomunhão” de Navarro. Mas a história segue até a completa tentativa de extermínio do povo indígena, porém ainda hoje temos muitos descendentes resistindo e buscando reconhecimento. Para essa parte da história irei finalizar com Cordeiro (1989):



‘Matar ou escravizar os índios’ era o lema dos fazendeiros. Mas vimos que os Índios não assistiam a tudo isso passivamente. Chamou a atenção da Europa a forma como se organizavam para resistir, de 1683 a 1713, e o acúmulo de vitórias sobre o adversário. O invejável senso de organização social os levou a criar, em 1712, a Confederação Indígena para, com dignidade de Chefes de Nações, negociar a paz com o colonizador. Este, por sua vez, nunca cumpriu os acordos assinados, até que, em 1713, os indígenas resolveram empreender um grande levante. (CORDEIRO, 1989, p. 67).



Declara ainda, o autor, que a chamada Confederação dos Cariris durou 30 anos, era composta por índios tapuias premidos pela expansão portuguesa, entre os quais existiam muitos negros e quilombolas. Eram tribos localizadas sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Diante dos fatos históricos trazidos por Cordeiro (1989), se percebe que o povo Paiaku foi composto de grandes guerreiros e não é de se admirar que o autor tenha pessoalmente estado em Paripueira com D. Graça para colher informações sobre esse povo, também para enfatizar que a história apresenta os Paiakus como um povo destemido, imbatível, autônomo e que não tinha medo das batalhas, e por conta disso é que foram tão fortemente dizimados, para inclusive nunca serem ao menos lembrados, mas seus descendentes estão aí para seguir narrando essa história de resistência.

Retornando para o território dos Paiakus em Paripueira, nos dias de hoje, a visita propiciou conhecer não apenas D. Graça, mas também um pouco do território dos Paiakus, assim a descendente de Paiaku fez questão de nos levar para conhecer a escola comunitária que ajudou a fundar no distrito de Paripueira. A Escola de Vida, assim denominada, partiu de um projeto escrito por alemães e acatado por D. Graça e a Associação Comunitária do Sítio do Correia. A representante dos Paikus declarou que até o ano de 1998 não entrava carro nas terras do Sítio do Correia e na época o prefeito de Beberibe era Edinaldo Bessa, e que atualmente, disse orgulhosa: “agora por aqui passa até ônibus!”.

D. Graça ainda declarou que as lutas para o reconhecimento do território dos Paiakus foram iniciadas no ano de 1991, porém que ao longo do tempo acabaram perdendo força e sendo deixadas de lado pela comunidade. Bom destacar ainda que atualmente muitos descendentes do povo Paiku de Paripueira se converteram à religião evangélica, tendo inclusive igreja na localidade, e que infelizmente não se percebem como indígenas, negando ou não reconhecendo sua ancestralidade.



Figura 32 – Registro do passeio pela comunidade. – Fonte: Acervo pessoal



A visita aos representantes do povo Paiaku, ocorreu no dia 14 de agosto de 2023 onde estiveram presentes os estudantes de mestrado: Lídia (IFCE), Terena (IFCE), William (UECE) e a estudante de Doutorado: Luana (UFC). Os Paiaku iniciaram seu processo de reconhecimento indígena, mas ficaram a margem do movimento indígena "oficial", dessa forma acabam por fortalecer alguns estudos acadêmicos que afirmam que os povos que se organizam juntos conseguem avançar nos seus processos de luta e conquistas, seja no reconhecimento étnico, no reconhecimento do território ou mesmo na conquista de políticas específicas, o que não é o caso dos Paiaku, pois se perderam nesse percurso.



Figura 33 – Registro do encontro com os Paiakus. – Fonte: Acervo pessoal

D. Graça declarou com tristeza que muitos de seus parentes inclusive tem vendido suas propriedades e terrenos para pessoas que não pertencem a seu povo, dessa forma hoje o território é misto, cada vez mais complicado de ser reconhecido e desintrusado. Reconhece também que muitos deles partiram e moram hoje em vários outros locais, como a capital cearense, mas isso faz parte da realidade de todos os povos indígenas. De qualquer forma, essa visita informal deixou marcas, permitindo que os descendentes do povo Paiaku reflitam e tentem se organizar novamente para tentar reaver a luta pelo reconhecimento de seu povo e território.

E assim concluo a descrição das aventuras vividas durante as visitas feitas a esses povos indígenas do Estado do Ceará, onde pude perceber que em mim existe muito deles, e isso já me deixa imensamente feliz e realizada.

O próximo capítulo aborda o percurso junto às crianças, pincelando com os estudos acadêmicos que embasam essa pesquisa.



4. DO PERCURSO PEDAGÓGICO E ACADÊMICO

Após as visitas realizadas aos quatro territórios de povos indígenas localizados no Ceará, era preciso aplicar algumas intervenções junto às crianças no chão da escola, e como levar o material colhido durante a pesquisa para a sala de aula e comunidade escolar? Essa é uma resposta complexa onde mais importante é ser vivida e sentida, pois a experiência do percurso vale muito a pena por ser de fato uma aventura. A seguir são narrados alguns experimentos que possibilitou gerar intervenções junto às crianças, sensibilizando colegas da Educação, aflorando, assim, um pensamento mais humanizado sobre nossas origens.

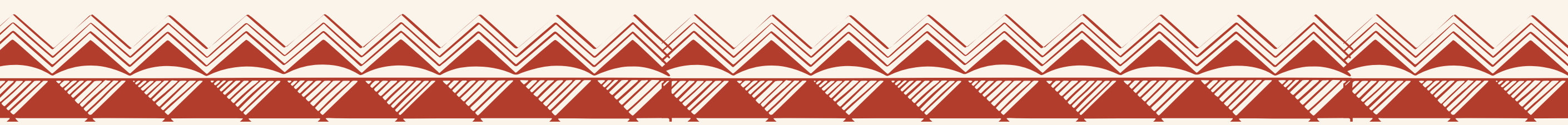
É importante destacar mais uma vez a dificuldade em ter recolhido de fato narrativas a serem trabalhadas com as crianças, como era a proposta inicial dessa investigação, e diante dessa impossibilidade e da constatação que seria necessário correr atrás de obras literárias que abordassem narrativas de povos indígenas do Ceará, já publicadas, para apresentar aos pequenos, o percurso se deu a partir desse material, e dessas obras foi possível recolher outras narrativas como lendas cearenses, então a reflexão, feita com as crianças, analisando as obras e interpretando os fatos históricos narrados pelos autores, tornou essa ação possível, dessa forma, passemos às ações ocorridas nesse caminhar pedagógico junto às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, para finalizarmos com as poucas narrativas de indígenas cearenses recolhidas na pesquisa.



4.1 MOSTRA RECORTE POÉTICO DAS INFÂNCIAS: UMA PARCERIA ENTRE ALUNOS DO MESTRADO EM ARTES (PPGARTES – IFCE FORTALEZA) E O PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DA SME.

No mês de abril de 2023 alguns componentes das turmas 6 e 7 do Mestrado Profissional em Artes do PPGArtes do IFCE, Campus Fortaleza, resolveram se reunir e tentar organizar um evento que pudesse ser apresentado à disciplina Tópicos em Artes, portanto a proposta da organização e produção do evento em Artes surgiu da necessidade dos alunos em cumprir a solicitação da disciplina que deve apresentar a participação dos mestrandos em eventos, produções artísticas, curadorias, publicações de artigos científicos, participação em seminários, dentre outros eventos da área de Artes. A produção deveria atender o ensino de Artes nas suas diversas linguagens, cuja ideia era apresentar uma pequena Mostra dos objetos de pesquisa de cada mestrando, expondo seu trabalho junto às crianças, no chão da escola, provando a viabilidade de sua pesquisa.





O grupo que esteve à frente da proposta de organização da Mostra Cultural foi composto por professores do Município de Fortaleza, pertencentes ao Programa Observatório da Educação da Secretaria Municipal da Educação (SME), nas seleções ocorridas nos anos de 2022 e 2023, e ainda de alunos que entraram no curso de mestrado mediante ampla concorrência. O objetivo geral da proposta do evento foi de conseguir unir as diversas linguagens da Arte, como proposta do curso de Mestrado Profissional e criar oportunidade dos professores-artistas-pesquisadores se aprofundarem nas experiências com as crianças, de forma interativa e lúdica, respeitando o sensível e as sensações das infâncias em suas complexidades, proporcionando momentos de fruição entre todos os envolvidos no projeto e as pessoas presentes na ocasião do evento.

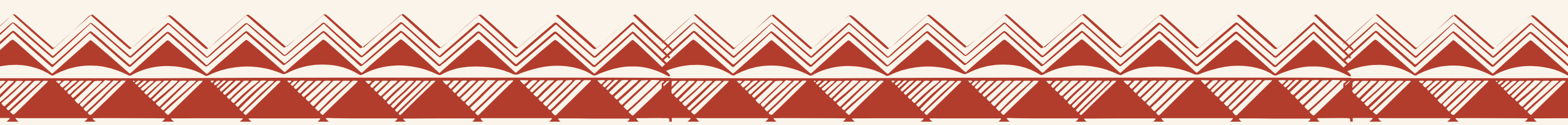
Como principal objetivo buscou-se apresentar à Academia e à Secretaria Municipal da Educação - SME, o objeto de pesquisa (estado da Arte) dos mestrandos em Arte, em forma de exposições, oficinas, performances e apresentações artísticas, bem como o material acadêmico apresentado ao PPGARTE do IFCE, em forma de projeto. A ideia seria apresentar ações pedagógicas realizadas na escola junto às crianças, em um espaço da própria Secretaria da Educação do Município de Fortaleza, a Academia Professor Darcy Ribeiro, oportunizando que o público alvo a se fazer presente na Mostra Cultural, fosse naturalmente composto por profissionais da Educação, como professores e técnicos, formadores, gestores escolares e, se possível, ser estendido a alunos e famílias.

A natureza das diversas linguagens expostas no Evento se fundamentaram no amadurecimento do fazer artístico e científico dos alunos do Mestrado Profissional em Arte – PPGARTE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – Campus Fortaleza. Neste sentido, as experiências se referiam simultaneamente às múltiplas possibilidades de expressão da arte em sua densidade poética e formativa do indivíduo, sendo atravessada pela cultura e sociedade.

O nome do evento foi aprovado em reunião: MOSTRA RECORTE POÉTICO DAS INFÂNCIAS . O Evento possibilitou uma práxis de mudança daquele que aprende para aquele que traduz o mundo em arte, expandindo a compreensão e a consciência da realidade, por meio dos sentidos, numa sucessão de provocações que o fazer artístico pode instigar e deflagrar, favorecendo no processo de ensino e aprendizagem em Artes que pode influenciar nas demais disciplinas inseridas na grade curricular de qualquer nível de ensino, porém a Mostra Recorte Poético das Infâncias foi destinada em especial ao processo criativo realizados junto às crianças pequenas e bem pequena da Educação Infantil a no máximo o 6º ano do EF II.

50. Para maiores informações sobre a Mostra, visite a página no instagram: @recortespoeticos_. Vídeo com momentos do evento disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CuKFoU4gpYi/?igsh=bjQ0MTI3cTZkbWwx>





A lista das exposições registradas e expostas durante a abertura do evento ocorrido de 22 de junho à 07 de julho de 2023, em espaços da Academia do Professor, foram: "Ei, você me conhece?", curadoria de Stênio J. Pinho; "Fragmentos identitários", curadoria de Nice Alcântara; "O desenho infantil sobre as narrativas dos povos originários do Ceará", curadoria de Lídia Colaço Albuquerque; "Remodel(ando)", curadoria de Regina Oliveira; "Lar", curadoria de Eryk Matheus; "Tramas infantis no cotidiano escolar: Por entre sonhos e realidades", curadoria de Ana Paula Nóbrega; "Linhas, cores e descobertas sobre o futuro", curadoria de Neide Ávila e Antônia de Abreu; "Instalação Junina: Preparar para a grande roda: Cultura, identidade e movimento", com curadoria de Hérica Fernandes, e "Encantos e Sensações", curadoria de Josilaide Ferreira de Oliveira Maciel.

Segue a lista das apresentações da Mostra: Apresentação musical na recepção do evento: Que bom que você veio!, com Caroline Botelho e Dudu de Logun Edé; apresentação musical no palco durante a abertura do evento: Memórias da Infância, com Maria Carvalho e Rafainy Carneiro; Narrativas de povos originários do Ceará: Contação da história A Lagoa Encantada do povo Jenipapo-Kanindé com Lídia Colaço de Albuquerque e Matheus Batista (aluno 1º ano, 7 anos); Contação de história: Encanto em cada canto, com Caroline Botelho, Dudu de Logun Edé e Patrícia Veloso.

Foram realizadas as seguintes performances que geraram instalações: "Conversas sobre o Futuro", com Vitória Vaz; "Descolonizando o eu", com Terena Cartaxo e a Performance-dança "Vista-se de movimento", com Valéria Ramalho. A seguir será destacado, com maiores detalhes, a Exposição "O desenho Infantil sobre as Narrativas de Povos Originários do Ceará", objeto dessa pesquisa.



4.2 EXPOSIÇÃO: O DESENHO INFANTIL SOBRE AS NARRATIVAS DE POVOS ORIGINÁRIOS DO CEARÁ

Para apresentar a participação dos alunos da EM Noelzinda Sátiro Santiago na Mostra Recorte Poético das Infâncias através da montagem de uma exposição dos trabalhos produzidos com as crianças, faz-se necessário apresentar as intervenções pedagógicas realizadas no contexto escolar, assim, por conta das dificuldades aqui relatadas de encontrar livros com narrativas de povos indígenas cearenses, será apresentado o percurso até se chegar ao produto final apresentado na Mostra.

Considerando a ausência de alguns exemplares de livros físicos para realizar a contação das narrativas indígenas para as crianças, se fez necessário fotografar o material e organizar em Power Point, apresentando no Data show para as crianças terem acesso à obra e realizarem suas releituras, respeitando seu processo criativo.





Figura 34 – Narrativas sendo apresentadas e o processo criativo das crianças – Fonte: Acervo pessoal

A abertura para iniciar os trabalhos junto às demais crianças da EM Noelzinda Sátiro Santiago se deu durante a abertura do Projeto Acolhida Literária no Dia D da Leitura do ano de 2023, assim a narrativa A Lagoa Encantada do povo Jenipapo-Kanindé, foi apresentada na quadra da escola em ambos os turnos, apenas com diferenças de espaço físico: de manhã a contação aconteceu na quadra e a tarde no pátio coberto da escola.



Figura 35 – Abertura do Projeto Acolhida Literária nos turnos manhã e tarde.- Fonte: Acervo pessoal

Também foi necessário o uso do Power point em tela e data show para facilitar o processo narrativo, apesar de também terem sido utilizados instrumentos musicais durante a contação, como o pau da chuva e o maracá, pois a música de Cacique Pequena que fala da aldeia Lagoa da Encantada, encerra a apresentação. A seguir seguem registros das intervenções realizadas pela professora/pesquisadora com relação à exposição montada com os trabalhos das crianças e demais ações durante a abertura do evento.



A Mostra Recorte Poético Das Infâncias apresentou a exposição O Desenho Infantil Sobre As Narrativas de Povos Originários do Ceará, levando para o evento os desenhos da turma do 1º Ano B, turno manhã, da Escola Municipal Noelzinda Sátiro Santiago, pertencente ao Distrito da Educação V, pós-apresentação e leitura reflexiva das narrativas de povos originários do Ceará em sala de aula e em outros espaços da escola, possibilitando a valorização da cultura, costumes e história do povo indígena cearense. As narrativas foram descritas através dos desenhos na visão das crianças, respeitando o processo criativo de cada uma. As obras trabalhadas em sala foram resumidas conforme os desenhos das crianças, respeitando a sequência das narrativas, os autores da obra original e a etnia do povo indígena descrito na literatura.

A montagem e curadoria da exposição foram de autoria da pesquisadora, porém foi utilizado seu nome artístico: Lídia Colaço Albuquerque. No material de apresentação da exposição foi apresentado o resumo sobre a Mostra Recorte Poético das Infâncias, suas parcerias e demais dados sobre o evento, bem como sobre o processo e percurso pedagógico utilizado pela professora-pesquisadora até a conclusão dos trabalhos ali apresentados.



Figura 36 – Encarte e imagem da abertura da Mostra Fonte: Arte de Vitória Vaz e Foto de Terena Cartaxo.

A arte com imagens com chamadas do público a se fazer presente no dia do evento, foi produzida por Vitória Vaz, uma das participantes com trabalhos e organização do evento, tendo essas informações sido diariamente apresentadas nas mídias digitais. A abertura da Mostra Recorte Poético das Infâncias aconteceu com breve apresentação de todos os pesquisadores artistas que participavam com trabalhos expostos ou apresentados no evento e ainda com a contação da história A Lagoa Encantada com a participação especial do aluno do 1º ano da EM Noelzinda Sátiro Santiago, Matheus Batista, que tem síndrome de Down, exercendo também a inclusão das crianças com deficiência nas atividades da escola, provando que tudo é possível, basta tentar de fato incluir.





Figura 37 – Com aluno Matheus e sua mãe no espaço da exposição. Fonte: Acervo pessoal

É importante destacar também a felicidade de Matheus em estar presente naquele espaço repleto de imagens e estímulos. Sua mãe estava imensamente feliz e realizada ao ver seu pequeno se divertindo e interagindo com todos a sua volta.



Figura 38 – Matheus curtindo e interagindo com o público da Mostra – Fonte: Acervo pessoal

Matheus foi a atração daquele evento, todos queriam falar com aquela criança tão cheia de vida e carinhosa. Nada fugiu de seu olhar curioso e investigador, e a interação natural entre Matheus e o público presente, foi um presente a todos que organizaram a Mostra Recorte Poético das Infâncias.





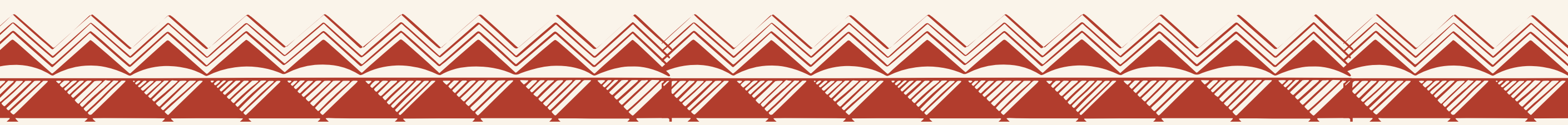
Figura 39 – Visitações às exposições do evento – Fonte: Acervo pessoal

As exposições se espalharam pelos ambientes da Academia Professor Darcy Ribeiro, tendo uma das salas unido trabalhos de alunos da turma 6 do Mestrado Profissional em Artes do IFCE Fortaleza. Na imagem acima podemos verificar o Professor Maximiano Arruda, Vice Coordenador da Pós-Graduação em Artes e a Professora Maria do Socorro de Assis Braun, Chefe do Departamento de Pós-Graduação do IFCE, ambos do campus Fortaleza, apreciando as exposições, tendo ao centro a colega de turma, Neide Ávila.



Figura 40 – A exposição no espaço da escola – Fonte: Acervo pessoal





É importante destacar o pouco incentivo e estímulo com relação às ações realizadas na escola que envolve a disciplina de Artes fora das “datas comemorativas”. Senti falta desse apoio e a exposição levada para a escola não foi valorizada como deveria, não tendo a equipe gestora demonstrado esforços para ocorrer um momento de organização para visita das demais turmas da escola, incentivando a apreciação dos trabalhos das crianças por parte de seus pares. O que nos parece é que esse incentivo apenas se faz presente quando é uma proposta vinda da Secretaria Municipal da Educação e os professores são praticamente forçados a realizarem, em tempo recorde, essas propostas vindas de cima que devem ser apresentadas aos superiores como intervenções pedagógicas comuns nas unidades escolares. Infelizmente quando se garante o estímulo às artes através de trabalhos que desenvolvem o processo criativo das crianças, sem exigências, trabalhando culturas diferenciadas, sejam afros ou indígenas, não se lembram que devemos atender as demandas cobradas em lei.

Sobre essa questão se faz necessário trazer uma citação de Ângela Linhares (1995), vinda de sua Dissertação de Mestrado em Educação, defendida na Universidade Federal do Ceará – FAGED: O tortuoso e doce caminho da sensibilidade:



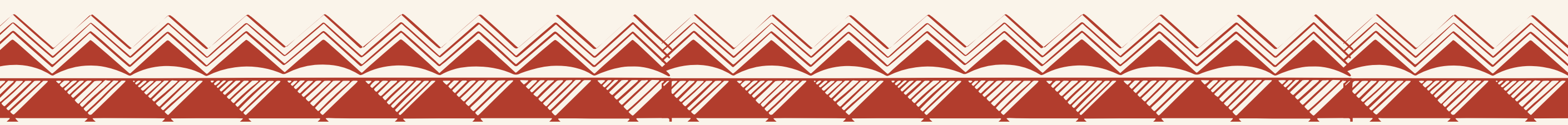
Certamente que a percepção da escola como incentivadora das manifestações artísticas que se presentificam nas “datas” e comemorações do calendário oficial escolar, ainda parece se situar num nível mais rudimentar. Não vai aí nenhum juízo de valor. É que, talvez, começar por um caminho de alfabetização estética seja algo que envolveria uma análise mais global e um estudo perceptivo das imagens, dos símbolos e gestos da nossa cultura. (LINHARES, 1995, p. 81).

Assim é preciso perceber a importância de situar professores e alunos nesse processo de passar a caminhar juntos em busca dessa alfabetização estética para que as crianças, em especial, consigam perceber e valorizar as imagens e símbolos da nossa cultura, como bem nos adverte Ângela Linhares. Ainda sobre a importância que deve ser dada às Artes no contexto escolar, trago Duarte Júnior (1991) em seu livro Por que Arte-Educação?:



A arte é, por conseguinte, uma maneira de despertar o indivíduo para que este dê maior atenção ao seu próprio processo de sentir. O intelectualismo de nossa civilização – reforçado no ambiente escolar – torna relevante apenas aquilo que é concebido racionalmente, logicamente. Deve-se aprender aqueles conceitos já ‘prontos’, ‘objetivos’, que a escola veicula a todos, indistintamente, sem levar em conta as características existenciais de cada um.





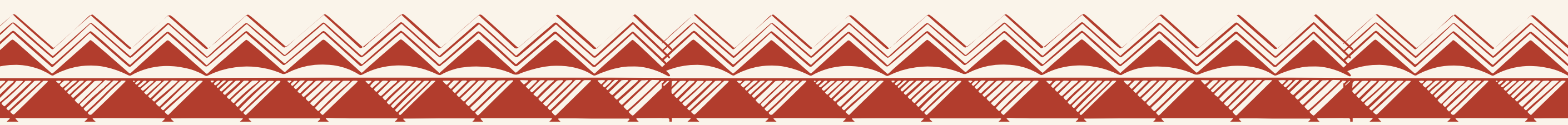
Nesse processo, os educandos não têm oportunidade de elaborar sua 'visão de mundo', com base em suas próprias percepções e sentimentos. Através da arte pode-se, então, despertar a atenção de cada um para sua maneira particular de sentir, sobre a qual se elaboram todos os outros processos racionais. (DUARTE JÚNIOR, 1991, p. 66).

Duarte Júnior nos faz perceber a importância da escola passar a despertar e dar maior atenção sobre a individualidade da criança, valorizando seu protagonismo, respeitando, portanto, seu processo criativo. Essa educação do sensível deve ser sempre lembrada e reforçada com reflexões coletivas para que nenhum educador esqueça e tente se manter atento a um fazer pedagógico sensível, evitando se tornar um educador mecanizado, que apenas segue protocolos e livros didáticos que fogem de nossa realidade. Compreendemos a grande importância das crianças aprenderem a ler e a escrever, mas que não seja apenas para atender as cobranças do sistema e suas estatísticas, o mais importante é a criança compreender o mundo para interagir com ele, absorvendo positivamente o conhecimento adquirido, que não seja mera memorização e sim que a criança tenha consciência do seu próprio aprendizado. O sensível é fundamental e ensinar exige respeito à autonomia do educando, como nos diz Paulo Freire (2019) em seu livro *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*:



Outro saber necessário à prática educativa, e que se funda na mesma raiz que acabo de discutir – a da inclusão do ser que se sabe inconcluso –, é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. Do educando criança, jovem ou adulto. Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir a afirmação várias vezes feita neste texto – o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão. (FREIRE, 2019, p.58).





Paulo Freire é firme em suas palavras, mas é extremamente necessário, por isso não posso deixar de citá-lo para fechar essa parte de minha pesquisa, considerando essa lacuna diagnosticada entre os meus. É bastante contraditório o tentar forçar a equipe pedagógica a realizar atividades pedagógicas em tempo recorde para atender as demandas solicitadas pela Secretaria da Educação para elevar dados estatísticos que ponham em evidência o nome do Município, e quando surgem trabalhos diferenciados realizados dentro das unidades escolares, voltados para esse mesmo objetivo, se perceber um certo descaso por terem os gestores inúmeras demandas a serem atendidas na área administrativa que os fazem utilizar como justificativas para deixar o professor sozinho, sem apoio suficiente para a implementação de suas intervenções, sem ser dado a importância que cabe a trabalhos que levam as crianças a refletirem, produzirem e fluírem sua arte, sua criação, tendo seu processo criativo respeitado e valorizado de fato. Senti falta da gestão andando junto comigo, inclusive durante as apresentações que ocorreram na Academia do Professor, não ocorreu nenhuma mobilização para ter presente algum representante da escola. A diretora colaborou ao atender minha solicitação, levando a mãe e o aluno Matheus para o espaço, já que eu não teria condições, pois estava presa montando a exposição, mas infelizmente teve que se despedir imediatamente e partir para atender a outra demanda da Secretaria Municipal da Educação.

Também não estiveram presentes na Mostra Recorte Poético das Infâncias para apreciar e prestigiar a apresentação e trabalhos das crianças na Exposição O Desenho Infantil Sobre as Narrativas De Povos Originários do Ceará, nenhum professor da escola, nem outros pais ou alunos cujas obras se encontravam expostas. Tentou-se, junto à própria secretaria, que essa mobilização ocorresse, mas infelizmente não foi possível acontecer de fato. Até mesmo quando a exposição foi para a escola esse apoio não existiu. Uma pena essas ações independentes, vindo da pesquisa acadêmica, inclusive por nascer de uma proposta da própria Secretaria, pelo Programa Observatório da Educação, não sejam de fato apoiadas nas escolas. Claro que não posso falar por todas as unidades escolares, nem quero aqui fazer nenhuma denúncia que possa prejudicar alguém, mas considero importante esse desabafo para que a própria Secretaria reveja suas ações e prioridades na tentativa de influenciar os gestores escolares a estarem juntos com os professores pesquisadores e as crianças, valorizando esses trabalhos, dando apoio incondicional, ou o mais próximo disso.





4.3 DAS NARRATIVAS TRABALHADAS COM AS CRIANÇAS PARA A MONTAGEM DA EXPOSIÇÃO

As narrativas trabalhadas com as crianças do 1º Ano B, manhã, da E.M. Noelzinda Sátiro Santiago, cujos trabalhos foram expostos da Mostra Recorte Poético das Infâncias com a Exposição O Desenho Infantil Sobre as Narrativas de Povos Originários do Ceará, foram retiradas de paradidáticos de literatura infantil e seguem listadas a seguir, destacando que para cada obra foram realizadas uma leve adaptação da obra original, feita pela professora junto com as crianças. Lembrando ainda que as ilustrações foram produzidas pelas crianças e a curadoria da artista docente ou professora/pesquisadora.



4.3.1 A LAGOA ENCANTADA

Narrar para as crianças a história de como nasceu a Lagoa da Encantada, especialmente após ter conhecido de perto a lagoa e ter me banhado nas águas abençoadas do povo Jenipapo-Kanindé, de ter brincado com as crianças na lagoa, de ter assistido os pulos das crianças dos galhos das árvores que ficam à margem da lagoa até seu interior, é ter vivido o encantamento que não somente essa narrativa nos traz, mas sentir no peito a felicidade de ter feito parte dessa aventura no meio da mata do território indígena do meu povo. Deu vontade de levar cada criança para viver essa experiência novamente comigo, imagino a alegria que seria.

É importante também destacar que ficou inviável levar as crianças para alguma aldeia indígena por conta da locomoção, já que ficam distantes da capital, ainda que fosse na capital seria necessário ter um transporte adequado para esse fim, porém nem mesmo para apreciar a exposição se conseguiu o deslocamento das crianças, imagina levá-las a viver experiência tão rica fora das paredes da escola. Tenho certeza que seria incrível, mas infelizmente somente eu pude viver esses momentos presenciais nas aldeias.

O livro A Lagoa Encantada nos presenteia algumas lendas antes desconhecidas, e daí fica possível a adaptação de outros contos para as crianças, que será apresentado mais a frente nessa pesquisa. O livro, escrito por Fabiana Guimarães e ilustrado por Carlus Campos, narra a história do povo Jenipapo-Kanindé que habita às margens da Lagoa Encantada, no Município de Aquiraz-CE. Foi editado pela SEDUC no ano de 2013 na Coleção PAIC Prosa e Poesia.

Sigamos apresentando a releitura feita pela professora/pesquisadora junto às ilustrações das crianças para o deleite de quem possa vir a ler esse trabalho:



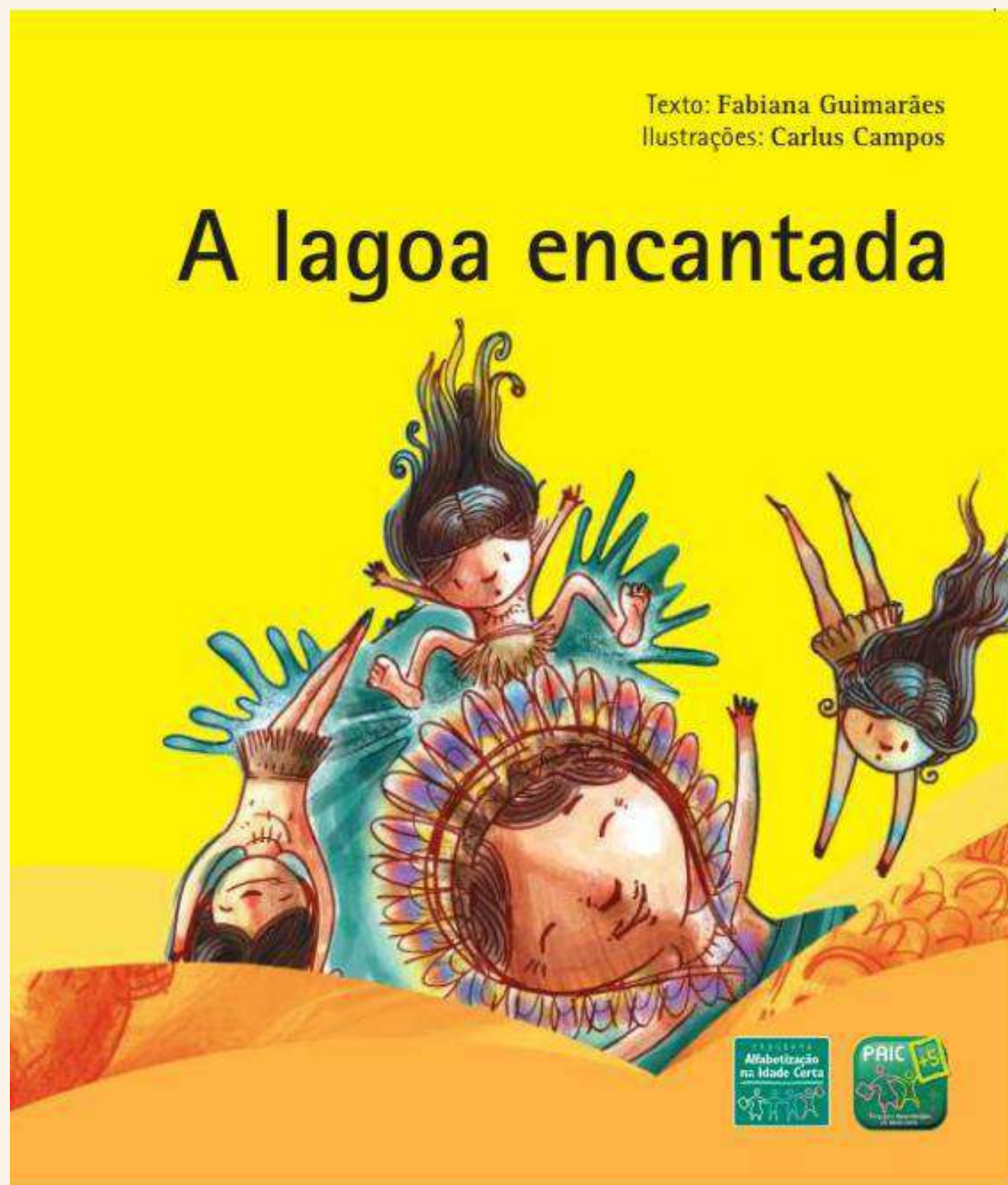


Figura 39 – Visitações às exposições do evento – Fonte: Acervo pessoal

No tempo em que Pajé Amanajé ainda vivia, o povo Jenipapo-Kanindé morava no sertão, onde tudo era farto, nada faltava para seu povo, até que chegou a grande seca que bebeu até o olho-d'água da Barroquinha.



Figura 42 – Cacique Jacamim – Fonte: Ilustração de João Miguel





Figura 43 – A Lagoa Encantada e os curumins – Ilustração Charles Vicente

Sem água e sem comida a aflição tomou conta da aldeia. O Cacique Jacamim convocou a todos para uma viagem, eles deveriam partir logo cedo da manhã seguinte.



Figura 44 – O sonho do Pajé- Fonte: Ilustração de Laura Isabelly





Figura 45 - A viagem - Fonte: ilustração de Ana Valentina

Na última noite, antes da partida, o Pajé Amanajé sonhou com uma enorme lagoa, rodeada de roçado e mata viçosa. Acordou com essa imagem na cabeça, com a certeza de que em breve encontrariam essa lagoa, então seguiram viagem cheios de esperança.



Figura 46 - A aldeia - Fonte: ilustração de Maria Eduarda





Figura 47 – O assentamento. Fonte: ilustração de Maria Alice

Dias e dias de muita andança, as forças de todos já faltavam no corpo, até que avistaram o mar, lá para as bandas das terras do Iguape. Tão eufóricos ficaram ao avistar o mar que caíram todos em suas águas, só depois perceberam que a água era salgada, ainda assim resolveram ficar. Construíram ocas com palhas de coqueiro e carnaúba, formaram uma linda taba, armaram redes e firmaram morada.

A água potável era pouca, mas supriu as necessidades dos Jenipapo-Kanindé por algum tempo, porém não tardou e a seca os alcançou novamente. A aflição voltou a tomar conta dos indígenas porém Cacique Amanajé ainda tentava manter viva em seu povo a esperança de encontrar a lagoa que teria visto em seu sonho, mas somente os curumins davam atenção ao Pajé, sonhavam com ele em torno da fogueira e dançavam a dança da chuva. Mas infelizmente a realidade era que por conta da seca, a mata murchava, os animais definhavam até a morte. Os indígenas, desesperados, corriam rumo ao mar em busca de peixe, caranguejos, siris e lá matavam a fome e se refrescavam nas águas salgadas do mar.





Figura 48 – Amanaci, a mãe da chuva – Fonte: ilustrações de Heloísa



Figura 49 – A chuva de Amanaci – Fonte: ilustração de Marcelo



Certa manhã, de forte sol e céu bem azulado, Japira, amiga das abelhas, foi para a mata buscar mel para os curumins da aldeia. As abelhas amavam Japira, por isso sempre fazia esse serviço sozinha, elas não a picavam, pousavam no seu rosto e braços e aproveitavam para cantar canções em seu ouvido, contar segredos e dar à menina muito mel até ficar toda adocicada.

Quando Japira passou por um descampado feito pela seca, bem no meio da mata, avistou uma bela mulher. Ela era transparente como a água e fazia a dança da chuva. Japira imediatamente correu para chamar o Pajé e os curumins e quando todos lá chegaram, encontram Amanaci, a mãe da chuva, banhando-se em um temporal, fazendo a dança da chuva. A chuva caía somente dentro de uma clareira e ali se formou uma imensa lagoa de águas cristalinas, repletas de variados peixes: piauí, curimatã, traíras, carás, que eram vistos de longe, tamanha era a transparência das águas. De imediato, ao redor da lagoa, a mata esverdeou, rãs e sapos voltaram a coaxar e o roçado, que antes estava virado palha, renasceu com seus brotos, quase prontos para a colheita.



Figura 50 – Ao encontro da lagoa – Fonte: ilustração de Lara Emilly





Figura 51 – Arco-íris na lagoa – Fonte: ilustração de Lya Isadora

Japira correu e chamou todos: o Pajé, os curumins e os outros indígenas para ver de perto tudo aquilo, quando chegaram pertinho as crianças não resistiram, pularam de imediato nas águas da lagoa da encantada, a lagoa da Mãe da Chuva, a Encantada.



Figura 52 – O banho na lagoa – Fonte: ilustração de Gael.

E assim surgiu a lagoa que até hoje é chamada pelos indígenas de “Lagoa da Encantada”. E apesar das inúmeras outras secas que ocorreram depois, ela jamais secou, sobrevivendo e resistindo, com suas águas abundantes e férteis para atender as necessidades do povo Jenipapo-Kanindé.





Trabalhar a narrativa de Henrique Dídimo abordando a cultura do povo da etnia Tremembé foi uma grande diversão, especialmente por ter em seu contexto uma lenda que acaba nos remetendo a comparações com lendas da Região Amazônica. Muito bom saber que nossos ancestrais também trazem lendas de encantados que protegem nossas matas, em especial, protegem nossos mangues, tão comum à nossa realidade social. Essa narrativa traz uma linda mensagem de respeito ao meio ambiente e a tudo o que a natureza nos oferta de graça.

O livro foi escrito por Henrique Dídimo e foi ilustrado por Suzana Paz, publicado no ano de 2013 na coleção PAIC+ (Prosa e Poesia), onde o autor apresenta uma narrativa dos povos indígenas cearense, mais em especial da etnia Tremembé de Almofala. Assim como a obra anterior, segue uma leve adaptação feita pela professora/pesquisadora, com as ilustrações produzidas pelas crianças.

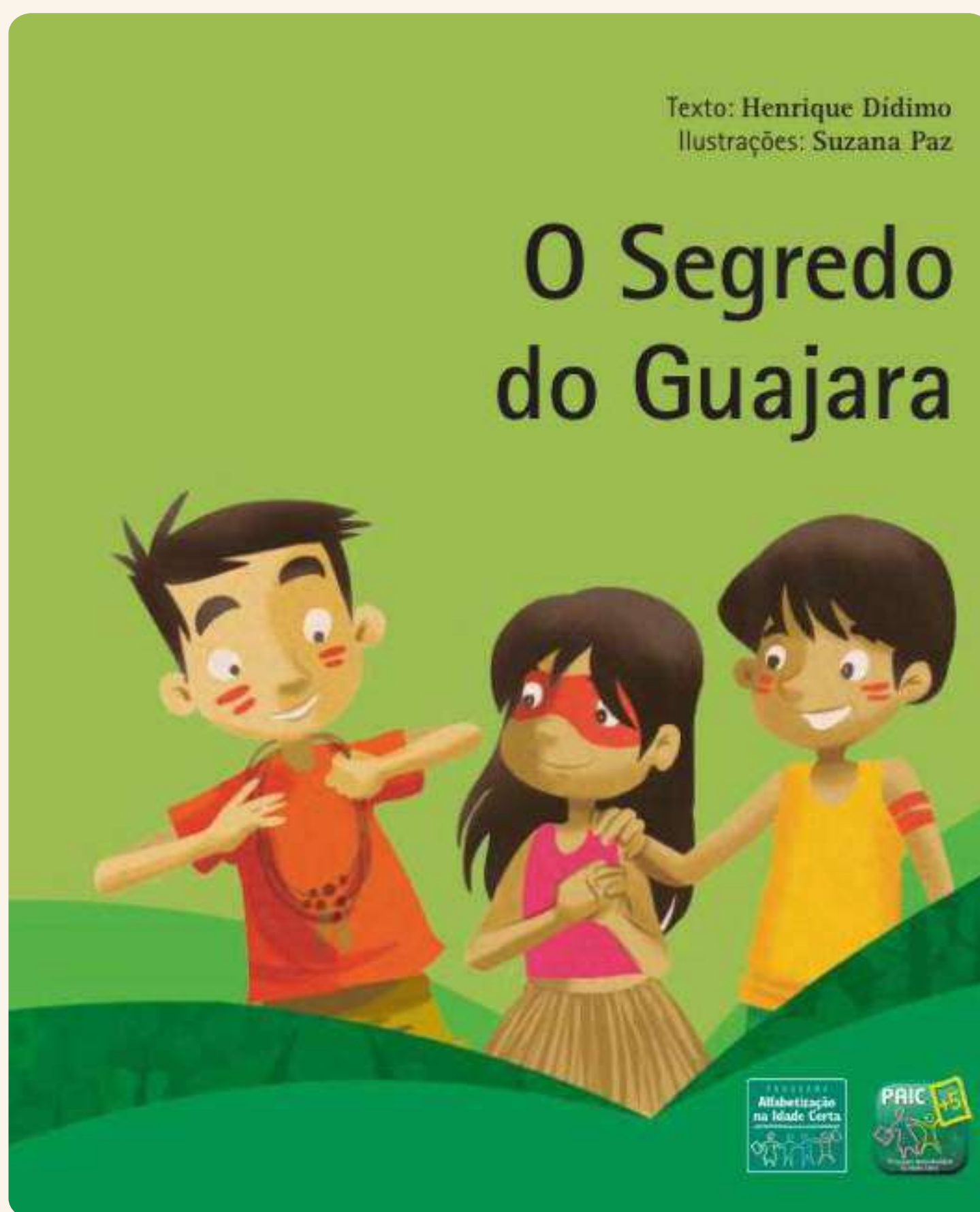


Figura 53 – Foto da capa do livro original – Fonte: acervo pessoal.



Cedinho da manhã, Sr. Osmar acordou seu filho Zito para viajar. O garoto foi com o pai questionando os motivos de irem tão cedo e também exigindo que voltassem antes do anoitecer, pois não queria perder seu seriado na tv. O pai afirmou que a criança iria gostar, pois iria conhecer de perto uma aldeia indígena, mas o garoto, assim que entrou no velho jipe do pai, reclamava que queria mesmo era acordar tarde, pois era sábado, não tinha aula, queria passear no shopping e brincar com joguinhos eletrônicos.

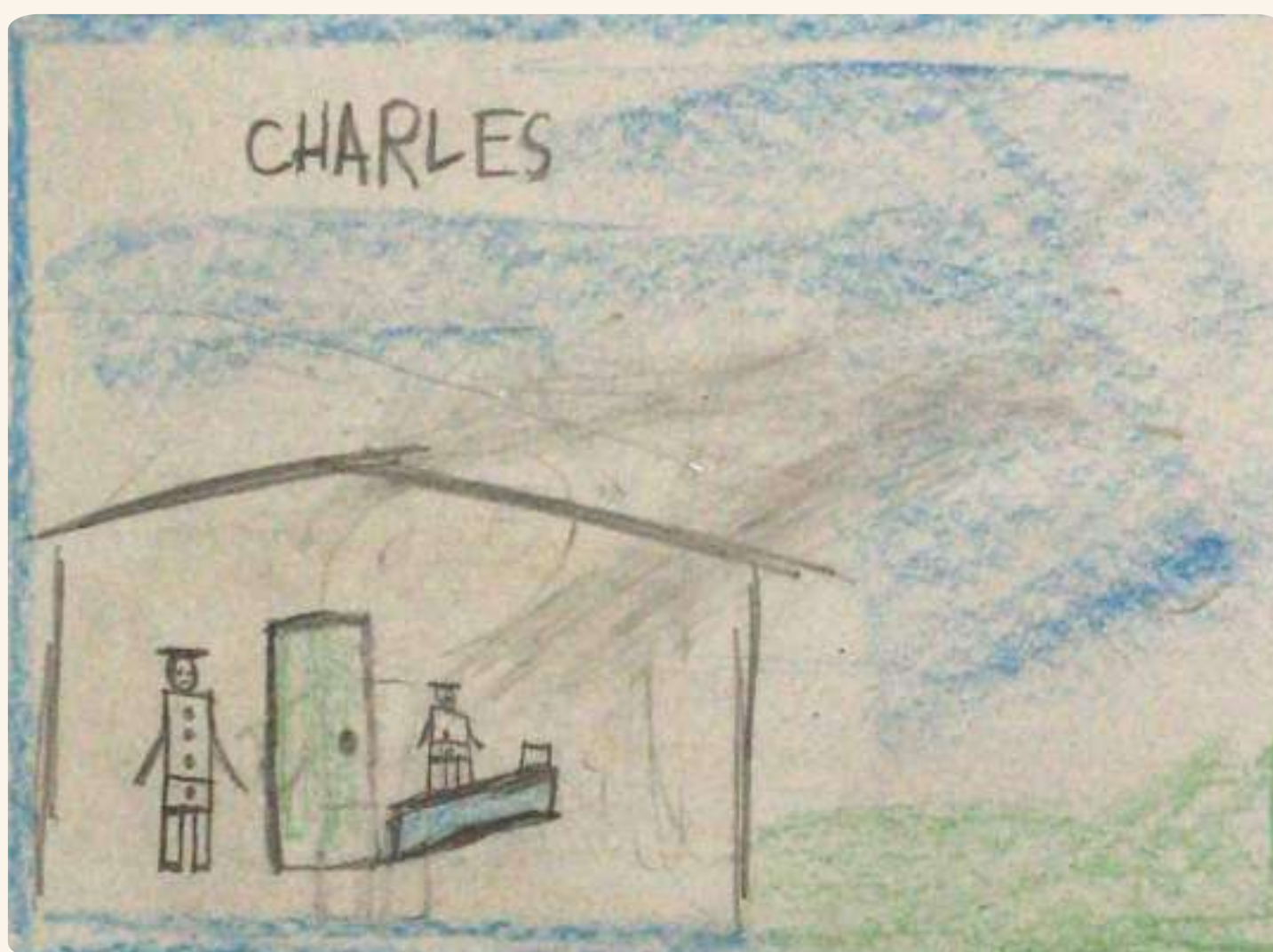


Figura 54 – Zito vai viajar com papai. Fonte: ilustrações de Charles Vicente



Figura 55 – A garagem. Fonte: ilustração de João Miguel



Quando chegaram a Almofala, onde o Sr. Osmar trabalhava como historiador, informou ao filho que ali eram as terras do povo Tremembé. O garoto desceu do carro ainda chateado, pois nem mesmo no celular podia mais jogar, pois havia descarregado a bateria, e se questionava: “O que vou fazer agora?”

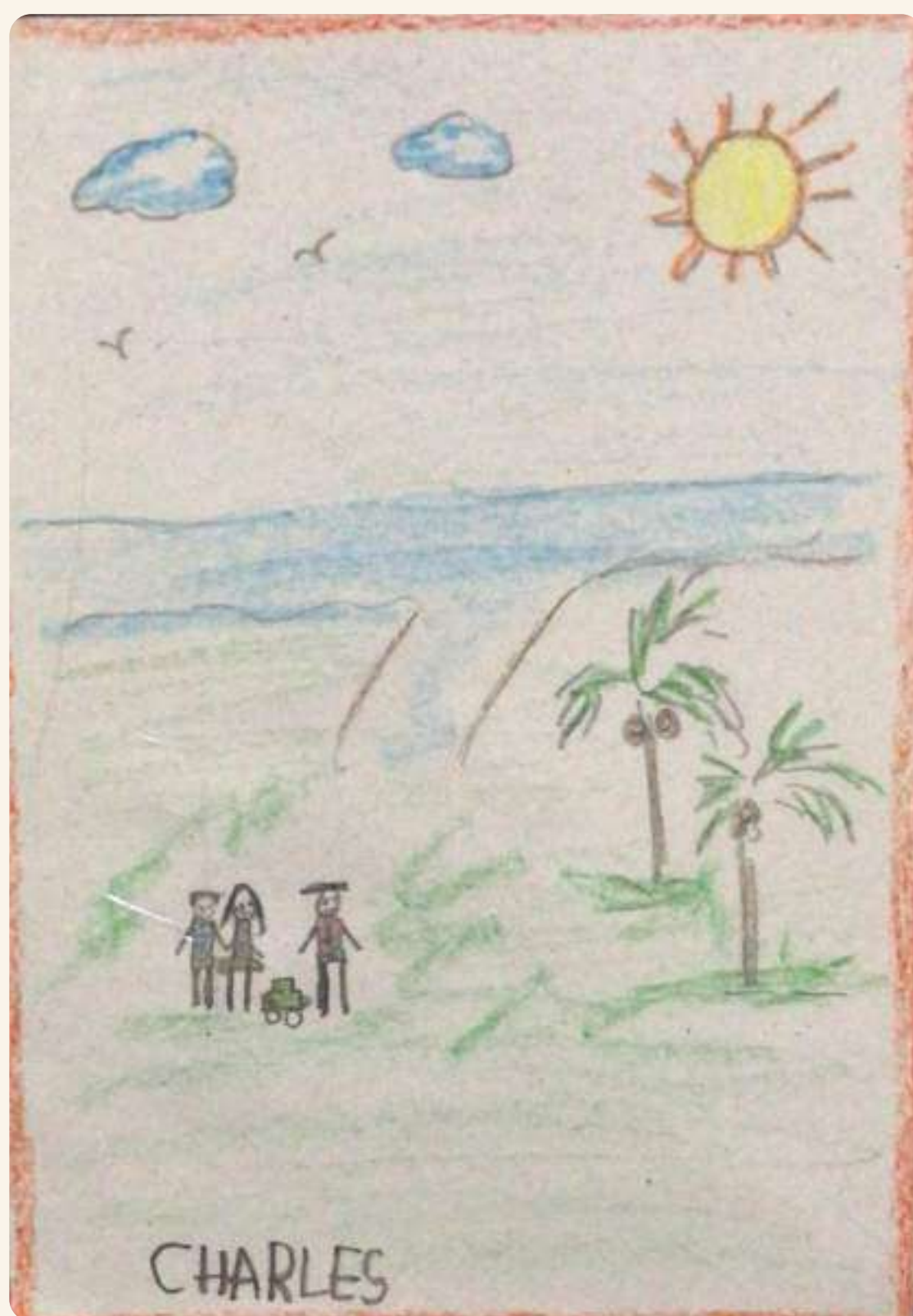


Figura 56 – A chegada em Almofala – Fonte: ilustração de Charles Vicente

Zito percebeu estar em um lugar realmente especial, entre velhos cajueiros e perto de uma lagoa. Havia uma casinha de taipa e um caminho cercado por coqueiros que ia direto para a praia e lá fez logo amizade com dois curumins: Bira e Maiara, que eram irmãos e conheciam tudo sobre aquele lugar.

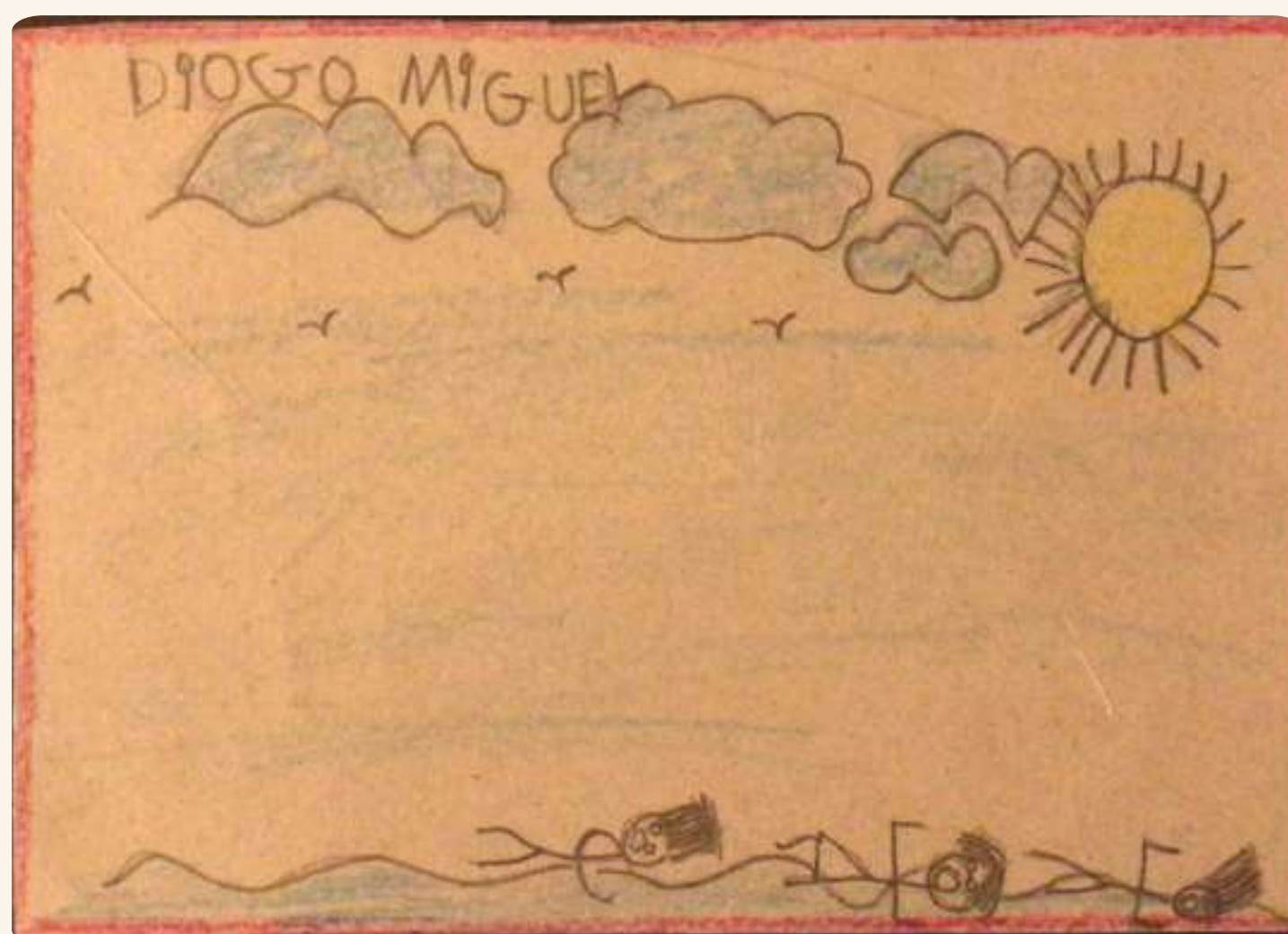


Figura 57 – Banho na lagoa. – Fonte: ilustração de Diogo Miguel



Brincaram bastante na praia e em seguida tomaram banho na lagoa, uma lagoa que os curumins diziam ser encantada e contaram várias histórias de seus avós da época em que viviam distantes das cidades e só comiam o que pescavam e caçavam. Cada indígena fazia sua própria rede, sua casa, seu barco e tudo o que necessitassem para sobreviver.

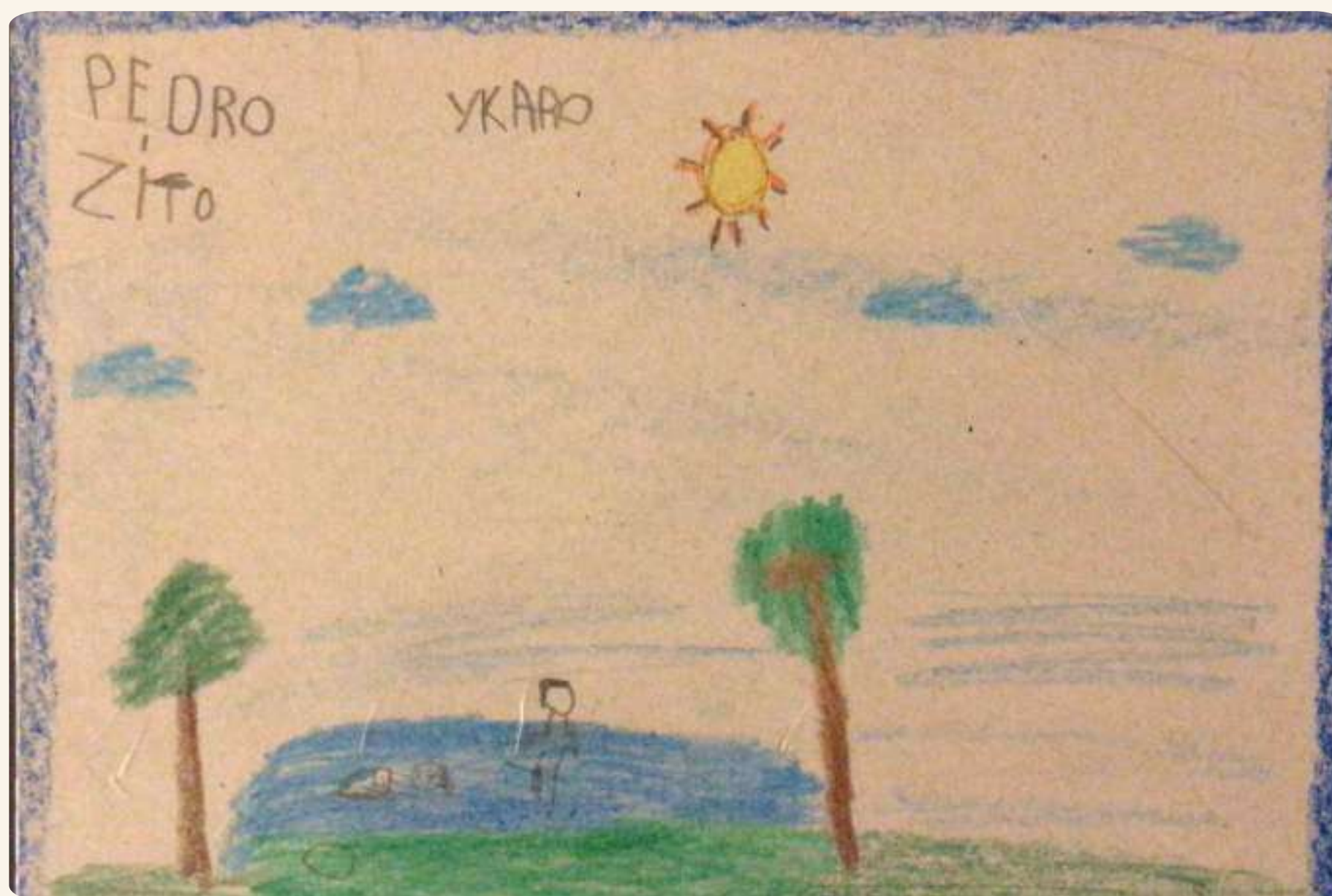


Figura 58 – Ao redor da lagoa. – Fonte: ilustração de Pedro Ycaro

Depois de muito brincarem na lagoa, Bira olhou para o sol e afirmou: “tá na hora da gente voltar, já passa do meio-dia, a maré já deve ter subido e os pescadores já chegaram com os peixes fresquinhos!” Decidiram que seria melhor retornar para a aldeia pelo mangue, até porque o caminho era mais arejado. No meio do caminho ouviram algo estranho, como se alguém estivesse cortando madeira. Maiara disse: “Tá ouvindo esse som? É o Guajara, o rei do mangue!” Zito se arrepiou e tratou de apressar o paço, com medo.



Figura 59 – O som de Guajara. – Fonte: ilustração de Diogo Miguel



Quando chegaram na aldeia almoçaram peixes frescos assados pelos pescadores, moqueca de arraia com pirão de farinha, tudo uma delícia, depois ficaram reunidos conversando e contando histórias ao redor da fogueira. Alguns indígenas armaram suas redes de tucum e foram descansar.



Figura 60 – O almoço. – Fonte: ilustração de Laura



Figura 61 – Cochilo após o almoço – Fonte: ilustração de Heloisa



As crianças aproveitaram e comentaram sobre o susto que levaram no mangue e uma senhora indígena disse que não precisavam ter medo do Guajara, pois ele protege o mangue de pessoas que querem destruir a natureza: “O Guajara é amigo dos povos indígenas!”. Disse também que quem poderia falar melhor sobre ele, seria o Pajé da aldeia.



Figura 62 – Sono na rede – Fonte: ilustração de Maria Eduarda



Figura 63 – A conversa sobre o Guajara. – Fonte: ilustração de Emily Maiara



A mãe de Maiara e Bira aproveitou e pediu que fossem na casa do Pajé pegar umas ervas e plantinhas. A casa era uma velha oca que ficava um pouco mais distante, no meio da mata. Lá Zito perguntou sobre o Guajara e o Pajé informou que cada parte da mata tem um encantado que a protege: “São os nossos encantados!”

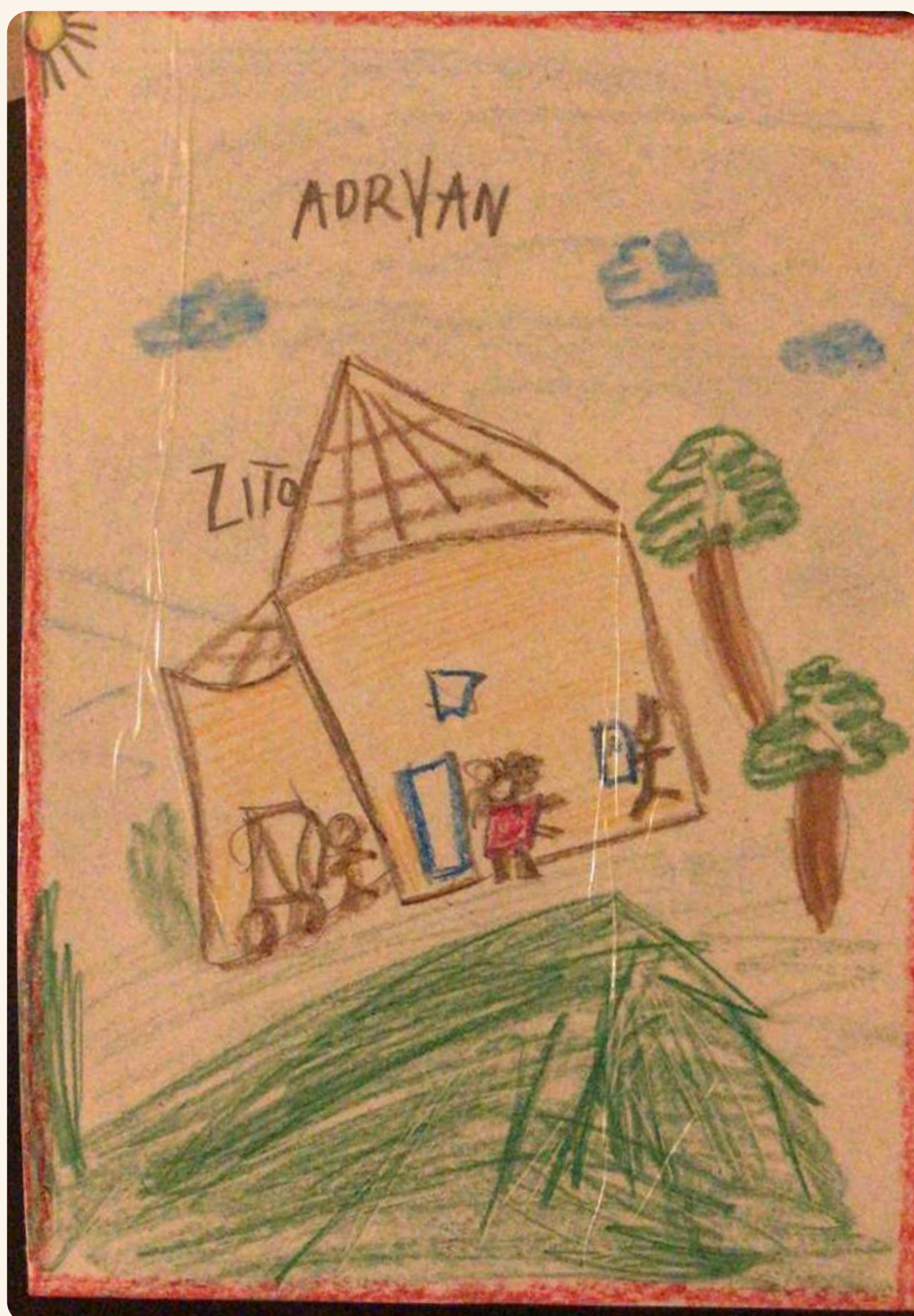


Figura 64 – A casa do Pajé. – Fonte: ilustração de Adryan

O Pajé disse que havia uma mata por lá, onde moravam muitos Caiporas, mas cortaram toda a mata e os Caiporas se acabaram, sumiram de vez. Disse também que o Guajara protege o mangue, mas que se acabarem com o mangue, também não haverá mais Guajara. O Pajé gostou do menino Zito e lhe deu de presente um colar com várias sementes coloridas feito por ele e disse que era pro garoto lembrar deles e não ter medo de encontrar qualquer surpresa pelo caminho. Maiara pediu semente de urucum ao Pajé para pintar seu rosto e corpo para logo mais a noite dançar o Torém, aproveitou e convidou Zito para a festa. Sugeriu que ele pedisse a seu pai para dormirem aquela noite por lá, e foi o que Zito fez assim que viu o pai, que surpreso e muito contente, aceitou na hora.





Figura 65 – O Torém do povo Tremembé – Fonte: ilustração de Gael

O povo limpou o terreiro embaixo dos cajueiros e o Cacique começou a cantar com uma maraca na mão. Todos dançaram em círculo, inclusive Zito e Sr. Osmar que se divertiram muito com a dança da aranha. Depois que a dança acabou e a fogueira já estava apagando, armaram suas redes e dormiram olhando as estrelas.



Figura 66 – O adeus – Fonte: ilustração de Heloísa





Figura 67 – O retorno – Fonte: ilustração de Enzo Miguel

De manhã cedinho Zito foi o primeiro a acordar, deu tempo de ver o sol nascendo na praia e de se despedir de seus novos amigos. Durante a viagem de volta para casa, Zito nem lembrou de seus joguinhos, conversou a viagem toda com seu pai sobre tudo que viveu e aprendeu. Ficou preocupado com a provável ameaça de extinção do Guajara, sabia da importância de proteger a natureza para isso não ocorrer. Zito aprendeu as diferenças entre viver na aldeia e na cidade. Essa foi uma viagem que ele jamais esquecerá!



4.3.3 UM CURUMIM, UM PATÉ E A LENDA DO CEARÁ

Tenho uma especial admiração por Rouxinol de Rinaré e toda sua obra, um ser humano único de uma simplicidade ímpar percebida no seu olhar discreto e tímido, o que nos surpreende, pois apresenta uma fantástica sofisticação em sua pesquisa que encanta quem a ler. Esse livro, em especial, apresenta uma riqueza de dados ao apresentar os fatos históricos sobre a chegada dos colonizadores a nossas terras e a saga de nossos indígenas. De uma maneira divertida, através de seu cordel, essa literatura instigante que traz brilhantemente em sua rima a história e lendas do povo indígena cearense. Essa foi mais uma obra onde eu e minhas crianças conseguimos identificar algumas lendas embutidas do desenrolar da trama.



O livro de Rouxinol do Rinaré traz ilustrações do maravilhoso Rafael Limaverde, em sua 2ª edição, ocorrida no ano de 2007 pela Editora IMEPH, narra a lenda e romance de Iracema com o português Martim e o nascimento de Moacir, fruto desse amor. A obra de Rinaré vem em literatura de cordel, dessa forma a história apresentada às crianças foi em ambos os formatos, sendo que a releitura utilizada para representação da narrativa indígena para a exposição apresentada na Mostra Recorte Poético das Infâncias, apresentou-se em texto narrativo. Segue, dessa forma, a narrativa e as ilustrações das crianças:



Figura 68 – Foto da Capa original da obra.– Fonte: acervo pessoal.

Dizem que há muito tempo, onde hoje é o Ceará, num chão virgem e somente habitado por nativos, nossos indígenas eram livres, da praia, ribeiras ao sertão e altas serras. Aqui viviam tribos guerreiras e as jandaias cantavam pelas palmeiras.





Figura 69 – O princípio – Fonte: ilustração de Adryan

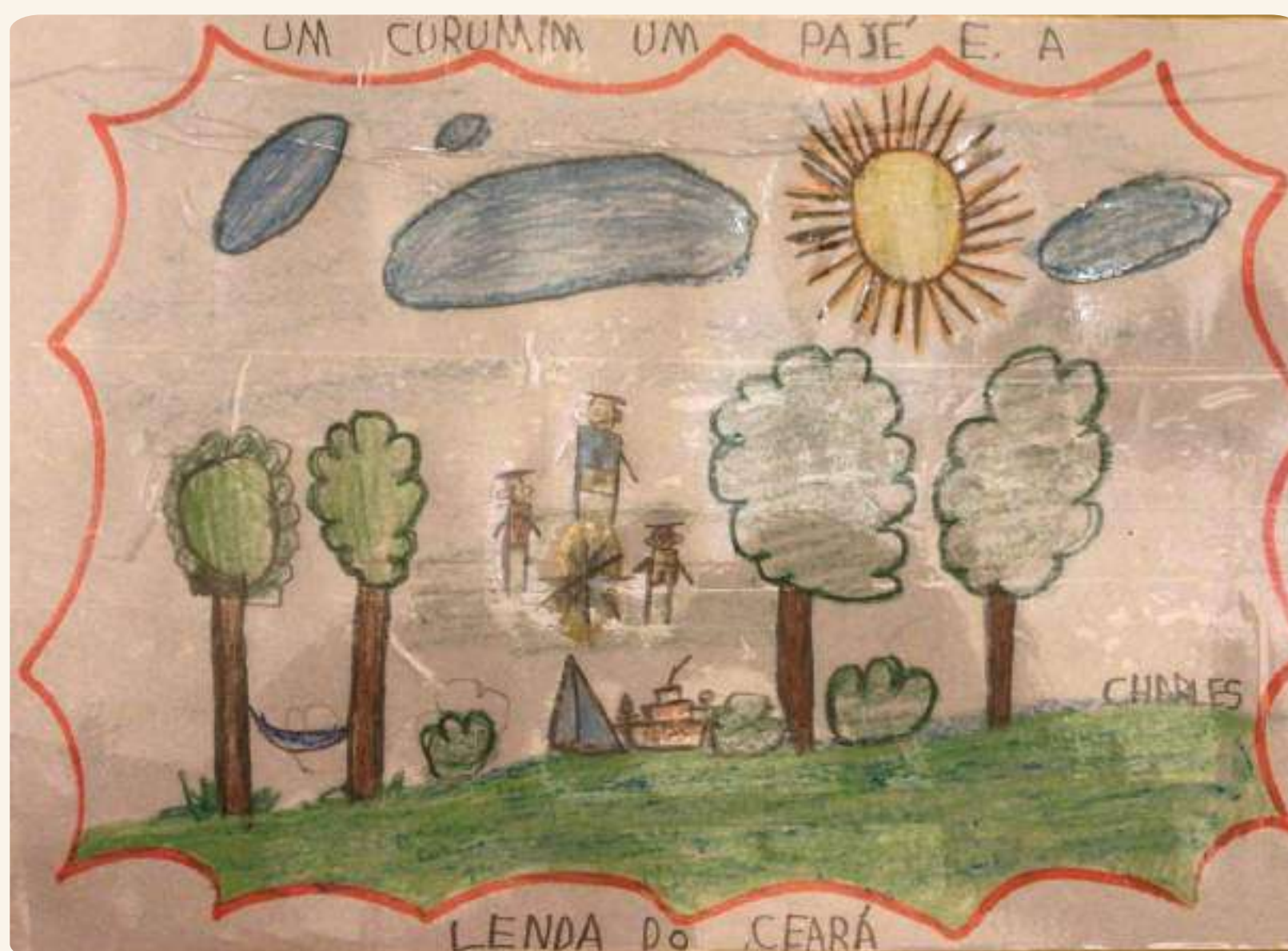


Figura 70 – A invasão – Fonte: ilustração de Charles Vicente



Um dia chegaram pelo mar homens maus, vindos de outras nações para nossa terra explorar. Nossos indígenas reagiram bravamente aos invasores, porém muitos deles foram extintos, ainda assim restou uma tribo remanescente que preservou seus costumes e o Pajé ainda senta ao redor da fogueira para contar as histórias do passado.

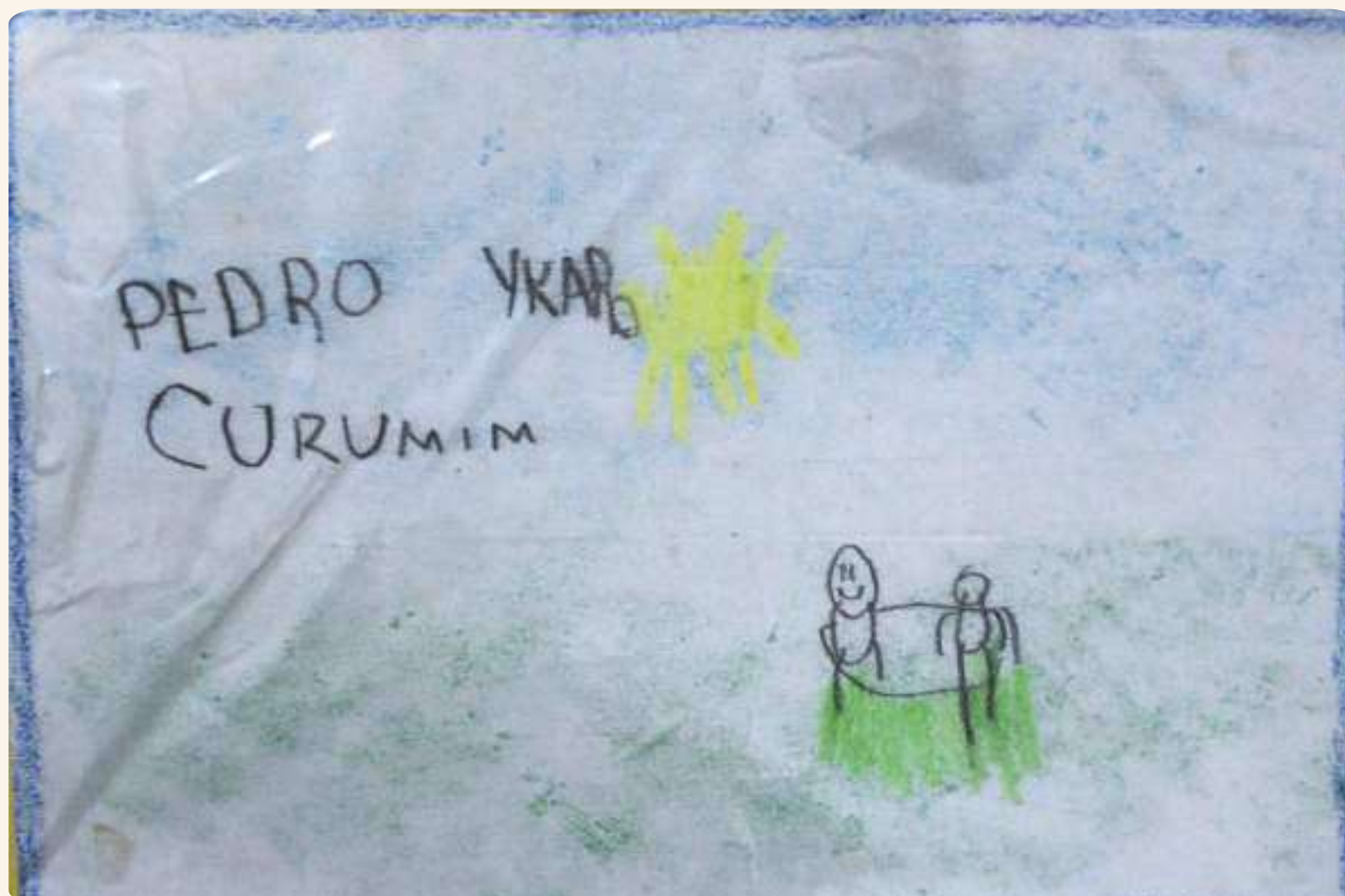


Figura 71 – Curumins – Fonte: ilustração de Pedro Ícaro

Certa noite um curumim curioso quis saber a história de seu povo e o velho Pajé contou sobre a lenda de “Coatiabo e Iracema”. Disse que os indígenas cearenses nasceram de dois povos de fibra e coragem: dos povos que viviam nas serras: os valentes Tabajaras e dos povos que viviam no litoral: os valorosos Potiguaras. Na época das invasões dos homens brancos se tornaram inimigos e se dividiram.



Figura 72 – Martim: o guerreiro branco. – Fonte: ilustração de João Miguel



Martim era um guerreiro branco com pele cor de areia e os olhos da mãe Jaci. Viveu entre os Potiguaras como um irmão de Poty. Passou a ser conhecido por “Coatiabo” que em tupi-guarani significa “homem pintado”, pois se pintava como os indígenas. Entre os Tabajaras existia uma virgem bela e pura com os lábios de mel, com cabelos negros como a noite escura, parecia uma deusa com tamanha formosura. Era filha de um Pajé, se chamava Iracema, era considerada a guardiã do segredo da Jurema e também era prometida a Tupã.



Figura 73 – Iracema. – Fonte: ilustração de Marcelo



Figura 74 – Família de Iracema. – Fonte: ilustração de Ana Valentina



Poty, o grande chefe dos Potiguaras, chamou Martim para uma caçada, porém o guerreiro branco se perdeu do amigo e de repente se viu ao lado de uma lagoa onde avistou a linda virgem sagrada e não conseguiu tirar os olhos da moça, que assustada, num impulso, feriu Martim com uma flechada. O guerreiro sangrou muito e Iracema, com remorso, o salvou e feliz por sua ação, o remorso sumiu. Desse casual encontro nasceu um grande amor entre Martim e Iracema. Para viver esse amor, Iracema precisou fugir com Martim, enfrentando grande castigo. Deixou seu pai que muito a amava e descumpriu o compromisso feito, colocando sua própria vida em perigo, assim seus irmãos guerrilharam contra seus inimigos e infelizmente morreram.



Figura 75 – A tristeza de Iracema – Fonte: ilustração de Laura Isabelly



Figura 76 – A dor da saudade – Fonte: ilustração de Maísa Helen



Iracema engravidou, porém, Martim foi chamado para uma guerra e a deixou sozinha. Iracema definhava de saudade e deu à luz a um lindo curumim. Iracema deu o nome Moacir a seu filho, que em Tupi significa: “o filho da dor”. Apesar de todo amor por seu filho, Iracema lhe dava de mamar, mas não se alimentava direito, pois não tinha ânimo suficiente por conta da falta que sentia de Martim, assim o leite que saía de seus seios, secou.



Figura 77 – Iracema entrega o filho a Martim – Fonte: ilustração de Heloísa

Quando Martim retornou da guerra Iracema estava muito frágil e debilitada, entregou-lhe seu filho e sem forças morreu logo em seguida, nos braços de seu amado, que estremeceu de remorso.





4.3.4 TEM INDÍGENA PRA TODO LADO

O livro de Vinícios Ferraz, apresenta em seu título “Tem índio pra todo lado”, com ilustrações de Rafael Limaverde, lançado em 2018 pela Editora Brasil Tropical. A literatura infantil aborda um pouco sobre os povos indígenas e suas diferenças de costumes. Apresenta uma narrativa em forma de poema, tendo uma ilustração para cada estrofe, dessa forma foi feita apenas uma leve adaptação da narrativa, apenas na substituição de “índio” por “indígena”, deixando claro para as crianças que não devemos mais chamar os indígenas da forma como está sendo abordado na obra de Vinícios Ferraz.

Segue a forma como foi trabalhada a narrativa com as crianças. Para cada estrofe uma ilustração foi produzida por uma criança da turma, mesmo que, por conta da quantidade de estrofes, existam crianças que fizeram mais de uma. O poema de Vinícios segue apresentando suas estrofes nos títulos das figuras e a fonte apresenta o nome da criança que produziu a ilustração correspondente. Também é possível verificar na própria ilustração, a estrofe que representa cada ilustração, tendo sido uma forma encontrada pela professora para que as crianças ilustrassem cada passagem da narrativa.



Figura 78 – Foto da capa original do livro – Fonte Acervo pessoal.



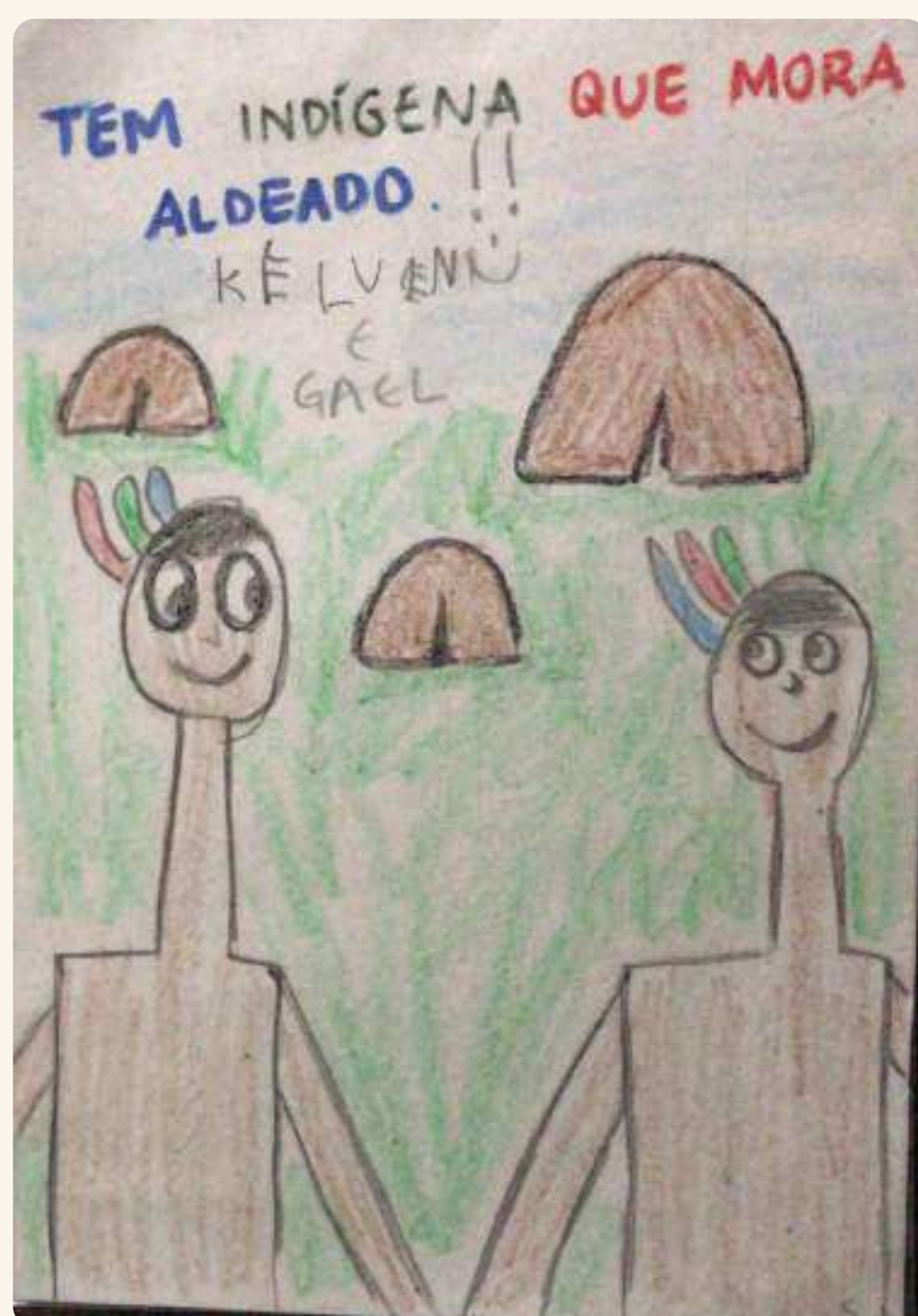


Figura 79 – Indígena é um povo variado – Fonte: Ilustração de Heloísa
 Figura 80 – Tem indígena que vive no mato– Fonte: Ilustração de Maria
 Figura 81– Tem indígena que mora do lado– Fonte: Ilustração de Ana Valentina
 Figura 82– Tem indígena que mora no aldeado– Fonte: Ilustração de Kelven e Gael



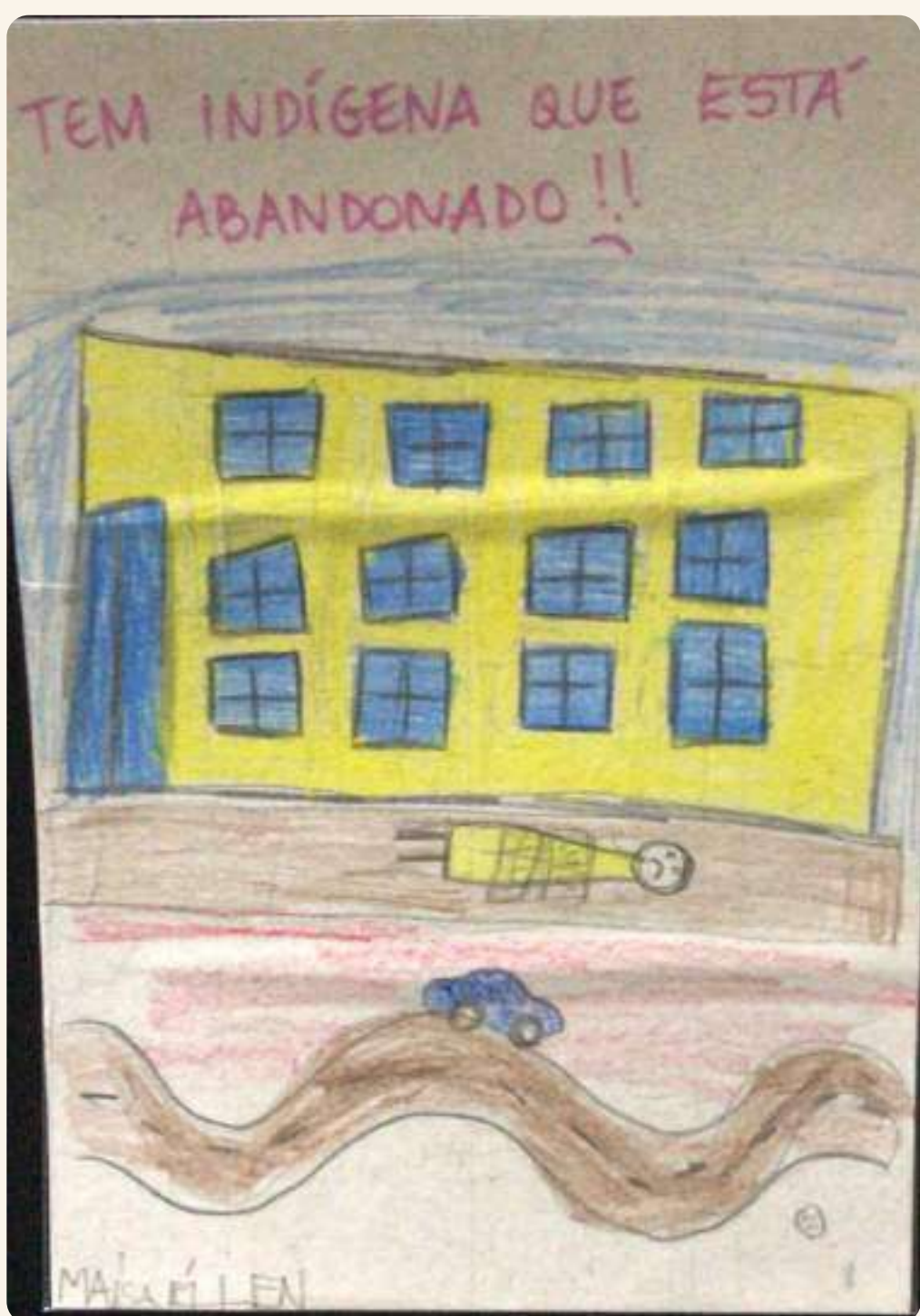


Figura 83 – Tem indígena que mora se-pa-ra-do – Fonte: Ilustração de Lya Isadora
 Figura 84 – Tem indígena em lugar bem cuidado- Fonte: Ilustração de Maísa Helen
 Figura 85- Tem indígena que está abandonado- Fonte: Ilustração de Maísa Helen
 Figura 86- Tem indígena que não quer contato- Fonte: Ilustração de Adryan





Figura 87 – Tem indígena todo antenado – Fonte: Ilustração de Enzo Miguel
 Figura 88 – Tem indígena que caça apressado – Fonte: Ilustração de Pedro Ícaro
 Figura 89 – Tem indígena que vai ao supermercado – Fonte: Ilustração de Lara Emilly
 Figura 90 – Tem indígena que vive pintado – Fonte: Ilustração de Ana Valentina





Figura 91 – Tem indígena que escolhe o horário- Fonte: Ilustração de Laura Isabelly
 Figura 92- Tem indígena que é caçador- Fonte: Ilustração de Adryan
 Figura 93- Tem indígena que é professor Gael
 Figura 94- Tem indígena que é curador Ana Valentina



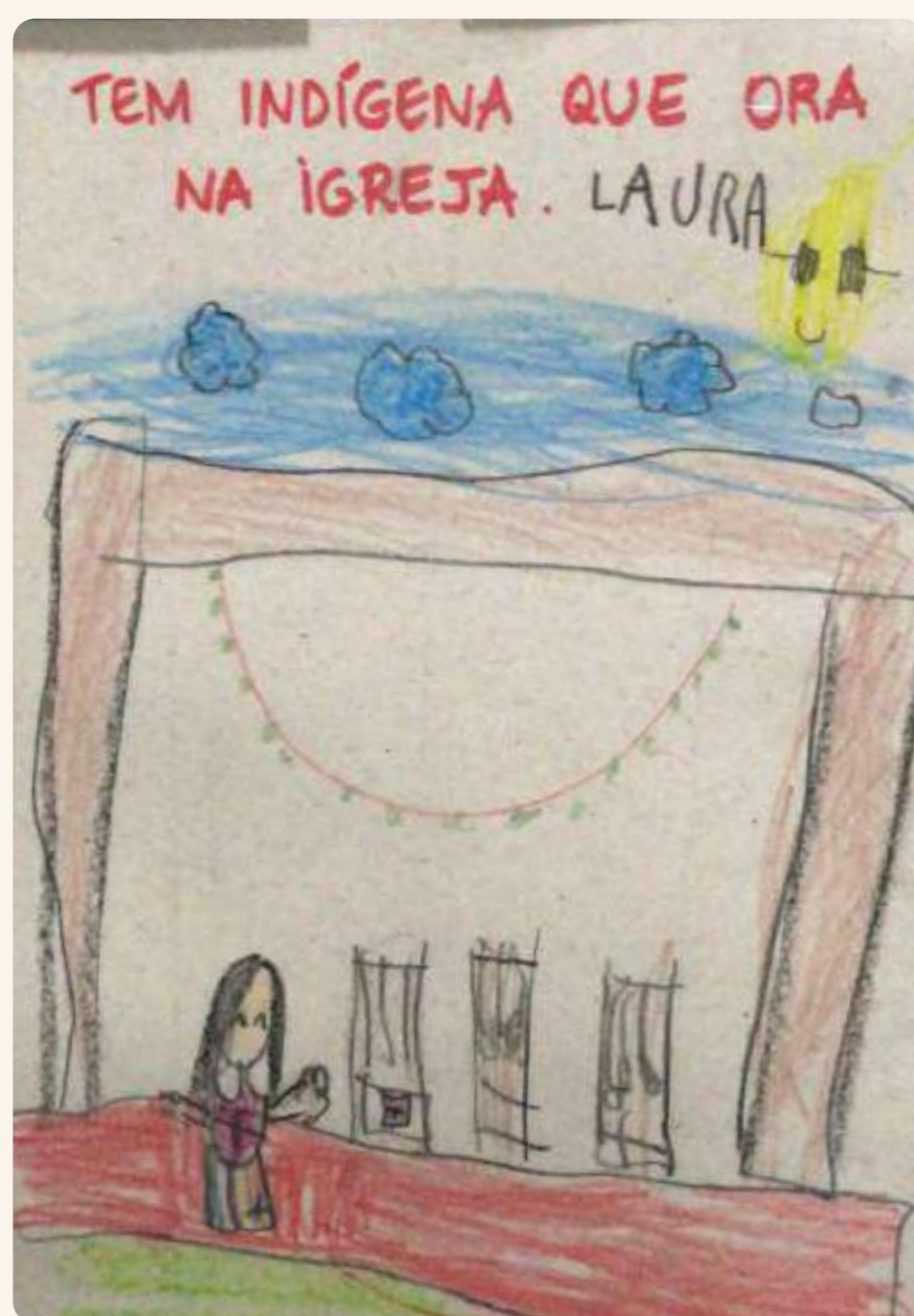


Figura 95- Tem indígena que é doutor - Fonte: Ilustração de Adryan
Figura 96- Tem indígena que veste pena e brinca com arara - Fonte: Ilustração de Heloisa
Figura 97- Tem indígena que ora para a natureza - Fonte: Ilustração de Matheus
Figura 98- Tem indígena que reza na igreja de Laura Isabelly



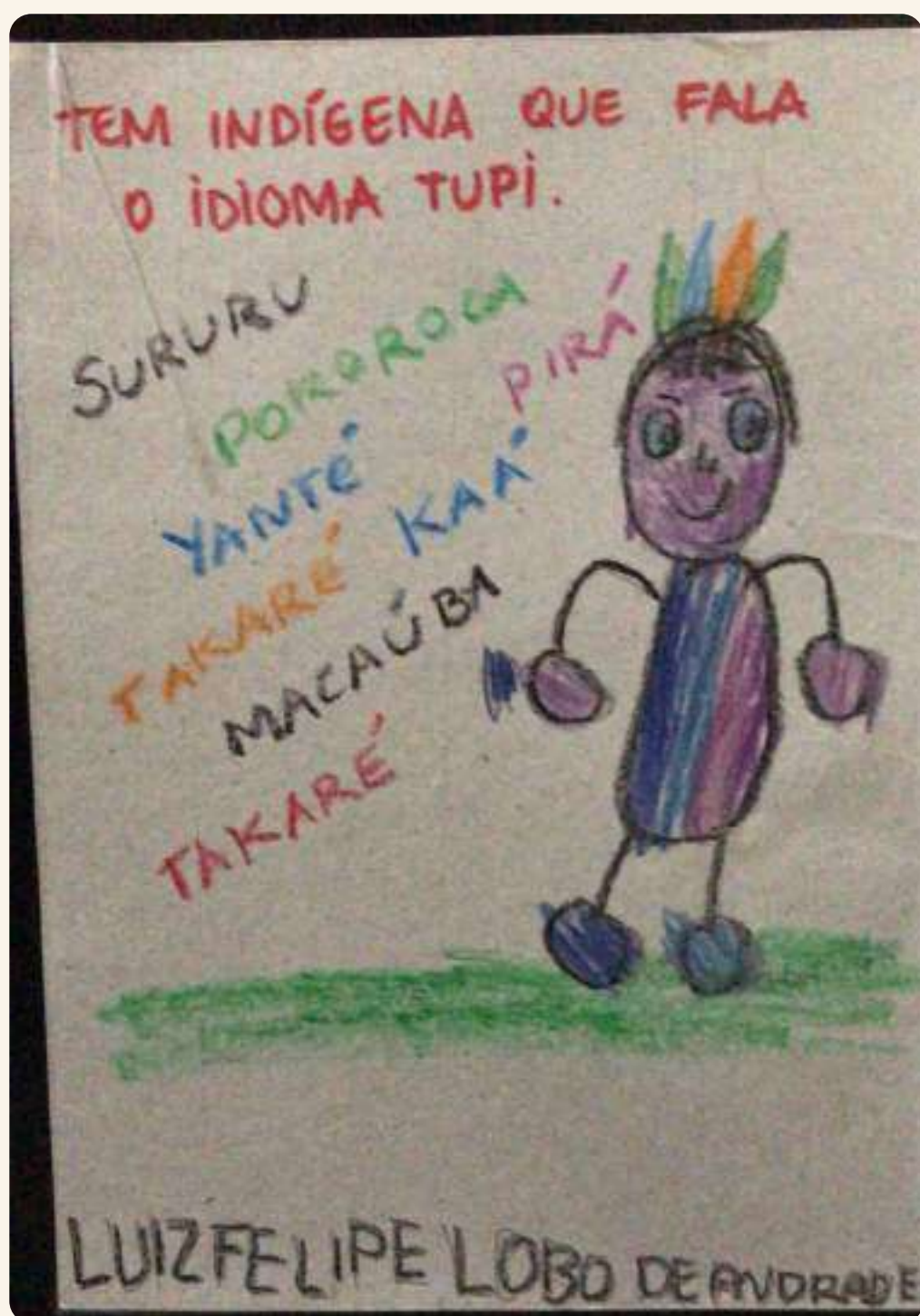


Figura 99- Tem indígena que fala o idioma tupi - Fonte: Ilustração de Luiz Felipe
 Figura 100- Tem indígena que fala, como aqui - Fonte: Ilustração de Ana Valentina
 Figura 101- Tem indígena de cabelo lisinho e encaracolado- Fonte: Ilustração de Heloísa
 Figura 102- Tem indígena de barbicha e olhinho puxado- Fonte: Ilustração de Heloísa



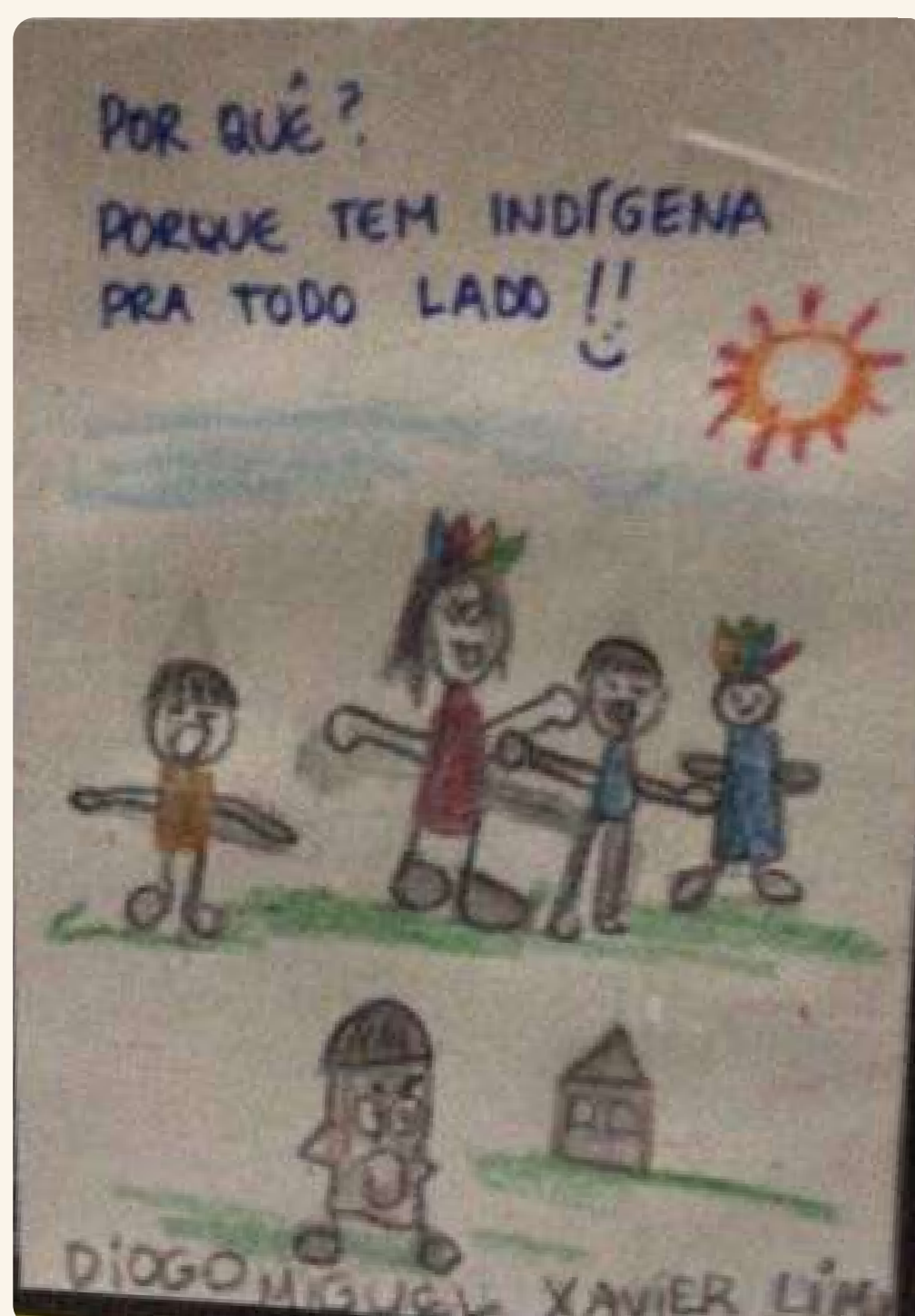
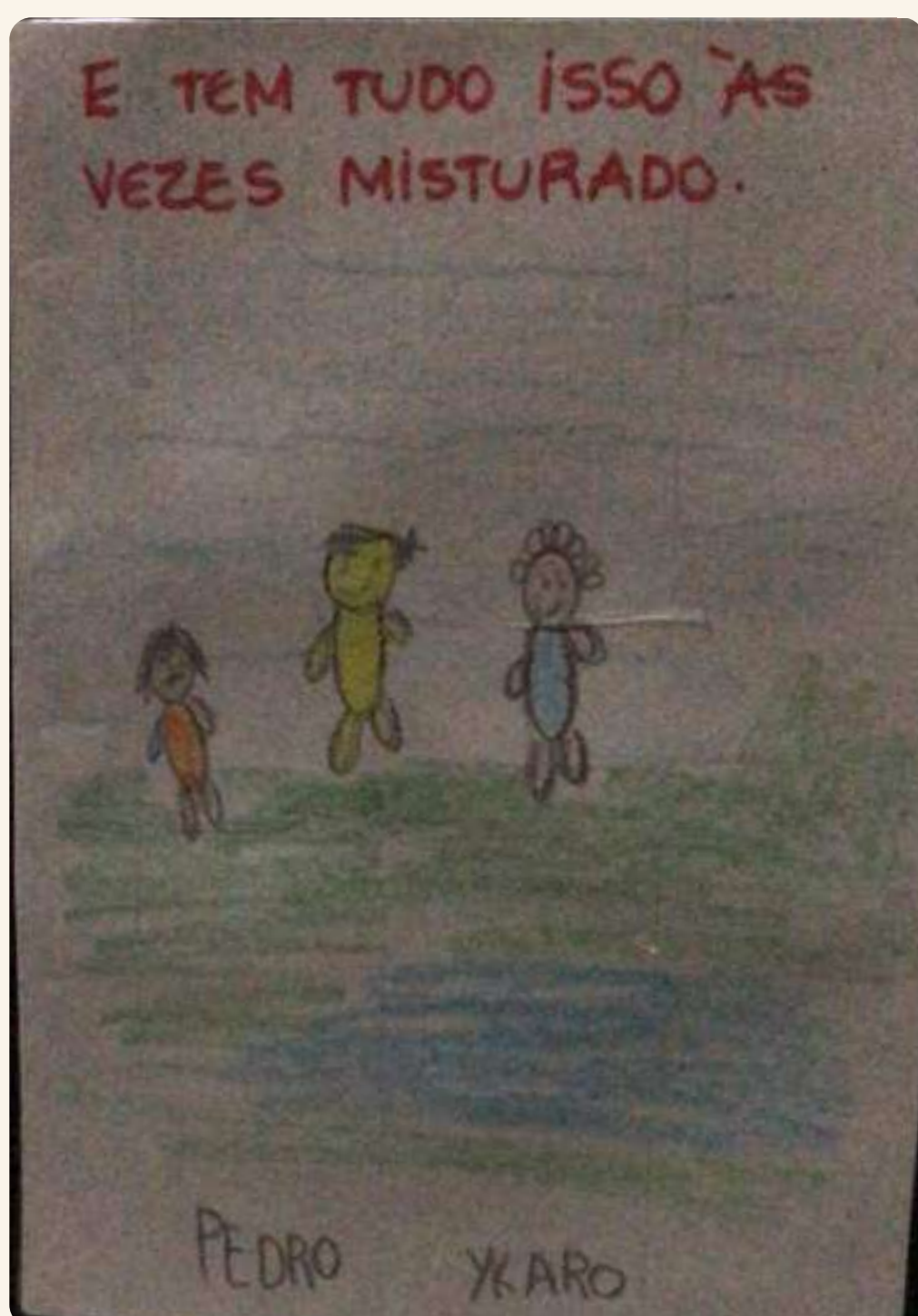


Figura 103- E tem tudo isso às vezes misturado - Fonte: Ilustração de Pedro Ycaro
Figura 104- Porquê? Porque tem indígena pra todo lado! - Fonte: Ilustração de Diogo Miguel

Assim se concluem as narrativas trabalhadas em sala e levadas à exposição na Academia do Professor Darcy Ribeiro, que em seguida foi levada para a Escola para continuar as intervenções pedagógicas junto às crianças que acabaram por gerar a próxima descrição de vivências na escola. Gostaria de registrar ainda que as ilustrações produzidas pelas crianças foram plastificadas e entregues às crianças para presentear às suas famílias.





4.4 LENDAS DE POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Trabalhar o folclore nas escolas significa todos os anos perceber que infelizmente as lendas abordadas são as mesmas de sempre: Saci, Curupira, Iara, Lobisomem, Bumba-meu-Boi, Mula sem Cabeça, dentre muitas outras que infelizmente, em sua maioria, pertencem ao povo do Norte do Brasil, muito embora algumas lendas e mitos também pertençam a nossa cultura, como o Caipora, o Bumba-meu-Boi e o Lobisomem. Pensando nisso trabalhei junto às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, turma do 1º e 2º ano, as lendas dos povos indígenas cearenses, identificadas nos livros trabalhados para a produção da Exposição Desenho Infantil sobre as narrativas dos povos originários do Ceará. Segue, abaixo, as lendas colhidas dentro das obras de Guimarães (2013): A lagoa encantada, Dídimo (2013): O segredo de Guajara e Rinaré (2007): Um curumim, um pajé e a lenda do Ceará, que destacam as lendas originárias de povos indígenas cearenses. Ao final apresento também algumas narrativas com lendas colhidas durante as visitas feitas ao povos indígenas das etnias Jenipapo-Kanindé e Tremembé da Barra do Mundáu.

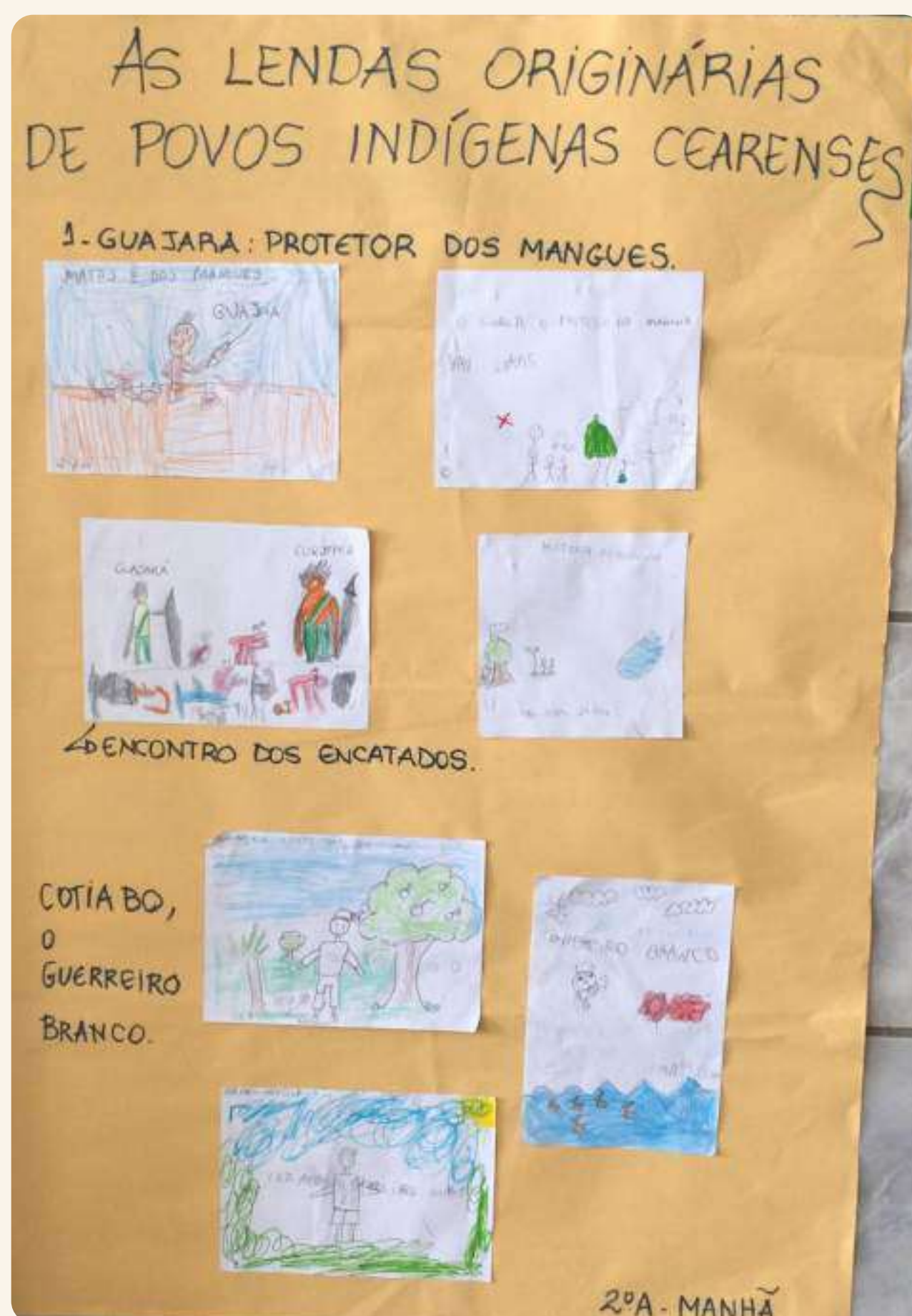


Figura 105 – Painel com lendas: Guajara e Coatiabo – Fonte: foto das ilustrações feitas pelos alunos do 2º Ano A, manhã. (Acervo pessoal).



As lendas de Guajara, o protetor das matas e dos mangues, bem como a lenda de Coatiabo, o guerreiro branco, são mais adiante detalhadas para uma melhor compreensão sobre essas narrativas.



Figura 106 – O encontro dos encantados – Fonte: imagens das crianças do 2º ano A/ acervo pessoal.

Durante essa intervenção pedagógica com as crianças, gostaria de destacar que foi identificado que um dos alunos criou um desenho onde ocorre o encontro dos encantados, dessa forma percebe-se que a criança acredita na possibilidade desse encontro pós-morte. Esse é o papel do encantamento e reflexão trazido na contação de história, a possibilidade da imaginação ser aflorada e transferida através da ilustração criativa das crianças que participam desse processo, dando a possibilidade do reconto através da oratória da criança quando explica o significado de seu desenho.



Figura 107 – Painel com Lendas: Japira, Amanaci e Iracema – Fonte: foto das ilustrações feitas pelos alunos do 2º Ano A, manhã. (Acervo pessoal)



As lendas de Japira, a amiga das abelhas, Amanaci, a mãe da chuva e Iracema, a virgem dos lábios de mel, são mais adiante detalhadas para uma melhor compreensão sobre as narrativas, dessa forma destaque que do livro A Lagoa Encantada, foram retiradas as seguintes lendas: Japira, a amiga das abelhas e Amanani, a mãe da chuva. Do livro O segredo de Guajara, retiramos a lenda do Guajara, o protetor dos mangues e das matas ao redor da praia. Do livro Um Curumim, um Pajé e a Lenda do Ceará, colhemos as lendas de Cotiabo, o guerreiro branco e Iracema, a virgem dos lábios de mel, apesar da última não ser considerada uma lenda e sim uma história criada pelo romancista cearense, José de Alencar.

Foi feito com as crianças um paralelo entre o Curupira e o Guajara, pois ambos possuem características semelhantes: são índios caçadores que protegem as matas e os animais dos predadores. A seguir segue um pouco da descrição das lendas baseadas nas obras trabalhadas junto às crianças:



4.4.1 JAPIRA, A AMIGA DAS ABELHAS

Japira, pequena guerreira indígena da etnia Jenipapo-Kanindé, era considerada amiga das abelhas. O Pajé e o Cacique da sua aldeia perceberam que nada acontecia com a menina quando estava exposta às abelhas, assim foi incumbida que sua obrigação seria ir às matas recolher mel para as outras crianças.



Figura 108 – Japira, amiga das abelhas. – Fonte: ilustração de aluno Levy, do 2º ano

Japira ao entrar na mata, já levava uma cuia de coco para retirar o mel de seu corpo, pois as abelhas pousavam e depositavam o mel por todo o corpo da menina, que recolhia com os dedos das mãos e depositava na cuia, assim conseguia muitas cuias de mel para alimentar ou curar os pequenos curumins. As abelhas gostavam tanto da menina Japira que cantavam canções e segredos no seu ouvido, assim Japira descobria segredos antes de todos da aldeia.





4.4.2 AMANANI, A MÃE DA CHUVA

O povo Jenipapo-Kanindé costuma dançar o toré usando seus maracás, algumas dessas danças e canções tem por objetivo fazer com que chova, especialmente durante as secas que costumam ser intensas.



Figura 109 – Amanaci, a mãe da chuva – Fonte: ilustração de Sophia (2º ano). Acervo pessoal.

A Lagoa da Encantada é também o nome dado a aldeia do território dos Jenipapo-Kanindé que fica localizada em Aquiraz-CE. A lagoa nunca secou, mas tem época do ano que fica com o volume da água bem baixo, assim dançam para chamar a encantada Amanaci para enviar água para o território e sua lagoa. Amanaci, a mãe da chuva, vem plena e linda, desaguar suas águas para alegria do povo Jenipapo-Kanindé que costuma festejar a chuva com muita festa e muito toré, dança de origem indígena.





4.4.3 GUAJARA, O PROTETOR DOS MANGUES E DAS MATAS.

O povo indígena cearense de etnia Tremembé, sempre que se veem ameaçados por caçadores e invasores, recorrem ao encantado Guajara para pedir proteção para seus mangues e matas que ficam ao redor da praia. Essas áreas geralmente são muito visadas por grandes empresários em busca de invadir esses espaços para a construção de empreendimentos mega-valorizados que atraem o turismo.



Figura 110 – Guaraja, o protetor dos mangues – Fonte: ilustração de Sara, do 2º ano. (Acervo pessoal)

O povo Tremembé de Almofala, em suas narrativas, declaram que já existiram muitos Guajaras em seus territórios, mas homens maus, invasores ambiciosos, derrubaram muitas matas para trazer o tal progresso, assim é importante proteger as matas e mangues que lhes restam, para preservar o ambiente natural de seus crustáceos, seus peixes, animais e suas matas, evitando o surgimento desses invasores ambiciosos. Em suas orações o povo Tremembé clama pela proteção de Guajara para preservar suas terras.





4.4.4 COATIABO, O GUERREIRO BRANCO

Faz um tempão que nosso Ceará foi invadido e passou por uma matança sem fim, tendo sido dizimados muitos de nossos indígenas.



Figura 111– Coatiabo, o guerreiro branco – Fonte: ilustração de Gabriel, 2º ano. Acervo pessoal.

Na leva desses forasteiros que invadiram nossas terras, veio entre eles um homem branco chamado Martim Soares Moreno, ele era português, militar, católico e amigo da coroa portuguesa. Dizem que se tornou um guerreiro branco, pois decidiu defender o povo indígena da etnia Pitiguara, que viviam às margens das praias. Os Pitiguaras eram inimigos dos valentes Tabajaras, que viviam nas serras.

Como fez amizade com os Pitiguaras, Martim vivia como irmão do grande guerreiro Poty que passou a lhe chamar de Coatiabo, que significa em Tupy-Guarani: “homem pintado”. Esse guerreiro branco se apaixonou pela mais bela índia cearense: a Tabajara Iracema, que com ele viveu um grande amor. Iracema se afastou totalmente de seus parentes para viver sua história de amor com Coatiabo, no entanto, o guerreiro branco teve que seguir ordens e ir para uma longa batalha. Quando retornou, tempos depois, encontrou sua amada com seu filho Moacir, que significa filho da dor. Iracema totalmente sem forças, entregou à criança à Martim (Coatiabo), morrendo quase que instantaneamente, para desespero do guerreiro branco.





4.4.5. IRACEMA, A VIRGEM DOS LÁBIOS DE MEL.

Apesar da suposta lenda de Iracema não ser considerada de fato uma lenda, pois foi uma obra fictícia do escritor cearense, José de Alencar, na era do romantismo, apresentando uma visão romântica do indígena e seu colonizador, com fatos folclóricos sobre a colonização e miscigenação brasileira onde Iracema se apaixona perdidamente por um guerreiro branco, seu colonizador, inclusive se afastando da sua própria família para viver essa história de amor, segue a narrativa repassada para as crianças como lenda, retirada da obra de Rolchinol de Rinaré: Um Curumim, um Pajé e a Lenda do Ceará.

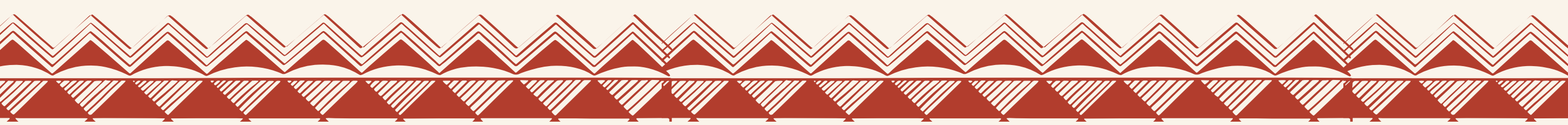


Figura 112 – Iracema, a virgem dos lábios de mel – Fonte: ilustração de Ana Livia, 2º ano. Acervo pessoal.

Iracema, a virgem dos lábios de mel, era considerada a indígena mais linda já vista no Brasil, pertencia ao povo de etnia Tabajara que vivia nas serras do nosso Ceará. Era linda, tinha cabelos negros que cobriam as curvas de seu belo corpo.

Iracema era noiva de Tupã e filha do Cacique de sua aldeia, também guardava o sagrado segredo de Jurema, portanto ninguém podia desposá-la, mas um dia Iracema caiu nas graças do guerreiro branco Coatiabo, o famoso português Martim Soares Moreno, desde então todas as promessas feitas por seu pai ao seu povo, foram quebradas. Iracema brigou e se afastou de seu povo e foi viver com Coatiabo que pouco tempo depois foi convocado para uma guerra e teve que partir. Iracema ficou sozinha e caiu em profunda tristeza. Para piorar, descobriu que estava grávida e caiu em profunda depressão.





A bela indígena deu à luz a um lindo curumim e a ele deu o nome Moacir, que “significa filho da dor”. Sem vontade de comer, Iracema foi definhando, não tendo nem mesmo mais leite para dar de mamar a seu filho. Quando Coatiabo retornou, mal deu tempo de receber seu filho dos braços frágeis de Iracema, que faleceu logo em seguida, para desespero do guerreiro branco.

Para a produção dos desenhos sobre as lendas mencionadas acima, as crianças do 2º ano foram convidadas a apreciarem a Exposição das crianças do 1º Ano B: Desenhos infantis sobre as narrativas de povos originários do Ceará, para que se inspirassem ao produzirem os desenhos das lendas cearenses, sem a necessidade de cópias ou imagens de livros como base, ficando a cargo apenas da imaginação das crianças. As próximas lendas foram recolhidas de dois povos visitados: Tremembé da Barra do Mundaú e Jenipapo-Kanindé. As ilustrações foram feitas por um dos alunos do 1º B de 2023, que em 2024 está no 2º ano do EF.



4.4.6. MÃE D'ÁGUA E O PAI DO MAR.

Essa lenda narrada por Zé Paulinho Tremembé, como dito por ele: uma história de Trancoso, do povo Tremembé da Barra do Mundaú, traz o misticismo e o respeito aos ancestrais encantados, cada um possui um simbolismo místico sendo importante respeitar a cultura indígenas com suas variáveis e diferenças de hábitos e costumes. Segue a narrativa.

Os pescadores estavam em alto mar em uma jangada, mas a pesca não estava boa, eles olharam para frente e avistaram uma mulher e um homem andando sobre as águas vindo na direção da embarcação. Quando se aproximaram os pescadores reconheceram: eram os irmãos encantados: Mãe D'Água e o Pai do Mar, assim Mãe D'Água perguntou: *Tá tudo bem aí? A pesca não tá boa hoje, né?* Assustados, os pescadores só confirmaram com a cabeça. Mãe D'Água resolveu sentar na borda do casco da jangada e então perguntou se eles tinham fumo. Eles sabiam que não podiam negar um pedido da encantada, então disseram que sim e um deles desceu na embarcação em busca do fumo.

Nessa época eles usavam dois tipos de fumo de rolo: o *Arapiraca* (que era mais barato), e o *Sergipe* (que era lavado e tratado e, portanto, era mais caro), por conta de ser caro, os pescadores só usavam do mais pesado e barato: o *Arapiraca*. O pescador tirou um pedaço grande cortando em cima do convés da jangada, deu uma cheirada e deu para a mulher, que logo colocou na boca e começou a mastigar (mascar). Mãe D'Água ficou logo embriagada e seus cabelos começaram a cair nos olhos.



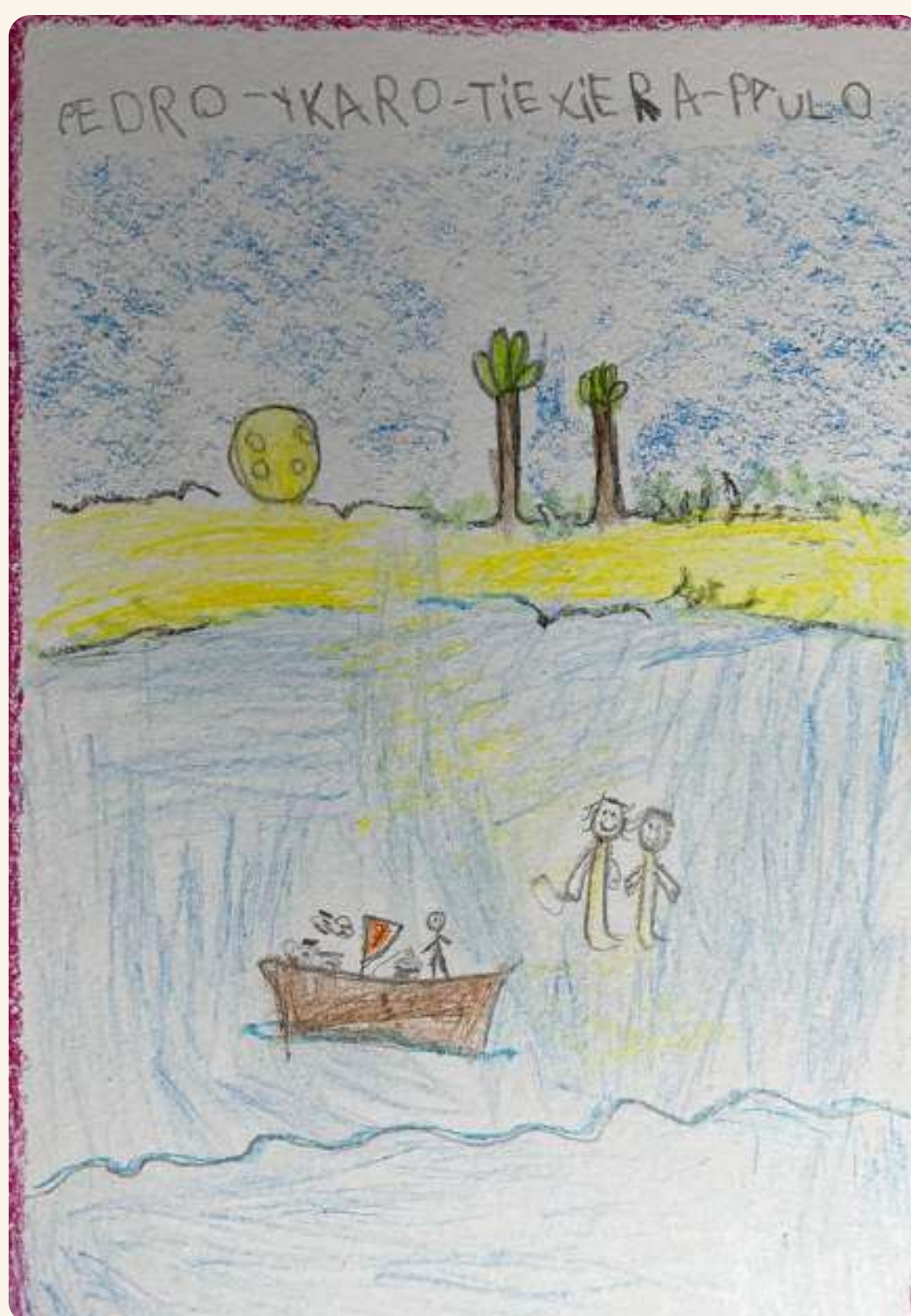


Figura 113 – Mãe D'Água e o Pai do Mar – Fonte: ilustração de Pedro Ycaro

Os encantados têm hora para aparecer e ir embora, então Pai do Mar disse: *Mãe D'Água tá chegando a hora da gente ir embora!* Ela muito grogue e embriagada do fumo disse: *Nunca mais vou tocar num fumo!* Ele vendo que ela não ia sair, desceu da jangada e pegou em seu braço e seguiu conduzindo sua irmã. Saíram os dois a caminho do fundo do mar sem olhar para trás, só se via uma grande luz por onde seguiam, até sumir de vez no fundo do mar. Os pescadores, depois da visita dos encantados e de terem atendido seu pedido, fizeram uma excelente pescaria. (Narração de Zé Paulinho Tremembé – 2023).

As próximas duas lendas: *Mãe D'Água e o peixe ferido e O mito da cobra*”, pertencem ao povo Jenipapo-Kanindé. Os dois contos foram recolhidos durante o Festival Literário para crianças - Histórias da Floresta, ocorrido na Caixa Cultural, em Fortaleza, no dia 28 de outubro de 2023, quando assisti a contação da história *A Lagoa Encantada* feita pela neta de Cacique Pequena, Claubiana Jenipapo-Kanindé. Na ocasião, em seus pertences, a moça teria alguns textos de narrativas de seu povo, vindos dos guardiões da memória: Cacique Pequena e Francisco Alves Filho (seus avós). Fotografei essas duas narrativas e trago nessa pesquisa, fazendo uma releitura do material escrito conforme narrado pelos dois guardiões, dessa forma seguem as narrativas, sendo a primeira repassada por Cacique Pequena, sofrendo uma releitura para ficar mais clara, e a segunda, narrada em primeira pessoa pelo Sr. Francisco Alves, transcrevi na terceira pessoa tentando passar maior clareza do enredo da narrativa.





4.4.7 A MÃE D'ÁGUA E O PEIXE FERIDO

Ao amanhecer, um rapaz chamado Chico Pixinga pegou seu pote e foi buscar água. Ao chegar à beira da lagoa encheu seu pote e colocou no seco, à margem da lagoa. Olhou de volta para a lagoa e viu que no centro das águas havia um objeto muito grande com algo preso, ficou curioso e tentou ver o que seria, olhando mais perto viu que era um enorme peixe que estaria preso em um enorme tronco de árvore com muitas raízes. O rapaz correu em casa para buscar seu arpão e ao retornar para a lagoa o peixe ainda estaria preso, então jogou seu arpão e ferrou o peixe, porém o peixe conseguiu escapar e ele ficou pensando, sem compreender, como aquele peixe teria ido embora.



Figura 114 – A Mãe D'Água e o Peixe Ferido – Fonte: ilustração de Pedro Ycaro

Quando o rapaz olhou para fora da lagoa, avistou uma moça muito bonita que se aproximou dele e disse: “Vamos tirar o arpão das costas do meu pai!?” Ele respondeu assustado: “Seu pai? Eu arpei foi um peixe!” Ela disse: “Não, você arpou foi meu pai!”. Sem entender direito o que estaria acontecendo, o rapaz pergunta à moça: “Como faço para tirar o arpão das costas de seu pai?” Ela respondeu: “Você feche bem os olhos e suba em cima das minhas costas e só abra os olhos quando eu mandar!” Assim fez o rapaz e quando chegou na casa da moça, avistou um verdadeiro paraíso, uma casa linda cheia de árvores ao redor e com muitas frutas. Ele perguntou: “Onde está seu pai?” Ela falou: “Me acompanhe, ele está lá no quarto, mas você não pode tocar em nada, se tocar você não poderá mais retornar para sua casa.” Quando chegou no quarto, Chico Pixinga avistou o pai da moça deitado em uma cama, gemendo de dor, com o arpão em suas costas. Logo depois que o rapaz puxou o arpão das costas do pai da moça, ela disse: “Vamos dar uma volta no jardim!?”



O rapaz ficou encantado com tudo que via. A moça então perguntou: “Você quer ficar morando aqui com a gente? Pixinga respondeu: “Não, porque eu não avisei aos meus pais, preciso ir embora”. Então a moça disse: “Suba em minhas costas e feche os olhos”. Assim ele fez, mas quando abriu os olhos estava novamente à beira da lagoa com seu pote d’água, e foi embora pra casa muito pensativo e sem nada entender.

(Lenda narrada pela Guardiã da Memória, Maria de Lourdes da Conceição Alves - Cacique Pequena, em 2022).

4.4.8 MITO DA COBRA

O pescador foi pegar umas iscas de manhã bem cedo, ainda de madrugada. O sol vinha saindo, aí avistou um amigo que tem uma barraca do outro lado da lagoa, ele já estava acordado. O pescador, dando vários lances de tarrafa, já teria pegado as iscas que precisava e três carás. Quando jogou sua tarrafa um peixe pulou na sua frente caindo como fosse uma pedra grande, pesando cerca de três quilos. Na tarrafa tinha uns peixes e ele não retirou do saco a tarrafa.

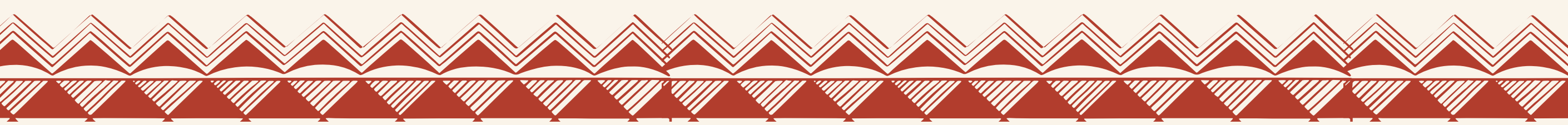


Figura 115 – O mito da cobra – Fonte: ilustração de Pedro Ycaro

O peixe corria de um lado para outro, “pra lá e pra cá”, aí sacudiu a tarrafa em cima do peixe e fez o primeiro pega com a mão na tarrafa, quando foi fazer o outro, naquela “rudia” que parecia uma pedra, olhou assustado e viu que não era um peixe e sim uma cobra. Então o pescador soltou o punho da tarrafa, só com uma corda, e com a outra mão jogou a tarrafa no seco. O pescador pegou um pau para matar a cobra, mas quando se virou a cobra teria se transformado em um toco de madeira em forma de cabeça de bode.

(Mito narrado pelo guardião da Memória do povo Jenipapo-Kanindé: Francisco Alves Filho, em 2022).





Para finalizar essa pesquisa que traz as narrativas indígenas para contribuir no fazer pedagógico em sala de aula, Wilmar d'Angeli (2008) nos adverte com relação ao trabalho desenvolvido na escola que aborda a cultura de povos originários:



O importante é a atitude respeitosa que devemos ter com povos de tradições tão antigas. Ao ouvir ou ler suas histórias, devemos lembrar de duas coisas: que já temos aprendido e herdado muita coisa deles, inclusive de suas narrativas; e que devemos ter humildade de reconhecer nossa dificuldade, muitas vezes, para compreender a profundidade de sua tradição oral. (D'ANGELI, 2008, p. 148).

Dessa forma, é muito importante, de além de sermos sensíveis a essas questões, que estejamos alertas para não cometermos algum deslize e praticar algum tipo de preconceito com os povos originários e nem deixar que ocorra por outras pessoas sob os nossos olhares.

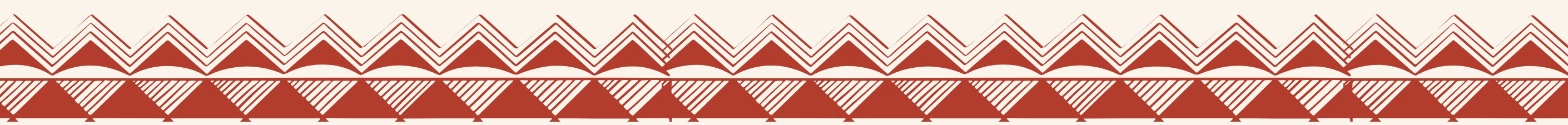


CONSIDERAÇÕES NÃO-FINAIS

Esse trabalho buscou apresentar a importância do uso de narrativas de povos originários do Ceará em sala de aula, destacando a relevância do tema e sua ligação com a valorização da diversidade cultural. Foi abordado o contexto educacional das séries iniciais do Ensino Fundamental e a necessidade de promover a interculturalidade e o respeito às tradições indígenas. Além disso, a pesquisa buscou mostrar a importância de um olhar mais atento para as narrativas tradicionais como recurso pedagógico enriquecedor para o processo de ensino-aprendizagem. A contextualização do tema abordou a história e cultura dos povos originários do Ceará, ressaltando a importância de compreender as tradições e a memória desses povos, apresentando uma breve visão geral da história dos povos indígenas do Ceará, destacando sua relevância para a compreensão da diversidade cultural presente no Estado. Além disso, discutiu-se a importância de reconhecer e preservar as tradições e costumes dos povos originários, enfatizando a necessidade de incluir esses conhecimentos nas práticas educativas das séries iniciais do Ensino Fundamental.

A justificativa e relevância deste estudo estiveram centradas na importância da valorização da diversidade cultural e do reconhecimento dos saberes dos povos originários do Ceará, apresentando argumentos que evidenciam a necessidade de promover a inclusão das narrativas indígenas no ambiente escolar, visando a construção de uma educação mais intercultural e plural. Além disso, foram abordados os benefícios e impactos positivos que a integração das narrativas indígenas podem trazer para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Os objetivos da pesquisa foram delineados, destacando a proposta de investigar e propor metodologias para a integração das narrativas indígenas na sala de aula com as crianças, buscando promover a valorização da diversidade cultural, contribuindo para uma educação mais inclusiva, analisando o potencial educativo das narrativas tradicionais e orais, além de identificar desafios e possibilidades na implementação dessas práticas pedagógicas, tendo a disciplina de Artes como incentivadora nesse fazer pedagógico, contribuindo sensivelmente no processo de criação das crianças em suas ilustrações pós-ouvir, refletir e compreender as narrativas trazidas para o contexto da sala de aula, pela professora/pesquisadora, possibilitando trabalhar o sensível, que deve estar sempre vivo na Educação, transferindo para sua oralidade e para seus traços os conhecimentos adquiridos.





Essa pesquisa nos faz refletir sobre a importância de mantermos vivas nossas próprias narrativas, e a ter o cuidado criterioso de respeitar as narrativas de quem veio antes de nós. Nos traz também a possibilidade de conhecer de fato a história de nosso povo, respeitando nossa origem, nossos antepassados, considerando a possibilidade de criar uma cultura de paz, de amorosidade e respeito, apresentando o belo que se encontra nas coisas mais simples, mostrando para nossas crianças o valor do comum, do que a natureza nos oferece de graça. É fazer com que as crianças consigam refletir sobre os mitos e lendas indígenas, de uma forma mais simbólica, buscando respeitar essa cultura onde existem tantos mistérios e tanta coisa para além do respeito, para além das opiniões preconceituosas e religiosas que desvirtuam o real sentido das coisas. É a possibilidade de aprender a ser sensível e lidar com o diferente, que não é novo, mas que não está assim tão perto, e não tão longe de nós.

Que as autoridades desse país compreendam que é necessário que os territórios indígenas lhes sejam devolvidos de fato e de direito, é uma pena que esse reconhecimento anda a passos tão lentos. Os indígenas pedem socorro e muitos são intimidados e preferem se silenciar por receio de serem perseguidos e mais uma vez exterminados. Eles são perseguidos diariamente, a aprova são os descendentes dos Paiaku que se sentem coagidos e amedrontados, amarrados e amordaçados pelo sistema, pelos grandes empresários, tendo seus próprios descendentes desistindo da luta. Vimos que das seis terras homologadas pelo Presidente Lula em 2023, uma delas possui apenas nove integrantes, então por que desistir? É importante estimular esse povo e outros povos indígenas a não desistirem de sua própria história. Ensinar as crianças, na escola e fora dela, a pensar essas questões, os torna mais sensatos, politizados, críticos, e acima de tudo, sensíveis à causa humana.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Lídia Pereira de. **O Encantamento da Literatura Infantil: Leitura, Releitura, Conto e Reconto - Estudo de Caso na Escola Municipal Padre Felice Pistoni em Fortaleza - Ceará - Brasil.** In: DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: Inovações e Mediações, organizadores: MAGALHÃES, Francisco Lisboa e outros. Editora IMPRECE, Fortaleza-CE, 2019 (58-81).

AZEVEDO, Ricardo. **CONTO POPULAR, LITERATURA E FORMAÇÃO DE LEITORES.** In: . In: SILVA, René Marc da Costa. CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO – SALTO PARA O FUTURO. TV Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.

BALDI, Elizabeth. **Leitura nas séries iniciais: uma proposta para a formação de leitores de literatura.** Porto Alegre: Editora Projeto, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador.** In: Magia e Técnica, Arte e Política – ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (obras escolhidas).

BENJAMIN, Walter. **O contador de histórias e outros textos.** Organização: Patrícia Lavelle; tradução: Georg Otte, Marcelo Backes e Patrícia Lavelle. Direção da coleção W.Benjamin: Amon Pinho e Francisco Pinheiro Machado. 2ª edição. Hedra, São Paulo, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **VIVER DE CRIAR CULTURA, CULTURA POPULAR, ARTE E EDUCAÇÃO.** In: SILVA, René Marc da Costa. CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO – SALTO PARA O FUTURO. TV Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação.** Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2002.



BRASIL. Diário Oficial da União – Seção 1 – 11/3/2008, Página 1 (Publicação Original), Dados colhidos no site da **CÂMARA DOS DEPUTADOS – LEI 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008**. Pesquisado em 30/04/2024 em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-html#:~:text=Portal%20da%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados>

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro** (1954).

CORDEIRO, José. **Os índios do Siará: massacre e resistência**. Fortaleza, ed. 1989.

DCRC - **Documento Curricular Referencial do Ceará: Educação Infantil e Ensino Fundamental**/Secretaria da Educação do Estado do Ceará – Fortaleza – SEDUC, 2019.

D'ANGELI, Wilmar. **HISTÓRIAS DOS ÍNDIOS LÁ EM CASA**. In: SILVA, René Marc da Costa. **CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO – SALTO PARA O FUTURO**. TV Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.

DÍDIMO, Henrique. **O SEGREDO DE GUAJARA**. Ilustrações: Suzana Paz. Coleção PAIC Prosa e Poesia. Fortaleza-CE, SEDUC, 2013.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **POR QUE ARTE-EDUCAÇÃO?** 6ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1991 (Coleção Ágere).

FREITAS, Joyce Custódio de. **EXPRESSÕES INDÍGENAS NA CRIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE ARTE EM EDUCAÇÃO BÁSICA NO CEARÁ**. Artigo para obtenção de Mestrado Profissional em Artes, apresentado ao PPGArtes, *Campus Fortaleza*, 2022.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/Paulo Freire. 59ª edição - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2019.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FERRAZ, Vinícius. **TEM ÍNDIO PRA TODO LADO**. Ilustrações de Rafael Limaverde. Editora Brasil Tropical, Fortaleza, 2018.

GUERRA, Dani. **Cacique Irê na Festa do Marco Vivo**, artigo publicado em **13 de abril de 2017**, in: <https://revistaberro.com/entrevista/cacique-ire/>, visitado em 29/06/2023

GUIMARÃES, Fabiana. **A LAGOA ENCANTADA**. Ilustrações: Carlus Campos. Coleção PAIC Prosa e Poesia. Fortaleza-CE, SEDUC, 2013.



IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro, c2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/povo-jenipapo-kaninde-avanca-no-ensino-e-saude-mas-ha-9-geracoes-espera-por-demarcacao-em-aquiraz> - Escrito por **Nícolas Paulino**, nicolas.paulino@svm.com.br 07:00 - 03 de Março de 2023. Visitado em 15/07/2023.

LIMA, João Paulo da Silva (Cacique Kauã Pitaguary). SILVA, Maria Eliene Madagalhães da. CASTRO, Samuel Nascimento de. **RELATOS DE ESPIRITUALIDADE PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: EM ALDEIAS PITAGUARY E TREMEMBÉ**. In: **Educação Brasileira: Trajetórias históricas, filosóficas em relatos, pesquisas de ensino para uma educação em tempos de mudanças** / Maria Eliene Magalhães da Silva (org). Coleção Borboletar e Esperançar: na Educação e Saúde. Volume 4 – Fortaleza: Imprece, 2021.

LINHARES, Ângela Maria Bessa. **O TORTUOSO E DOCE CAMINHO DA SENSIBILIDADE**. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal do Ceará – FAGED. Fortaleza-CE. 1995.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. **Os povos indígenas, o turismo e o território (manuscrito): um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará**. Tese doutorado. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, 2012.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. **Os tremembés de Buriti e Sítio São José e o ‘Nova Atlântida – cidade turística e residencial’: inclusão/exclusão de povos indígenas**. Artigo publicado na Revista Ateliê Geográfico – Goiânia-GO, v.2, n.3 – dez/2008 – p. 121-136.

MARCO REFERENCIAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO CEARÁ, 2007 (dados de 1996 a 2006), pesquisado em <https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Referencial-dos-Povos-Ind%C3%ADgenas-do-estado-do-cear%C3%A1.-IPECE.pdf>, em 11/08/2023.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **Raimundinha Marques Tremembé: protagonista da Educação Indígena Diferenciada no Ceará (1991-2009)**. Tese Doutorado Acadêmico – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Centro de Educação PPGedu, Fortaleza, 2023.



PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. **PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS: jogos, brincadeiras e lutas para a implementação da Lei 11.645/08 na Educação Física escolar.** Coleção Mulheres na Ciência, Volume 2 – IFCE. 1ª Edição. Fortaleza, Aliás, 2021. <https://ifce.edu.br/proen/defe/praticas-corporais-indigenas.pdf>

PRISMAZINE =02: MECUNÃ KÉRUPI ANÉ. **IMAGENS DE POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ/IFOTO** – Instituto de Fotografia – Fortaleza: Expressão Gráfica, 2021.

RINARÉ, Rouxinol de. **UM CURUMIM, UM PAJÉ E A LENDA DO CEARÁ.** Ilustrações de Rafael Limaverde. 2ª edição - Editora IMEPH, Fortaleza, 2007.

SANTOS, Fabiano dos. BINDÁ, Andréa Havt. (Organizadores). **1001 Histórias do Ceará: Contos populares.** Fortaleza: Secult, 2006.

SANTOS, Fabiano dos. **1001 Histórias do Ceará: Contos populares.** Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, de 23 a 25/05/2007 na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

SILVA, René Marc da Costa. **CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO: Salto para o Futuro.** TV Escola/SEED/MEC. Brasília. 2008.

SILVA, Marisa. **O QUE VAMOS APRENDER HOJE?** In: SILVA, René Marc da Costa. **CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO – SALTO PARA O FUTURO.** TV Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.

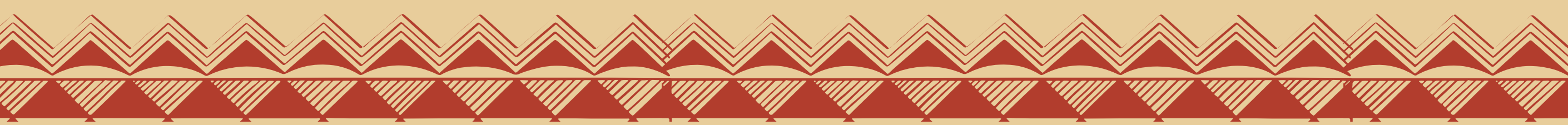
SOUZA, Maria de Lourdes Macena de. Tese Doutorado: **Sendo como se fosse: as danças dramáticas na ação docente do ator-professor.** Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 298 páginas – 2014.

TREMEMBÉ, Rodrigo. Relato em imagem. In: **PRISMAZINE, imagens de povos indígenas do Ceará.** ANÉ, Mecunã Kérupi. ORGANIZAÇÃO: Igor Cavalcante e Felipe Camilo -Editora: Instituto da Fotografia IFOTO, 2021 - URL: <https://ifotoce.com.br/publicacoes/semana-de-arte-indigena-contemporanea-do-siri-ara-lanca-prismazine-02> - URL BDLF: <https://livrosdefotografia.org/publicacao/@id/30123>

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Dinâmicas em literatura infantil.** 14ª edição - (Coleção recursos pedagógicos). São Paulo: Paulinas, 2009.

ONG, J. Walter e ALMEIDA, Luiz Felipe de. **Cultura Oral e Escrita: As Tecnologias da Comunicação** (1982), p. 31.





Dia dos Povos Indígenas: Ceará tem Secretaria voltada à proteção, fortalecimento e valorização dos povos e seus territórios: pesquisado em 13/09/2023 em: <https://www.ceara.gov.br/2023/04/19/dia-dos-povos-indigenas-ceara-tem-secretaria-voltada-a-protecao-fortalecimento-e-valorizacao-dos-povos-e-seus-territorios/>.

VIDA E TERRITÓRIO: Plano de Gestão Territorial e Ambiental Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú-CE. CITI (Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca). Apoio da UNDP, FUNAI, Instituto Aldeia Verde, Tremembé da Barra Comunicação. Direitos reservados ao Povo Tremembé da Barra do Mundaú - Itapipoca-Ceará, 2023.

VIANNA, Letícia. **PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVAS LEIS PARA PRESERVAR... O QUÊ?** In SILVA, René Marc da Costa. CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO – SALTO PARA O FUTURO. TV Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.





SOBRE A AUTORA



Lídia Pereira de Albuquerque é natural de Fortaleza-CE, professora da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, ministrando aulas para crianças da Educação Infantil às séries iniciais do Ensino Fundamental. Foi por alguns anos gestora educacional da Rede (diretora escolar e Coordenadora Pedagógica). É contadora de histórias, artista plástica e atriz de teatro com o nome Lídia Colaço. Graduada em História pela Universidade Vale do Acaraú - UVA, Especialista em Metodologias do Ensino das Artes pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, e Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre e doutoranda em Educação pela UNADES (Universidade Del Sol – Ciudad del Este – Paraguai), Mestre Profissional em Artes pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Fortaleza, pelo Programa de Pós Graduação em Artes – PPGArtes.

<https://lattes.cnpq.br/3680235978832679>.

@albuquerque.lidia

Este e-Book é produto da dissertação: RECONTO DE NARRATIVAS DE POVOS ORIGINÁRIOS DO CEARÁ NO CONTEXTO ESCOLAR, de Lídia Pereira de Albuquerque, sob orientação da Prof^a Dra^a Maria de Lourdes Macena de Souza, apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Artes do Programa de Pós Graduação em Artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - Campus Fortaleza, em parceria com o Programa Observatório da Educação, pertencente à Secretaria Municipal da Educação (SME), do Município de Fortaleza.



PPG
ARTES

Programa de Pós-Graduação em Artes do IFCE

